

Certificação de Tradução de Documento

Eu, Paula Cotas, Advogada, portadora da cédula profissional n.º 15949L, com escritório na Rua General Alves Roçadas, 10 – 1º Frente, 2710-527 Sintra, certifico, nos termos do Decreto-Lei 237/2001 de 30 de agosto e do Decreto-Lei 76-A/2006 de 29 de março que, em data de hoje, compareceu perante mim Daniela Sofia Sousa Martins, maior, natural da freguesia de Reboleira, concelho de Lisboa, com domicílio profissional em Rua Rodrigues de Faria, nº 91, 1.º andar, 1300-501, Lisboa, pessoa cuja identidade certifico por conhecimento pessoal, a qual me declarou, sob compromisso de honra que prestou perante mim, que a tradução para português do documento redigido em espanhol, anexa à presente, foi por ela feita e reproduz fiel e corretamente o respetivo original, tradução essa pela qual me declarou assumir inteira e completa responsabilidade.

Lisboa, 28 de maio de 2026

A TRADUTORA

Daniela Martins

A ADVOGADA

PAULA COTAS
ADVOGADA
NIF. 192 542 451 / CP. 15949L
Rua General Alves Roçadas, 10 - 1º Frente
2710-527-Sintra
paulacotas-15949L@adv.oa.pt



Registado no Sistema Informático da Ordem dos Advogados sob o nº 15949L/494 nos termos do Artigo 38º do Decreto-Lei 76-A/2006 de 29 de Março e da Portaria nº 657-B/2006 de 29 de Junho.



ORDEM DOS ADVOGADOS

REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03

Portaria n.º657-B/2006, de 29-06

Dr.(a) Paula Cotas

CÉDULA PROFISSIONAL: 15949L

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Certificação de traduções de documentos

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

Daniela Sofia Sousa Martins

Cartão de Cidadão n.º. 142935441ZW6

EXECUTADO A: 2026-05-28 13:22

REGISTADO A: 2026-05-28 13:23

COM O N.º: 15949L/494

Poderá consultar este registo em <http://oa.pt/atos>
usando o código 54127509-303149



**DEUTSCHE LEASING IBÉRICA,
E.F.C., S.A.**

(Sociedade Unipessoal)

Contas anuais do exercício
findo em 31 de dezembro de
2025 e Relatório de Gestão,
juntamente com o Relatório de
Auditoria Independente

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS ANUAIS EMITIDO POR UM AUDITOR INDEPENDENTE

Ao único acionista da Deutsche Leasing Ibérica, E.F.C., S.A. (Sociedade Unipessoal):

Relatório sobre as contas anuais

Opinião

Auditámos as contas anuais da Deutsche Leasing Ibérica, E.F.C., S.A. (Sociedade Unipessoal) (a Sociedade), que compreendem o balanço a 31 de dezembro de 2025, a conta de perdas e ganhos, a demonstração de rendimentos e gastos reconhecidos, a demonstração de alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o relatório correspondente ao exercício terminado na data referida.

Na nossa opinião, as contas anuais anexas expressam, em todos os aspetos significativos, a imagem fiel do património e da situação financeira da Sociedade a 31 de dezembro de 2025, assim como dos seus resultados e fluxos de caixa correspondentes ao exercício terminado na data referida, em conformidade com o quadro normativo de informação financeira aplicável (que se identifica na nota 2.a) do relatório) e, em particular, com os princípios e critérios contabilísticos contidos no mesmo.

Fundamentação do parecer

Levámos a cabo a nossa auditoria em conformidade com a regulamentação reguladora da atividade de auditoria de contas vigente em Espanha. A nossa responsabilidade, de acordo com a referida regulamentação, é descrita mais adiante, na secção *Responsabilidade do auditor em relação à auditoria das contas anuais* do nosso relatório.

Somos independentes da Sociedade, de acordo com os requisitos de ética, incluindo os de independência, que são aplicáveis à nossa auditoria das contas anuais em Espanha, nos termos da regulamentação reguladora da atividade de auditoria de contas. Neste sentido, não prestámos outros serviços que não a referida auditoria das contas nem ocorreram situações ou circunstâncias que, de acordo com o estabelecido na referida regulamentação reguladora, afetassem a necessária independência de forma que esta ficasse ficado comprometida.

Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos proporciona uma base suficiente e adequada para a formulação do nosso parecer.

Principais questões da auditoria

As principais questões da auditoria são as questões que, no nosso entender profissional, foram da maior importância na nossa auditoria das contas anuais do período em curso. Estas questões foram consideradas no contexto da nossa auditoria das contas anuais como um todo, e na elaboração do nosso parecer, e não emitimos um parecer separado sobre as referidas questões.

Estimativa das perdas por imparidade por risco de crédito dos ativos financeiros pelo custo amortizado - empréstimos e adiantamentos - clientes

Descrição

Conforme indicado na nota 31 das contas anuais em anexo, relativas a 31 de dezembro de 2025, o risco de crédito é um dos principais riscos geridos pela Sociedade.

A nota 4, alínea g), das referidas contas descreve que a Sociedade estima as perdas por imparidade por risco de crédito em empréstimos e adiantamentos a clientes, classificados na rubrica "Ativos financeiros a custo amortizado" do balanço anexo a 31 de dezembro de 2025, em conformidade com a Circular 4/2017 do Banco de Espanha. Para a provisão estimada coletivamente, são utilizados os parâmetros estabelecidos pelo Banco de Espanha na referida Circular (Soluções Alternativas), com base na Circular 4/2019 do Banco de Espanha, e a provisão estimada individualmente é calculada tendo em conta os fluxos de caixa futuros de cada contrato. Estas estimativas baseiam-se, principalmente, na classificação contabilística do cliente e operações sobre as categorias de risco normal, vigilância especial e duvidosa, bem como sobre as variáveis de segmentação do risco de crédito e estimativas do valor de mercado das garantias desses empréstimos e adiantamentos.

Por sua vez, esta classificação contabilística baseia-se, entre outros, nos mapas de antiguidade de saldos, na experiência da Sociedade e nas informações que possui sobre o setor.

Procedimentos aplicados na auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria, para resolver esta questão, incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos substantivos: (i) a avaliação da razoabilidade da metodologia de cálculo da estimativa das perdas por imparidade por risco de crédito de empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado, utilizada pela Direção da Sociedade, em conformidade com a Circular 4/2017 do Banco de Espanha, com referência à Circular 4/2019 do Banco de Espanha, verificando a adequação dos critérios adotados, bem como o seu alinhamento com a legislação aplicável; (ii) a verificação da correspondência entre a carteira de empréstimos e adiantamentos do cliente a custo amortizado e os registos contabilísticos e procedimentos de auditoria da Sociedade, com vista a verificar a exatidão, numa base seletiva, das informações utilizadas como base para a estimativa das perdas por imparidade; (iii) a avaliação da razoabilidade da avaliação das garantias existentes numa base seletiva; (iv) a avaliação da razoabilidade dos critérios para a classificação contabilística do risco e a sua aplicação, bem como das variáveis de segmentação do risco de crédito, em conformidade com a Circular de Banco de Espanha acima referida; e (v) o novo cálculo das perdas por imparidade estimadas coletivamente, de acordo com as soluções alternativas propostas pela Circular de Banco de Espanha acima referida, para a totalidade da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, a custo amortizado, no final do exercício de 2025.

Esta estimativa implica a aplicação de juízos de valor por parte da direção da Sociedade e a complexidade, uma vez que, entre outros fatores, tem em conta: (i) a correta classificação contabilística do cliente e as operações (risco normal, vigilância especial e duvidosa), a sua adequada segmentação do risco de crédito, bem como as estimativas do valor de mercado das garantias dos empréstimos e adiantamentos; e (ii) a realização de cálculos que exijam um processamento maciço de dados para o cálculo de perdas por imparidade determinadas coletivamente.

Por conseguinte, a referida estimativa das perdas por imparidade por risco de crédito pela direção da Sociedade foi considerada uma questão fundamental para a nossa auditoria.

Por último, avaliámos se as divulgações incluídas nas notas às contas anuais anexas, relacionadas com esta questão, são adequadas ao enquadramento normativo de informação financeira aplicável.

Parágrafo de ênfase

Chamamos a atenção para a nota 1 das contas anuais em anexo, que indica que a Sociedade faz parte do Grupo Deutsche Leasing e mantém quase todo o seu financiamento com certas sociedades do referido Grupo (ver nota 25). Qualquer interpretação ou análise das contas anuais em anexo deve, por conseguinte, ser efetuada tendo em conta este facto e no contexto do Grupo Deutsche Leasing. A nossa opinião sobre esta questão não foi alterada.

Outra informação: Relatório de gestão

As outras informações incluem apenas o relatório de gestão relativo ao exercício de 2025, cuja elaboração é da responsabilidade dos administradores da Sociedade e não faz parte integrante das contas anuais.

O nosso parecer de auditoria sobre as contas anuais não abrange o relatório de gestão. A nossa responsabilidade pelo relatório de gestão, em conformidade com os requisitos da regulamentação reguladora da atividade de auditoria de contas, consiste em avaliar e comunicar a coerência do relatório de gestão com as contas anuais, com base nos conhecimentos da entidade obtidos na execução da auditoria dessas contas, bem como em avaliar e comunicar se o conteúdo e a apresentação do relatório de gestão estão em conformidade com a regulamentação aplicável. Se, com base no trabalho que efetuámos, concluirmos que existem incorreções materiais, somos obrigados a comunicá-las.

Com base no trabalho efetuado, de acordo com o descrito no parágrafo anterior, a informação constante do relatório de gestão está em conformidade com a informação das contas anuais do exercício de 2025, e o seu conteúdo e a sua apresentação são conformes com a regulamentação aplicável.

Responsabilidade dos administradores e da comissão de auditoria pelas contas anuais

Os administradores são responsáveis por formular as contas anuais anexas de forma que expressem a imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados da Sociedade, em conformidade com o enquadramento normativo de informação financeira aplicável à Entidade em Espanha, e do controlo interno que considerem necessário para permitir a preparação de contas anuais livres de incorreção material, devido a fraude ou erro.

Na preparação das contas anuais, os administradores são responsáveis pela avaliação da capacidade da Sociedade para manter a continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relacionadas com a continuidade e utilizando o princípio contabilístico da continuidade, exceto no caso em que os administradores tenham intenção de liquidar a Sociedade ou de cessar as suas operações, ou caso não exista outra alternativa realista.

A comissão de auditoria é responsável por supervisionar o processo de elaboração e apresentação das contas anuais.

Responsabilidades do auditor relativamente à auditoria das contas anuais

O nosso objetivo consiste em obter uma segurança razoável de que as contas anuais como um todo estão livres de incorreção material devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste o nosso parecer.

Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com a regulamentação reguladora da atividade de auditoria de contas vigente em Espanha detetará sempre uma incorreção material, quando esta exista. As incorreções podem ter origem em fraude ou erro, e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se puder razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas contas anuais.

O Anexo I do presente relatório de auditoria contém uma descrição mais pormenorizada das nossas responsabilidades em matéria de auditoria das contas anuais. Esta descrição, que se encontra nas páginas 6 e 7, faz parte integrante do nosso relatório de auditoria.

Relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares

Relatório adicional para a comissão de auditoria

O parecer expresso no presente relatório é coerente com o que foi indicado no relatório adicional para a comissão de auditoria da Sociedade de 24 de abril de 2026.

Período de contratação

O único acionista da Sociedade, conforme registado na ata de decisões de 21 de setembro de 2023, nomeou-nos como auditores por um período de 3 anos, contados a partir do ano terminado em 31 de dezembro de 2022.

DELOITTE AUDITORES, S.L.

Inscrita no R.O.A.C. sob o n.º S0692

Col·legi de Censors Jurats
de Comptes de Catalunya
= EL CØL·L361

/assinatura/

Álvaro Quintana

Inscrito no R.O.A.C. sob o n.º 21435

24 de abril de 2026

DELOITTE AUDITORES, S.L.

2026 Núm. 20/26/10867
IMPORT COL LEGIAL: 96,00 EUR

.....
Informe d'auditoria de comptes subjecte
a la normativa d'auditoria de comptes
espanyola o Internacional
.....

/carimbo: 2026 Núm. 20/26/10867 IMPORT COL·LEGIAL·
96,00 EUR Relatório de auditoria de contas sujeito à
regulamentação espanhola ou internacional em matéria de
auditoria de contas/

Anexo I do nosso relatório de auditoria

Para além do que está incluído no nosso relatório de auditoria, neste anexo, incluímos as nossas responsabilidades no que respeita à auditoria das contas anuais.

Responsabilidades do auditor relativamente à auditoria das contas anuais

Como parte de uma auditoria em conformidade com a regulamentação reguladora da atividade de auditoria de contas vigente em Espanha, aplicamos o nosso julgamento profissional e mantemos uma atitude de ceticismo profissional durante toda a auditoria. De igual forma:

- Identificamos e avaliamos os riscos de incorreção material nas contas anuais, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos provas de auditoria que sejam suficientes e adequadas para proporcionar uma base para o nosso parecer. O risco de não detetar uma incorreção material devido a fraude é mais elevado do que no caso de uma incorreção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações intencionalmente erróneas ou evasão ao controlo interno.
- Tomamos conhecimento do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados às circunstâncias, mas não para emitir um parecer sobre a eficácia do controlo interno da instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelos administradores.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelos administradores, do princípio contabilístico da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, concluimos se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as divulgações relacionadas incluídas nas contas anuais ou, casos essas divulgações não sejam adequadas, devemos emitir um parecer modificado. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a Sociedade a descontinuar as suas atividades.
- Avaliamos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo das contas anuais, incluindo as divulgações, e se as contas anuais representam as operações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma expressão fiel.

Comunicamos com a comissão de auditoria da instituição relativamente, entre outras questões, ao âmbito e ao calendário planeado da auditoria, e às conclusões significativas da auditoria, bem como a qualquer deficiência significativa do controlo interno identificada durante a auditoria.

Fornecemos igualmente à comissão de auditoria da instituição uma declaração atestando que cumprimos os requisitos éticos relativos à independência, e informámos a comissão de auditoria sobre assuntos que poderiam, razoavelmente, constituir uma ameaça à nossa independência e, consoante o caso, sobre as medidas de salvaguarda adotadas para eliminar ou reduzir a ameaça.

Entre as questões que foram comunicadas à comissão de auditoria da instituição, identificámos as que tiveram maior importância na auditoria das contas anuais do período em curso e que são, conseqüentemente, as principais questões da auditoria.

Descrevemos estas questões no nosso relatório de auditoria, a menos que disposições legais ou regulamentares proibam a respetiva divulgação pública.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Contas Anuais a 31 de dezembro de 2025
e Relatório de Gestão do exercício de 2025

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Índice Geral
(Expressos em milhares de euros)

1. Balanços a 31 de dezembro de 2025 e de 2024
2. Contas de Ganhos e Perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
3. Demonstração de Rendimentos e Gastos reconhecidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
4. Demonstrações Totais de Alterações no Património Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
5. Demonstrações de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
6. Relatório

	1
(1) Natureza e atividades	2
(2) Critérios aplicados	7
(3) Distribuição de Resultados	7
(4) Princípios Contabilísticos e Normas de Avaliação Aplicados	24
(5) Caixa, saldos em caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	25
(6) Ativos financeiros a custo amortizado	
(7) Ativos não correntes e grupos para alienação de elementos que tenham sido classificados como detidos para venda	28
(8) Ativos Corpóreos	29
(9) Ativos Incorpóreos	30
(10) Ativos e Passivos por impostos	31
(11) Outros ativos e passivos	32
(12) Passivos financeiros a custo amortizado	32
(13) Provisões	34
(14) Fundos Próprios	34
(15) Compromissos com empréstimos concedidos	35
(16) Fornecedores. Informação sobre os diferimentos de pagamento a fornecedores. Disposição adicional terceira. "Dever de informação" da Lei n.º 15/2010, de 5 de julho	36
(17) Rendimentos por juros e gastos por juros	37
(18) Rendimentos por comissões	37
(19) Gastos com comissões	38
(20) Diferenças Cambiais	38
(21) Outros rendimentos de exploração	38
(22) Gastos com o pessoal	39
(23) Outros gastos administrativos	40
(24) Outros custos de exploração	40
(25) Operações e Saldos com Partes Vinculadas	41
(26) Informação relativa ao Conselho de Administração	42
(27) Informação sobre o Ambiente	43
(28) Serviço de Atendimento ao Cliente	43
(29) Honorários de Auditoria	44
(30) Situação Fiscal	44
(31) Políticas e Gestão de Riscos	47
(32) Acontecimentos Posteriores	52

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Balanços a 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Expressos em milhares de euros)

ATIVO	2025	2024 (*)
Caixa, saldos em caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem (nota 5 e 6)	186	271
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Derivados	-	-
Instrumentos de património	-	-
Valores representativos de dívida	-	-
Empréstimos e adiantamentos	-	-
Bancos centrais	-	-
Instituições de crédito	-	-
Clientes	-	-
Pro memoria: emprestados ou entregues como garantia, com direito a venda ou penhora	-	-
Ativos financeiros não destinados a negociação avaliados obrigatoriamente pelo justo valor com alterações nos resultados	-	-
Instrumentos de património	-	-
Valores representativos de dívida	-	-
Empréstimos e adiantamentos	-	-
Bancos centrais	-	-
Instituições de crédito	-	-
Clientes	-	-
Pro memoria: emprestados ou entregues como garantia, com direito a venda ou penhora	-	-
Ativos financeiros designados pelo justo valor com alterações nos resultados	-	-
Valores representativos de dívida	-	-
Empréstimos e adiantamentos	-	-
Bancos centrais	-	-
Instituições de crédito	-	-
Clientes	-	-
Pro memoria: emprestados ou entregues como garantia, com direito a venda ou penhora	-	-
Ativos financeiros pelo justo valor com alterações noutros resultados globais	-	-
Instrumentos de património	-	-
Valores representativos de dívida	-	-
Empréstimos e adiantamentos	-	-
Bancos centrais	-	-
Instituições de crédito	-	-
Clientes	-	-
Pro memoria: emprestados ou entregues como garantia, com direito a venda ou penhora	-	-
Ativos financeiros a custo amortizado (nota 6)	178.033	168.969
Valores representativos de dívida	-	-
Empréstimos e adiantamentos	178.033	168.969
Bancos Centrais	-	-
Instituições de crédito	-	-
Clientes	-	-
Pro memoria: emprestados ou entregues como garantia, com direito a venda ou penhora	178.033	168.969
Derivados - contabilidade de cobertura	-	-
Alterações do justo valor de elementos cobertos de uma carteira coberta contra risco de taxa de juro	-	-
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	-	-
Subsidiárias	-	-
Empreendimentos conjuntos	-	-
Associadas	-	-
Ativos corpóreos (nota 8)	-	-
Imobilizações corpóreas	2	4
De uso próprio	2	4
Cedido em locação operacional	2	4
Afeto à Obra Social (caixas de poupança e cooperativas de crédito)	-	-
Investimentos imobiliários	-	-
<i>Dos quais: cedido em locação operacional</i>	-	-
Pro memoria: Adquirido em locação	-	-
Ativos incorpóreos (nota 9)	-	-
Goodwill	-	4
Outros ativos incorpóreos	-	-
	-	4

O relatório anexo forma parte integrante das Contas Anuais do exercício de 2025
(*) É apresentado única e exclusivamente para fins comparativos

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Balanços a 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Expressos em milhares de euros)

	1.848	735
Ativos por impostos (nota 10)	1.697	624
Ativos por impostos correntes	151	111
Ativos por impostos diferidos	882	729
Outros ativos (nota 11)	-	-
Contratos de seguros vinculados a pensões	-	-
Existências	882	729
Restantes ativos		
Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos que tenham sido classificados como devidos para venda (nota 7)	100	48
TOTAL ATIVO	181.051	170.760

O relatório anexo forma parte integrante das Contas Anuais do exercício de 2025
(*). É apresentado única e exclusivamente para fins comparativos

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Balanços a 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Expressos em milhares de euros)

PASSIVO	2025	2024 (*)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Derivados	-	-
Posições curtas	-	-
Depósitos	-	-
Bancos centrais	-	-
Instituições de crédito	-	-
Clientes	-	-
Valores representativos de dívida emitidos	-	-
Outros passivos financeiros	-	-
Passivos financeiros designados pelo justo valor com alterações nos resultados	-	-
Depósitos	-	-
Bancos centrais	-	-
Instituições de crédito	-	-
Clientes	-	-
Valores representativos de dívida emitidos	-	-
Outros passivos financeiros	-	-
Pro memoria: passivos subordinados	-	-
Passivos financeiros a custo amortizado (nota 12)	150.465	140.809
Depósitos	148.341	138.693
Bancos centrais	-	-
Instituições de crédito	-	-
Clientes	-	-
Valores representativos de dívida emitidos	148.341	138.693
Outros passivos financeiros	-	-
Pro memoria: passivos subordinados	2.124	2.116
Derivados - contabilidade de cobertura	-	-
Alterações do justo valor de elementos cobertos de uma carteira coberta contra risco de taxa de juro	-	-
Provisões (nota 13)	46	5
Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego	-	-
Outras remunerações de empregados a longo prazo	-	-
Questões processuais e litígios fiscais pendentes	-	-
Obrigações e garantias concedidas	46	5
Restantes provisões	-	-
Passivos por impostos (nota 10)	163	637
Passivos por impostos correntes	163	637
Passivos por impostos diferidos	-	-
Capital social reembolsável à vista	-	-
Outros passivos (nota 11)	1.144	1.113
<i>Dos quais: fundo da obra social (apenas caixas de poupança e cooperativas de crédito)</i>	-	-
Passivos incluídos em grupos alienáveis de elementos que tenham sido classificados como detidos para venda	-	-
TOTAL PASSIVO	151.818	142.564

O relatório anexo forma parte integrante das Contas Anuais do exercício de 2025
(*) É apresentado única e exclusivamente para fins comparativos

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Balanços a 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Expressos em milhares de euros)

	2025	2024 (*)
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Fundos próprios (nota 14)	29.233	28.196
Capital	13.000	13.000
Capital realizado	13.000	13.000
Capital não realizado exigido	-	-
Pro memoria: capital não exigido	-	-
Prémio de emissão	-	-
Instrumentos de património emitidos, exceto capital	-	-
Componente de património líquido de instrumentos financeiros compostos	-	-
Outros instrumentos de património emitidos	-	-
Outros elementos de património líquido	-	-
Ganhos cumulativos	-	-
Reservas de reavaliação	15.196	12.175
Outras reservas	-	-
(-) Ações próprias	1.037	3.021
Resultados do exercício	-	-
(-) Dividendos por conta	-	-
Outros resultados globais acumulados	-	-
Elementos que não devem ser reclassificados nos resultados	-	-
Ganhos ou (-) perdas atuariais em planos de pensões de prestações definidas	-	-
Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos que tenham sido classificados como detidos para venda	-	-
Alterações do justo valor de instrumentos de património avaliados pelo justo valor com alterações noutros resultados globais	-	-
Ineficácia das coberturas de justo valor de instrumentos de património avaliados pelo justo valor com alterações noutros resultados globais	-	-
Alterações do justo valor de instrumentos de património avaliados pelo justo valor com alterações noutros resultados globais [elemento coberto]	-	-
Alterações do justo valor de instrumentos de património avaliados pelo justo valor com alterações noutros resultados globais [instrumento de cobertura]	-	-
Alterações do justo valor de passivos financeiros pelo justo valor com alterações nos resultados imputáveis a alterações do risco de crédito	-	-
Elementos que podem ser reclassificados nos resultados	-	-
Coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras [parte efetiva]	-	-
Conversão de divisas	-	-
Derivados de cobertura. Reserva de cobertura dos fluxos de caixa [parte efetiva]	-	-
Alterações do justo valor dos instrumentos de dívida avaliados pelo justo valor com alterações noutros resultados globais	-	-
Instrumentos de cobertura [elementos não designados]	-	-
Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos que tenham sido classificados como detidos para venda	-	-
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO	29.233	28.196
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	181.051	170.760
PRO MEMORIA: EXPOSIÇÕES EXTRAPATRIMONIAIS		
	2025	2024 (*)
Compromissos de empréstimos concedidos (nota 15)	4.187	474
Garantias financeiras concedidas	-	-
Outras obrigações concedidas	-	-

O relatório anexo forma parte integrante das Contas Anuais do exercício de 2025
(*) É apresentado única e exclusivamente para fins comparativos

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Conta de Ganhos e Perdas a 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Expressos em milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	2025	2024 (*)
Rendimentos por juros (nota 17)	8.304	7.781
Ativos financeiros pelo justo valor com alterações noutros resultados globais	-	-
Ativos financeiros a custo amortizado	8.304	7.781
Outros rendimentos por juros	-	-
(Gastos com juros) (nota 17)	(4.103)	(4.081)
(Gastos com capital social reembolsável à vista)	-	-
A) MARGEM DE JUROS	4.201	3.700
Rendimentos por dividendos	-	-
Rendimentos por comissões (nota 18)	880	736
(Gastos com comissões) (nota 19)	(6)	(9)
Ganhos ou (-) perdas pelo desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não avaliados pelo justo valor com alterações nos resultados, líquidos	-	-
Ativos financeiros a custo amortizado	-	-
Outros ativos e passivos financeiros	-	-
Ganhos ou (-) perdas por ativos e passivos financeiros detidos para negociação, líquidos	-	-
Reclassificação de ativos financeiros pelo justo valor com alterações noutros resultados globais	-	-
Reclassificação de ativos financeiros pelo custo amortizado	-	-
Outros ganhos ou (-) perdas	-	-
Ganhos ou (-) perdas por ativos financeiros não destinados a negociação avaliados obrigatoriamente pelo justo valor com alterações nos resultados, líquidos	-	-
Reclassificação de ativos financeiros obrigatoriamente	-	-
Reclassificação de ativos financeiros pelo custo amortizado	-	-
Outros ganhos ou (-) perdas	-	-
Ganhos ou (-) perdas por ativos e passivos financeiros contabilizados pelo justo valor com alterações nos resultados, líquidos	-	-
Ganhos ou (-) perdas resultantes da contabilização de coberturas, líquidos	-	-
Diferenças cambiais [lucros ou (-) perdas], líquidas (nota 20)	-	2
Outros rendimentos de exploração (nota 21)	2.262	2.214
(Outros custos de exploração) (nota 24)	(287)	(526)
<i>Das quais: dotações obrigatórias para fundos da obra social (apenas caixas de poupança e cooperativas de crédito)</i>	-	-
B) MARGEM BRUTA	7.050	6.117
(Gastos administrativos)	(4.800)	(4.561)
(Gastos de pessoal) (nota 22)	(3.086)	(2.929)
(Outros gastos administrativos) (nota 23)	(1.714)	(1.632)
(Amortização) (notas 8 e 9)	(5)	(7)
(Provisões ou (-) inversão de provisões) (nota 13)	-	-
(Imparidade ou (-) inversão da imparidade de ativos financeiros não avaliados pelo justo valor com alterações nos resultados e perdas ou (-) ganhos líquidos pela alteração)	(842)	2.650
(Ativos financeiros pelo justo valor com alterações noutros resultados globais)	-	-
(Ativos financeiros a custo amortizado) (nota 6)	(842)	2.650

O relatório anexo forma parte integrante das Contas Anuais do exercício de 2025
(*) É apresentado única e exclusivamente para fins comparativos

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Conta de Ganhos e Perdas a 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Expressos em milhares de euros)

(Imparidade ou (-) inversão da imparidade de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas)	-	-
(Imparidade ou (-) inversão da imparidade do valor de ativos não financeiros)	29	(90)
(Ativos corpóreos) (nota 7)	-	-
(Ativos incorpóreos)	-	-
(Outros)	(35)	(57)
Ganhos ou (-) perdas resultantes do desreconhecimento de ativos não financeiros, líquidos (nota 7)	-	-
Goodwill negativo reconhecido nos resultados	-	-
Ganhos ou perdas (-) de ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos classificados como detidos para venda, não elegíveis como atividades descontinuadas	-	-
C) GANHOS OU (-) PERDAS ANTES DE IMPOSTOS DAS ATIVIDADES EM CURSO (nota 30)	1.397	4.052
(Gastos ou (-) rendimentos provenientes de impostos sobre os resultados das atividades em curso)	360	1.031
D) GANHOS OU (-) PERDAS DEPOIS DE IMPOSTOS DAS ATIVIDADES EM CURSO	1.037	3.021
Ganhos ou (-) perdas depois de impostos resultantes de atividades descontinuadas	-	-
E) RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.037	3.021

O relatório anexo forma parte integrante das Contas Anuais do exercício de 2025
(*) É apresentado única e exclusivamente para fins comparativos

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Demonstração de Rendimentos e Gastos Reconhecidos para os exercícios terminados a 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Expressos em milhares de euros)

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS	2025	2024 (*)
RESULTADOS DO EXERCÍCIO	1.037	3.021
OUTROS RESULTADOS GLOBAIS		
Elementos que não devem ser reclassificados nos resultados	-	-
Ganhos ou (-) perdas atuariais em planos de pensões de prestações definidas	-	-
Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos detidos para venda	-	-
Alterações do justo valor de instrumentos de património avaliados pelo justo valor com alterações noutros resultados globais	-	-
Ganhos ou (-) perdas resultantes da contabilização de coberturas de instrumentos de património avaliados pelo justo valor com alterações noutros resultados globais, líquidos	-	-
Alterações do justo valor de instrumentos de património avaliados pelo justo valor com alterações noutros resultados globais (elemento coberto)	-	-
Alterações do justo valor de instrumentos de património avaliados pelo justo valor com alterações noutros resultados globais (instrumento de cobertura)	-	-
Alterações do justo valor de passivos financeiros pelo justo valor com alterações nos resultados atribuíveis a alterações do risco de crédito	-	-
Imposto sobre o rendimento relativo a elementos que não serão reclassificados	-	-
Elementos que podem ser reclassificados nos resultados		
Coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras [parte efetiva]	-	-
Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no património líquido	-	-
Transferido para resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
Conversão de divisas	-	-
Ganhos ou (-) perdas cambiais contabilizados no património líquido	-	-
Transferido para resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
Coberturas de fluxos de caixa [parte efetiva]	-	-
Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no património líquido	-	-
Transferido para resultados	-	-
Transferido pelo valor contabilístico inicial dos elementos cobertos	-	-
Outras reclassificações	-	-
Instrumentos de cobertura [elementos não designados]	-	-
Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no património líquido	-	-
Transferido para resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
Instrumentos de dívida pelo justo valor com alterações noutros resultados globais	-	-
Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no património líquido	-	-
Transferido para resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos detidos para venda	-	-
Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no património líquido	-	-
Transferido para resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
Imposto sobre o rendimento relativo a elementos que possam ser reclassificados como ganhos ou (-) perdas	-	-
Resultado global total do exercício	1.037	3.021

O relatório anexo forma parte integrante das Contas Anuais do exercício de 2025
(*) É apresentado única e exclusivamente para fins comparativos

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)

Demonstração de alterações no capital líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Expressos em milhares de euros)

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL LÍQUIDO EM 2025

	Capital	Outras Reservas	Resultados do exercício	Total Fundos Próprios	Ajustes por Avaliação	Total Património Líquido
1. Saldo inicial (31/12/2024)	13.000	12.175	3.021	28.196	-	28.196
2. Ajustamento por alterações de critérios 2024 e anteriores	-	-	-	-	-	-
3. Total rendimentos e gastos reconhecidos	-	-	1.037	1.037	-	1.037
4. Outras variações do património líquido.	-	-	-	-	-	-
4.1 Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
4.2 Reduções de capital	-	-	-	-	-	-
4.9. Transferências entre rubricas de património líquido	-	3.021	(3.021)	-	-	-
5. Saldo final (31/12/2025)	<u>13.000</u>	<u>15.196</u>	<u>1.037</u>	<u>29.233</u>	<u>-</u>	<u>29.233</u>

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL LÍQUIDO EM 2024 (*)

	Capital	Outras Reservas	Resultados do exercício	Total Fundos Próprios	Ajustes por Avaliação	Total Património Líquido
1. Saldo inicial (31/12/2023)	13.000	11.081	1.094	25.175	-	25.175
2. Ajustamento por alterações de critérios 2023 e anteriores	-	-	-	-	-	-
3. Total rendimentos e gastos reconhecidos	-	-	3.021	3.021	-	3.021
4. Outras variações do património líquido.	-	-	-	-	-	-
4.1 Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
4.2 Reduções de capital	-	-	-	-	-	-
4.9. Transferências entre rubricas de património líquido	-	1.094	(1.094)	-	-	-
5. Saldo final (31/12/2024)	<u>13.000</u>	<u>12.175</u>	<u>3.021</u>	<u>28.196</u>	<u>-</u>	<u>28.196</u>

O relatório anexo forma parte integrante das Contas Anuais do exercício de 2025
(*) É apresentado única e exclusivamente para fins comparativos

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)

Demonstrações de Fluxos de Caixa para os exercícios anuais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Expressos em milhares de euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2025	2024 (*)
A) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO	(60)	(646)
Resultados do exercício	1.037	3.021
Ajustes para obter os fluxos de caixa das atividades de exploração	818	(2.553)
Amortização (notas 8 e 9)	5	7
Outros ajustes	813	(2.560)
Aumento (-)/diminuição (+) líquido dos ativos de exploração	10.766	(12.534)
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Ativos financeiros não destinados a negociação avaliados obrigatoriamente pelo justo valor com alterações nos resultados	-	-
Ativos financeiros designados pelo justo valor com alterações nos resultados	-	-
Ativos financeiros pelo justo valor com alterações noutros resultados globais	-	-
Ativos financeiros a custo amortizado	9.906	(12.393)
Outros ativos de exploração	860	(141)
Aumento/diminuição líquido dos passivos de exploração	9.253	(13.408)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Passivos financeiros designados pelo justo valor com alterações nos resultados	-	-
Passivos financeiros a custo amortizado	9.656	(12.554)
Outros passivos de exploração	(403)	(854)
Cobranças/Pagamentos por imposto sobre os ganhos	(402)	(240)
B) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(25)	(93)
Pagamentos	(25)	(93)
Ativos corpóreos	(2)	-
Ativos incorpóreos	-	(5)
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	-	-
Outras unidades de negócio	-	-
Ativos não correntes e passivos que tenham sido classificados como detidos para venda	(23)	(88)
Outros pagamentos relacionados com atividades de investimento	-	-
Cobranças	-	-
Ativos corpóreos	-	-
Ativos incorpóreos	-	-
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	-	-
Outras unidades de negócio	-	-
Ativos não correntes e passivos que tenham sido classificados como detidos para venda	-	-
Outras cobranças relacionadas com atividades de investimento	-	-
C) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
Pagamentos	-	-
Dividendos	-	-
Passivos subordinados	-	-
Amortização de instrumentos de capital próprio	-	-
Aquisição de instrumentos de capital próprio	-	-
Outros pagamentos relacionados com atividades de financiamento	-	-
Cobranças	-	-
Passivos subordinados	-	-

O relatório anexo forma parte integrante das Contas Anuais do exercício de 2025
(*) É apresentado única e exclusivamente para fins comparativos

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)

Demonstrações de Fluxos de Caixa para os exercícios anuais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Expressos em milhares de euros)

Emissão de instrumentos de capital próprio	-	-
Alienação de instrumentos de capital próprio	-	-
Outras cobranças relacionadas com atividades de financiamento	-	-
D) EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CâMBIO	-	-
E) AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES (A+B+C+D)	(85)	(739)
F) CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	271	1.010
G) CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO	186	271

COMPONENTES DE CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO	2025	2024 (*)
Caixa	1	1
Saldos equivalentes à caixa em bancos centrais	-	-
Outros ativos financeiros	185	270
Menos: descobertos bancários reembolsáveis à vista	-	-

O relatório anexo forma parte integrante das Contas Anuais do exercício de 2025
(* É apresentado única e exclusivamente para fins comparativos)

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

(1) Natureza e atividades

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A. (Sociedade Unipessoal) (doravante a "Sociedade") foi constituída mediante escritura pública outorgada em Barcelona a 28 de setembro de 2006, sob a denominação social de Deutsche Leasing España, E.F.C., S.A.U. A 9 de dezembro de 2011, a Sociedade alterou a sua denominação para a atual.

A Sociedade tem caráter de instituição financeira de crédito e é regulada pelo disposto na legislação vigente em matéria de Instituições Financeiras de Crédito, constante, nomeadamente, do Real Decreto-lei 692/1996, de 26 de abril, sobre o Regime Jurídico das Instituições Financeiras de Crédito. Após a entrada em vigor da Lei 5/2015, de 27 de abril, sobre o fomento do financiamento empresarial, as instituições financeiras de crédito perdem a sua condição de entidades de crédito, mas mantêm intacta a sua inclusão no perímetro de supervisão e rigorosa regulação financeiras. O artigo 7.º da Lei 5/2015 estabelece ainda que os estabelecimentos financeiros de crédito rege-se-ão pelo disposto no título II do referido diploma e na respetiva legislação de execução e, em relação ao que não é previsto na referida legislação, o regime jurídico será o previsto para as entidades de crédito.

Face à alteração das regras para os Estabelecimentos Financeiros de Crédito, a Sociedade é agora supervisionada de acordo com a circular do Banco de Espanha n.º 4/2019.

A sua atividade principal continua a ser a concessão de créditos e a locação financeira, incluindo as atividades complementares seguintes:

- (a) Serviços relacionados com a manutenção dos bens objeto de transmissão.
- (b) Concessão de financiamento relativo a operações de Leasing presentes ou futuras.
- (c) Mediação e realização de operações de Leasing.
- (d) Outras operações de Leasing com ou sem opção de compra.
- (e) Consultoria.

A Sociedade encontra-se inscrita sob o número 8826 no Registo Especial de Entidades de Crédito do Banco de Espanha, estando sujeita à legislação e aos regulamentos das entidades de crédito que operam em Espanha, conforme determinado pela Lei n.º 5/2015, de 27 de julho. Em particular, será aplicada aos estabelecimentos financeiros de crédito a regulamentação sobre participações significativas, idoneidade e incompatibilidade de altos cargos, governo das sociedades e solvência contida na Lei n.º 10/2014, de 26 de junho, de ordenação, supervisão e solvência de entidades de crédito e respetiva legislação específica, bem como a legislação relativa à transparência, mercado hipotecário, regime concursal e prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo prevista para as entidades de crédito.

Em qualquer caso, será de aplicação aos estabelecimentos financeiros de crédito o disposto na terceira disposição adicional da Lei n.º 3/2009, de 3 de abril, relativa a modificações estruturais das sociedades comerciais, relativa ao regime aplicável às operações de cessão global ou parcial de ativos e passivos entre entidades de crédito.

Continua

1

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

O único acionista da Sociedade é a Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG. Consequentemente, a Sociedade tem natureza unipessoal. Além do capital social realizado, existem empréstimos com a empresa-mãe, entre os quais se incluía um empréstimo subordinado válido até 2024, ano em que foi cancelado, um contrato de cash pooling e diversos empréstimos com a Deutsche Leasing Funding B.V. e depósitos contratados com a Deutsche Leasing Finance GmbH (ver notas 12 e 24).

A Sociedade faz parte do grupo empresarial liderado pela Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG (Grupo DL), com sede social em Frölingstraße 15-31, 61352 Bad Homburg v. d. Höhe (Alemanha). Em conformidade com o artigo 43.º do Código Comercial, a Sociedade está isenta da obrigação de elaborar contas anuais consolidadas, uma vez que os requisitos estabelecidos nesse artigo estão preenchidos. As contas anuais consolidadas do Grupo DL e o relatório de gestão consolidado para o exercício de 2024 foram elaborados a 10 de dezembro de 2024 e depositados no Registo Comercial de Bad Homburg v.d. Höhe, juntamente com o relatório de auditoria correspondente. As contas anuais consolidadas relativas ao exercício de 2025 foram elaboradas a 15 de dezembro de 2025 e devem ser depositadas no Registo Comercial de Bad Homburg v.d. Höhe nos prazos legalmente fixados.

A 28 de agosto de 2012, a Sociedade criou uma sucursal em Lisboa (Portugal), denominada Deutsche Leasing Iberica, E.F.C., S.A.U. Sucursal em Portugal. A sucursal tem sede social na Av. da República, 6, 6.º Dt.º, em Lisboa (Portugal) e o seu Número de Identificação Fiscal em Portugal (NIPC) é 980477271. No presente relatório, os dados para a Sociedade e para a sua sucursal são apresentados em conjunto.

(2) Critérios Aplicados

a) Bases de apresentação das contas anuais e imagem fiel

As contas anuais da Sociedade foram formuladas pelos Administradores de forma a refletirem a imagem fiel do património e da situação financeira a 31 de dezembro de 2025, e dos resultados das suas operações, das alterações no património líquido, das alterações nos rendimentos e gastos reconhecidos e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício anual findo na data referida.

Nos termos do Título II, relativo ao regime jurídico dos estabelecimentos financeiros de crédito, da Lei n.º 5/2015, de 27 de abril, sobre o fomento do financiamento empresarial, o Banco de Espanha emitiu a Circular 4/2019, de 26 de novembro, para os estabelecimentos financeiros de crédito, sobre normas de informação financeira pública e reservada e modelos de demonstrações financeiras, que constitui o regime contabilístico aplicável aos estabelecimentos financeiros de crédito, e que determina os documentos a publicar por estes estabelecimentos e pelos seus grupos, assim como as normas de reconhecimento, avaliação, apresentação e informação a incluir no Relatório e a desagregação a aplicar na sua preparação, incluindo os modelos de demonstrações financeiras públicas e reservadas. Esta Circular toma como referência a normativa contabilística das entidades de crédito, quer estabelecendo critérios semelhantes aos destas entidades, quer remetendo diretamente para as normas da Circular 4/2017, de 27 de novembro, para as entidades de crédito, sobre normas de informação financeira pública e reservada, e modelos de demonstrações financeiras. As diferenças de natureza, escala e complexidade das atividades dos estabelecimentos relativamente às

Continua

2

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

entidades de crédito traduzem-se num regime simplificado de requisitos das demonstrações financeiras, que consiste num subconjunto das demonstrações financeiras públicas e reservadas das entidades de crédito, nalguns casos com uma menor frequência de envio ou um maior prazo de transmissão. A referida Circular 4/2019, de 26 de novembro, entrou em vigor a 1 de janeiro de 2020. Os Administradores estimam que as contas anuais de 2025 sejam aprovadas pelo Acionista Único sem alterações significativas. Conforme exigido pela legislação comercial, os Administradores da Sociedade apresentam, para efeitos comparativos, com cada uma das rubricas do balanço, da conta de ganhos e perdas, da demonstração de alterações no património líquido, da demonstração de fluxos de caixa e do relatório, além dos valores do exercício de 2025, os correspondentes ao exercício anterior, que integraram as contas anuais do exercício de 2024 aprovadas pelo Acionista Único.

Os balanços, as contas de ganhos e perdas, as demonstrações de alterações no património líquido e as demonstrações de fluxos de caixa apresentados nestas contas anuais foram preparados de acordo com os modelos estabelecidos na Circular n.º 4/2019, de 26 de novembro, do Banco de Espanha, a qual, para tais efeitos, se refere à Circular n.º 4/2017, de 27 de novembro, do Banco de Espanha, e modificações posteriores.

Além disso, a Sociedade está sujeita aos seguintes regulamentos:

- Circular 1/2022, de 24 de janeiro, do Banco de Espanha, dirigida às instituições financeiras de crédito e relativa a liquidez, regras prudenciais e obrigações de reporte, e que altera a Circular 1/2009, de 18 de dezembro, dirigida às instituições de crédito e outras instituições supervisionadas, relativa às informações sobre a estrutura de capital e quotas de participação das instituições de crédito, e sobre os seus escritórios, bem como sobre as posições de topo das entidades supervisionadas, e a Circular 3/2019, de 22 de outubro, com a qual se exercem os poderes conferidos pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013 de definir o limiar de significância das obrigações de crédito vencidas.
- Circular 3/2022, de 30 de março, do Banco de Espanha, que altera a Circular 2/2016, de 2 de fevereiro, dirigida às instituições de crédito em matéria de supervisão e solvência, que complementa a adaptação do ordenamento jurídico espanhol à Diretiva 2013/36/UE e ao Regulamento (UE) n.º 575/2013; Circular 2/2014, de 31 de janeiro, dirigida às instituições de crédito sobre o exercício de várias opções regulamentares previstas no Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento e que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012; e a Circular 5/2012, de 27 de junho, dirigida às instituições de crédito e aos prestadores de serviços de pagamento sobre a transparência dos serviços bancários e a responsabilidade pela concessão de empréstimos.
- Circular 4/2021, de 25 de novembro, do Banco de Espanha, Circular 4/2021, de 25 de novembro, do Banco de Espanha, dirigida às instituições de crédito e outras entidades supervisionadas, sobre os modelos de declarações reservadas em matéria de conduta no mercado, transparência e proteção dos clientes, e sobre o registo de reclamações.
- Circular 1/2023, de 24 de fevereiro, do Banco de Espanha, dirigida às instituições de crédito, sucursais em Espanha de instituições de crédito autorizadas noutro Estado-

Continua

3

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

Membro da União Europeia e instituições financeiras de crédito, sobre as informações a transmitir ao Banco de Espanha sobre obrigações cobertas e outros instrumentos de mobilização de empréstimos, e que altera a Circular 4/2017, de 27 de novembro, dirigida a instituições de crédito sobre normas de informação financeira pública e reservada e modelos de demonstrações financeiras, e a Circular 4/2019, de 26 de novembro, dirigida a instituições financeiras de crédito, sobre normas de informação financeira pública e reservada e modelos de demonstrações financeiras.

- Circular 2/2023, de 17 de março, do Banco de Espanha, que altera a Circular 1/2013, de 24 de maio, relativa ao Serviço Central de Informação sobre Riscos

b) Princípios contabilísticos e normas de avaliação

Na preparação das contas anuais, foram seguidos os princípios contabilísticos e as normas de avaliação geralmente aceites descritos na nota 4 "Princípios Contabilísticos e Normas de Avaliação Aplicados", que se baseiam nas disposições estabelecidas na Circular n.º 4/2019, de 26 de novembro, do Banco de Espanha, para os estabelecimentos financeiros de crédito, sobre as normas de informação financeira pública e reservada, e modelos de demonstrações financeiras. Não existe qualquer princípio contabilístico obrigatório que, tendo um efeito significativo na elaboração das contas anuais, se tenha deixado de aplicar.

c) Comparação das informações

As contas anuais apresentam, para efeitos comparativos, junto de cada uma das rubricas do balanço, da conta de perdas e ganhos, da demonstração de alterações no património líquido, da demonstração de fluxos de caixa e do relatório, além dos valores do exercício de 2025, os correspondentes ao exercício anterior que faziam parte das contas anuais do exercício de 2024 aprovadas pelo Acionista Único com data de 23 de maio de 2025.

d) Agrupamento de rubricas

Certas rubricas do balanço, a conta de ganhos e perdas, a demonstração de alterações no património líquido e o resultado dos fluxos de caixa são apresentados de forma agrupada para facilitar a compreensão, mas, na medida em que seja significativa, foi incluída informação desagregada nas notas relevantes do relatório.

e) Alterações de critérios contabilísticos

Durante o exercício de 2025, não se registaram alterações significativas nos critérios contabilísticos em comparação com os critérios aplicados no exercício de 2024.

f) Correção de erros

Não foi detetado qualquer erro na elaboração das contas anuais em anexo que tenha conduzido à reformulação dos montantes incluídos nas contas anuais relativas ao exercício de 2024.

g) Aspetos críticos da avaliação e estimativa das incertezas e apreciações relevantes para a aplicação das políticas contabilísticas

Continua

4

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

A informação contida nestas contas anuais é da responsabilidade dos administradores da Sociedade, e as estimativas feitas pelos quadros superiores da empresa, posteriormente confirmadas pelos seus administradores, foram utilizadas para determinar a avaliação de alguns dos ativos, passivos, rendimentos, gastos e compromissos nelas registadas.

Estas estimativas correspondem principalmente a:

- Perdas por imparidade de certos ativos (Notas 4.g e 6)
- Valor recuperável de ativos não correntes para venda (Notas 4.1 e 7)

h) Coeficientes mínimos

Coeficiente de Recursos próprios mínimos

A Lei n.º 13/1992, de 1 de junho, e a Circular n.º 3/2008 do Banco de Espanha e as suas sucessivas alterações regulam os recursos próprios mínimos mantidos pelas entidades de crédito espanholas – tanto a título individual como de grupo consolidado – e a forma de determinação desses recursos próprios.

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, os recursos próprios computáveis ascendiam a 28.114 e 25.171 milhares de euros, respetivamente, sendo o excedente relativo aos requisitos dessa legislação, para os anos de 2025 e 2024, de 10.205 e 7.803 milhares de euros, respetivamente, de acordo com o Pilar 1. À data da elaboração das presentes contas anuais, para o cálculo dos recursos próprios, não se teve em consideração o resultado positivo obtido no exercício de 2025 no montante de 1.037 milhares de euros, uma vez que este último está pendente de aprovação e a legislação atual impede a inclusão no cálculo desse montante até que o resultado seja aprovado em sede de assembleia geral de sócios.

Apresentam-se a seguir as informações mais relevantes sobre os fundos próprios para efeitos de solvência no final de 2025:

	<u>Milhares de Euros</u>
	<u>2025</u>
<u>Capital de nível 1 ordinário</u>	<u>28.114</u>
<u>Total da exposição</u>	<u>172.202</u>
<i>Montantes das posições ponderadas pelo risco de crédito</i>	<i>165.302</i>
<i>Total da exposição aos riscos de posição, de taxa de câmbio e matérias-primas</i>	<i>-</i>
<i>Total da exposição ao risco operacional</i>	<i>6.900</i>
<u>Excedente (+)/défice (-) de capital de nível 1 ordinário</u>	<u>20.365</u>
<u>Rácio de capital de nível 1 ordinário</u>	<u>16.3262</u>
<u>Rácio do requisito global de capital</u>	<u>16.3262</u>

i) Reserva de liquidez

Percentagem mínima para a reserva de liquidez

Continua

5

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

A Circular 1/2022 do Banco de Espanha, de 24 de janeiro, aplicável às instituições de crédito financeiras, sobre liquidez, regras prudenciais e obrigações de informação, prevê que a reserva de liquidez que este tipo de instituições deve manter nunca poderá ser inferior a 10% das suas saídas de liquidez brutas durante um período de grave instabilidade financeira de 30 dias de calendário. Além disso, esta regra prevê igualmente que o limiar mínimo pode ser reduzido para 5% das saídas brutas de liquidez quando a instituição satisfizer as seguintes condições:

- a) A parte do balanço consagrada a atividades de locação financeira, *factoring*, financiamento da aquisição de veículos automóveis, cartões de crédito ou ao crédito ao consumo é superior a 80% do balanço total do estabelecimento financeiro de crédito.
- b) As contas anuais indicam que o estabelecimento financeiro de crédito aplica este limite mínimo de 5% das saídas de liquidez brutas em vez do limite geral de 10%.

No final do exercício de 2025, a DEUTSCHE LEASING realizou a análise pertinente e confirma que a proporção do balanço dedicada às atividades de locação financeira excede 80% do balanço total, pelo que continuará a aplicar a percentagem de 5% das saídas de liquidez brutas no próximo exercício financeiro, uma vez aprovadas as contas anuais em sede de assembleia geral de sócios.

O cálculo da proporção do balanço dedicada à atividade de locação financeira para o exercício de 2025 seria o seguinte:

	Milhares de Euros
Total Ativo	181.051
Total dos ativos relacionados com a atividade de locação financeira	160.616
Percentagem do balanço dedicada à atividade de locação financeira	88,71%

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

(3) Distribuição de Resultados

A proposta de distribuição dos lucros da Sociedade referentes ao exercício de 2025, formulada pelos Administradores e pendente da aprovação do Acionista Único, é apresentada no quadro seguinte:

	<u>Milhares de Euros</u>
<u>Base de distribuição</u>	
Lucros do exercício de 2025	1.037
	<u>1.037</u>
<u>Aplicação</u>	
Reserva Legal	104
Reserva Voluntária	933
	<u>1.037</u>

A distribuição dos resultados do exercício de 2024 da Sociedade, aprovada pelo Acionista Único a 23 de maio de 2025, está refletida na Demonstração de Alterações no Património Líquido e foi a seguinte:

	<u>Milhares de Euros</u>
<u>Base de distribuição</u>	
Lucros do exercício de 2024	3.021
	<u>3.021</u>
<u>Aplicação</u>	
Reserva Legal	302
Reserva Voluntária	2.719
	<u>3.021</u>

(4) Princípios Contabilísticos e Normas de Avaliação Aplicados

As presentes contas anuais foram elaboradas em conformidade com os princípios contabilísticos e as normas de avaliação estabelecidos na Circular n.º 4/2019, de 26 de novembro, do Banco de Espanha, para os estabelecimentos financeiros de crédito, sobre as normas de informação financeira pública e reservada, e modelos de demonstrações financeiras, incluindo as alterações subsequentes. Em seguida é apresentado um resumo dos mais significativos:

(a) Princípio da continuidade

Na elaboração das contas anuais, considerou-se que a administração da Sociedade irá prosseguir no futuro previsível, contando com o apoio do seu grupo e matriz. Por conseguinte, a aplicação das normas contabilísticas não se destina a determinar o valor do Património Líquido para efeitos da sua transmissão global ou parcial nem do valor resultante em caso de liquidação.

Continua

7

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Contas Anuais
31 de dezembro de 2025
(Expressos em milhares de euros)

(b) Contabilidade de exercício

As presentes contas anuais, à exceção das demonstrações de fluxos de caixa, foram elaboradas com base no fluxo efetivo de bens e serviços, independentemente da data de pagamento ou de cobrança, com exceção dos juros sobre empréstimos e contas a receber e outros riscos não relacionados com o investimento junto de mutuários considerados como com imparidade no momento da cobrança.

A periodização dos juros sobre as transações ativas e passivas, com períodos de liquidação superiores a 12 meses, é calculada pelo método financeiro. Nas operações de curto prazo, a periodização é realizada indistintamente segundo o método financeiro ou pela taxa de juro efetiva.

Seguindo a prática financeira geral, as transações são registadas na data da sua produção, que pode diferir da sua correspondente data-valor, com base na qual são calculados os rendimentos e os gastos financeiros.

(c) Transações e saldos em moeda estrangeira

i. Moeda funcional

A moeda funcional da Sociedade é o euro. Em consequência, todos os saldos e transações denominados em moedas que não o euro são considerados denominados em "moeda estrangeira".

ii. Crítérios de conversão dos saldos em moeda estrangeira

Os saldos e transações em moeda estrangeira foram convertidos em euros utilizando as seguintes regras de conversão:

- a. As rubricas monetárias em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio do final do exercício.
- b. As rubricas não monetárias avaliadas pelo respetivo custo histórico são convertidas na moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data da sua aquisição.
- c. As rubricas não monetárias avaliadas pelo justo valor são convertidas à taxa de câmbio da data em que esse justo valor foi determinado.
- d. Os rendimentos e gastos são convertidos à taxa de câmbio à data da transação, podendo ser utilizada uma taxa de câmbio média do período para todas as transações realizadas no mesmo.
- e. As operações cambiais a prazo entre divisas e de divisas contra euros que não cubram posições de capital são convertidas às taxas de câmbio estabelecidas no final do exercício pelo mercado cambial a prazo, para o prazo correspondente.
- f. Transações de moedas a prazo: Estas operações são convertidas às taxas de câmbio do final do exercício, de acordo com o mercado cambial a prazo, tendo em conta o prazo de

Continua

8

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

vencimento.

iii. Registo das diferenças cambiais

As diferenças cambiais foram registadas na conta de ganhos e perdas, com exceção das diferenças surgidas em rubricas não monetárias avaliadas pelo justo valor, cujo ajustamento pelo justo valor foi imputado ao património líquido.

(d) Demonstração dos fluxos de caixa

A Sociedade utilizou o método indireto para a realização das demonstrações dos fluxos de caixa, as quais têm as seguintes expressões, que integram os seguintes critérios de classificação:

- a. Fluxos de caixa: entradas e saídas de dinheiro em caixa e seus equivalentes, entendendo-se por estes os investimentos a curto prazo de grande liquidez e baixo risco de alterações no seu valor. Por caixa e equivalentes entendemos os saldos incluídos nas rubricas "Caixa, saldos em caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem" dos balanços anexos, bem como outros saldos geridos como numerário (Nota 5).
- b. Atividades de exploração: atividades típicas das entidades de crédito, bem como outras atividades que não possam ser qualificadas como de investimento ou de financiamento.
- c. Atividades de investimento: as de aquisição, alienação ou disposição por outros meios de ativos a longo prazo e outros investimentos incluídos na caixa e seus equivalentes.
- d. Atividades de financiamento: atividades que produzem alterações no tamanho e composição do património líquido e dos passivos que não fazem parte das atividades de exploração.

(e) Reconhecimento, avaliação e classificação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade se converte em parte dos acordos contratuais, em conformidade com as disposições dos referidos acordos.

i. Ativos financeiros

Normalmente, os ativos financeiros são registados inicialmente pelo justo valor. A menos que haja provas em contrário, o justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o valor da transação. No caso de instrumentos sem mercado ativo, deve ser utilizado o preço de transação no reconhecimento inicial, a menos que possa ser comprovado, pelas condições específicas do instrumento de transação, que o justo valor é representado por outro valor.

Entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um ativo financeiro ou pago pela transferência de um passivo financeiro numa transação ordenada entre participantes no mercado, na data de avaliação. A melhor prova do justo valor é o preço cotado num mercado que corresponda a um mercado ativo, transparente e profundo.

Quando não existe preço de mercado para determinado ativo financeiro, são utilizadas técnicas

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

de avaliação para estimar o seu justo valor que deverão satisfazer as seguintes características:

- a. Deverão ser as técnicas mais coerentes e adequadas e incorporar dados observáveis do mercado, tais como: transações recentes de outros instrumentos substancialmente equivalentes; desconto dos fluxos de caixa e modelos de mercado para avaliação das opções.
- b. Deverão ser técnicas que forneçam a estimativa mais realista do preço do instrumento e, de preferência, aquelas que os participantes no mercado utilizem normalmente ao avaliarem o instrumento.
- c. Deverão maximizar a utilização de dados de mercado observáveis, limitando tanto quanto possível a utilização de dados não observáveis. A metodologia de avaliação deve ser mantida ao longo do tempo, desde que os pressupostos subjacentes à sua escolha não tenham sido alterados. Seja como for, a técnica de avaliação deve ser periodicamente avaliada e a sua validade examinada utilizando preços observáveis de transações recentes e dados de mercado correntes.
- d. Além disso, serão considerados fatores como o valor temporário da moeda; risco de crédito, taxa de câmbio, preços dos instrumentos de património, volatilidade, liquidez, risco de cancelamento antecipado e custos administrativos.

No caso de o ativo financeiro não ser contabilizado pelo justo valor com alterações nos resultados, o montante do justo valor deve ser ajustado adicionando ou deduzindo os custos de transação que sejam diretamente imputáveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Relativamente aos instrumentos financeiros pelo justo valor com alterações nos resultados, os custos de transação diretamente imputáveis devem ser reconhecidos imediatamente na conta de ganhos e perdas.

Para efeitos de avaliação, a Sociedade classificará os ativos financeiros numa das seguintes carteiras:

- a) Ativos financeiros a custo amortizado.
- b) Ativos financeiros pelo justo valor com alterações noutros resultados globais.
- c) Ativos financeiros obrigatoriamente pelo justo valor com alterações nos resultados:
 - Ativos financeiros detidos para negociação.
 - Ativos financeiros não destinados a negociação avaliados obrigatoriamente pelo justo valor com alterações nos resultados.
- d) Ativos financeiros designados pelo justo valor com alterações nos resultados.
- e) Derivados - contabilização de coberturas.
- f) Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas.

Continua

10

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

Esta decisão será tomada com base nos seguintes elementos:

O modelo de negócio indicado pela Sociedade para gerir os ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

1.- Modelo de negócio:

Modelo de negócio significa a forma como a Sociedade gere os seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. A determinação do modelo leva em conta os princípios e estruturas aplicados pela Administração e a forma como estes se refletem na gestão corrente de cada carteira. Deve ser efetuada uma avaliação a nível da carteira e não a nível individual, bem como levar em conta a forma como a Direção gere as carteiras (cobrança de fluxos, venda de ativos ou ambos).

2.- Características dos fluxos de caixa contratuais:

A análise dos fluxos de caixa recebidos visa determinar se os fluxos de caixa a receber com o ativo financeiro analisado cumprem o critério do "capital mais juros sobre o capital", sendo o "capital" o justo valor do ativo financeiro no momento do reconhecimento inicial e o "juro" a retribuição pelo valor temporário do dinheiro, pelo risco de crédito associado ao capital em dívida durante um período específico e por outros custos de financiamento e estrutura, assim como por uma margem de lucro.

Um ativo financeiro deverá ser classificado, para efeitos de valorização na carteira de ativos financeiros, pelo custo amortizado, se estiverem preenchidas as duas condições seguintes:

- a) O ativo financeiro é conservado num modelo de negócio que visa manter os ativos financeiros para obter fluxos de caixa contratuais; e
- b) As condições contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

O custo amortizado é determinado como o valor pelo qual o ativo financeiro é avaliado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos do capital, mais ou menos a amortização acumulada de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor na data de vencimento, utilizando o método da taxa de juro efetiva e, no caso dos ativos financeiros, ajustado por qualquer correção de valor por perdas por imparidade. O método da taxa de juro efetiva é usado tanto para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro como para imputar e reconhecer os rendimentos ou gastos com juros no resultado do exercício.

A taxa de juro efetiva é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor bruto contabilizado de um ativo financeiro com os fluxos de caixa estimados durante o período de vida esperado do instrumento, com base nas suas condições contratuais, mas sem considerar as perdas de crédito esperadas. No seu cálculo deverão ser incluídas todas as comissões, custos de transação e outros prémios ou descontos obtidos que constituam parte integrante do rendimento ou custo efetivo do instrumento.

Um ativo financeiro deverá ser classificado na carteira de ativos financeiros pelo justo valor com alterações noutros resultados globais se estiverem preenchidas as duas condições

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Contas Anuais
31 de dezembro de 2025
(Expressos em milhares de euros)

seguintes:

- a) O ativo financeiro é mantido num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais como pelas vendas; e
- b) As condições contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

Um ativo financeiro deverá ser classificado na carteira de ativos financeiros pelo justo valor com alterações nos resultados sempre que o modelo de negócio escolhido para a sua gestão ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não justifiquem a avaliação pelo custo amortizado ou pelo justo valor com alterações noutros resultados globais.

Além disso, no âmbito da carteira de ativos financeiros pelo justo valor com alterações nos resultados, serão necessariamente incluídos na carteira de negociação todos aqueles relativamente aos quais seja satisfeita uma das seguintes características:

- a) Sejam originados ou adquiridos para efeitos de execução a curto prazo.
- b) Façam parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente, relativamente aos quais existam provas de ações recentes para obter ganhos a curto prazo.
- c) Sejam instrumentos derivados que não correspondam à definição de contrato de garantia financeira e não tenham sido designados como instrumentos de cobertura contabilística.

No entanto, a Sociedade pode fazer uma escolha irrevogável no momento do reconhecimento inicial para incluir na carteira de ativos financeiros pelo justo valor com alterações noutros resultados globais investimentos específicos em instrumentos de capital próprio que, de outra forma, seriam mensurados pelo justo valor com alterações nos resultados.

Da mesma forma, a Sociedade poderá, no momento do reconhecimento inicial, designar irrevogavelmente um ativo financeiro como sendo avaliado pelo justo valor através de resultados se, ao fazê-lo, eliminar ou reduzir de forma significativa uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (também denominada "assimetria contabilística") que, de outra forma, resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos seus ganhos e perdas em bases diferentes.

Conforme acima referido, após o reconhecimento inicial, a Sociedade deverá avaliar os ativos financeiros pelo custo amortizado, pelo justo valor com alterações noutros resultados globais, pelo justo valor com alterações nos resultados ou pelo custo, dependendo da sua classificação.

Os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas deverão ser avaliados pelo custo, deduzido, se aplicável, do valor acumulado das correções por imparidades estimadas.

ii. Passivos financeiros

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

Os passivos financeiros deverão ser incluídos, para efeitos de avaliação, numa das seguintes carteiras:

- a) Passivos financeiros detidos para negociação.
- b) Passivos financeiros designados pelo justo valor com alterações nos resultados.
- c) Passivos financeiros a custo amortizado.
- d) Derivados - contabilização de coberturas, que inclui os derivados financeiros adquiridos ou emitidos pela Entidade e elegíveis para cobertura contabilística.

Os passivos financeiros a custo amortizado são avaliados da mesma forma que os ativos financeiros a custo amortizado. A Sociedade deverá, por defeito, classificar os passivos financeiros na carteira de passivos financeiros a custo amortizado, a menos que existam circunstâncias para os classificar noutra carteira, conforme descrito em seguida:

A carteira de passivos financeiros detidos para negociação deverá incluir obrigatoriamente todos os passivos financeiros que satisfaçam uma das seguintes condições:

- a) Terem sido emitidos com a intenção de os readquirir num futuro próximo.
- b) Constituam posições curtas de títulos.
- c) Integrem uma carteira de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente, relativamente aos quais existam provas de ações recentes para obter ganhos a curto prazo.
- d) Constituam instrumentos derivados que não correspondam à definição de contrato de garantia financeira, nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

O facto de um passivo financeiro ser utilizado para financiar atividades de negociação não leva, por si só, à sua inclusão nesta categoria.

A carteira de passivos financeiros designados pelo justo valor com alterações nos resultados deverá incluir os passivos financeiros que satisfaçam uma das seguintes condições:

- a) Tenham sido designados de forma irrevogável aquando do seu reconhecimento inicial pela entidade.

Essa designação só poderá realizar-se caso:

- Se trate de um instrumento financeiro híbrido e esteja reunido um conjunto de circunstâncias.
- Ao fazê-lo, é eliminada ou reduzida de forma significativa qualquer inconsistência (assimetria contabilística) na avaliação ou reconhecimento que de outra forma resultaria da avaliação de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos seus ganhos ou perdas em bases diferentes, ou é obtida informação mais relevante por se tratar de um grupo de passivos financeiros, ou de ativos e passivos financeiros, que é gerido e cujo retorno é

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

avaliado com base no seu justo valor, em conformidade com uma estratégia de gestão de riscos ou de investimento documentada, e a informação desse grupo é igualmente fornecida com base no justo valor ao pessoal chave da administração.

b) Tenham sido designados no seu reconhecimento inicial, ou posteriormente, pela entidade como um elemento coberto para a gestão do risco de crédito através da utilização de um derivado de crédito avaliado pelo justo valor com alterações nos resultados.

Após o reconhecimento inicial, a entidade deverá avaliar um passivo financeiro pelo custo amortizado ou pelo justo valor com alterações nos resultados.

iii. Instrumentos de Património

Um instrumento financeiro constituirá um instrumento de património se, e apenas se, estiverem preenchidas as duas condições seguintes:

(a) O instrumento não incluir uma obrigação contratual:

(i) de entregar numerário ou outros ativos financeiros a outra entidade; ou

(ii) de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade, em condições potencialmente desfavoráveis para a entidade emissora.

(b) Se o instrumento for ou puder ser liquidado através de instrumentos de capital próprio do emissor, será:

(i) um instrumento não derivado que não inclua uma obrigação contratual de o emitente entregar um número variável de instrumentos de capital próprio; ou

(ii) um instrumento derivado que será liquidado unicamente pela troca pelo emitente de um valor fixo de numerário ou de outro ativo financeiro, por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Uma obrigação contratual, incluindo a decorrente de um instrumento financeiro derivado, que resulte ou possa resultar na receção ou entrega futura de instrumentos de capital próprio do emissor, não deverá ser tratada como um instrumento de património se não preencher as condições (a) e (b) acima.

(f) Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos de juros e as rubricas similares são geralmente contabilizados segundo o princípio da especialização do exercício e com base no método da taxa de juro efetiva. No seu cálculo deverão ser incluídas todas as comissões, custos de transação e outros prémios ou descontos obtidos que constituam parte integrante do rendimento ou custo efetivo do instrumento.

Os dividendos recebidos de outras entidades são reconhecidos como rendimentos quando é declarado o direito da entidade a receber o pagamento.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

As comissões pagas ou cobradas por serviços financeiros, independentemente da denominação que recebam contratualmente, são classificadas nas seguintes categorias, que determinam a sua imputação na conta de ganhos e perdas:

- i. Comissões de crédito, que são as que constituem parte integrante do rendimento ou custo efetivo de uma operação financeira e que são imputadas à conta de ganhos e perdas ao longo da duração esperada da operação como um ajustamento ao custo ou rendimento efetivo da operação. Estas incluem as comissões de abertura e comissões de estudo de produtos de ativos, comissões de ultrapassagem de crédito e comissões de descoberto de contas de passivo.
- ii. Comissões que não de crédito, que são as que resultam de prestações de serviços financeiros que não operações de financiamento, e que podem surgir na execução de um serviço realizado durante um período de tempo e na prestação de um serviço que seja executado num único ato.

Os rendimentos e gastos são registados na conta de ganhos e perdas individual, geralmente de acordo com os seguintes critérios:

- i. Os associadas a ativos e passivos financeiros avaliados pelo justo valor com alterações nos ganhos e perdas são registadas no momento da cobrança.
- ii. Os que correspondem a transações ou serviços prestados ao longo de um período de tempo são registadas durante o período em que se realizam tais transações ou serviços.
- iii. Os que correspondem a uma transação ou serviço executado num único ato são registadas quando ocorre o ato que os originou.

Os rendimentos e gastos não financeiros são registados segundo o princípio da especialização do exercício. As cobranças e os pagamentos diferidos ao longo do tempo, para períodos superiores a um ano, são contabilizados pelo valor resultante da atualização financeira dos fluxos de caixa antecipados às taxas de mercado.

O reconhecimento dos impostos e obrigações de impostos ocorre aquando do ato que gera o pagamento.

(g) Imparidade do valor dos ativos financeiros

Instrumentos de dívida e exposições extrapatrimoniais

As perdas por imparidade do período em instrumentos de dívida são reconhecidas como despesas na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade em instrumentos de dívida pelo custo amortizado são reconhecidas numa conta de correção que reduza o valor contabilístico do ativo, enquanto as contabilizadas pelo justo valor com alterações noutros resultados globais são reconhecidas em "Outros resultados globais acumulados".

As inversões posteriores das coberturas por perdas por imparidades reconhecidas anteriormente são registadas de imediato como receitas na conta de ganhos e perdas do exercício.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

As perdas de créditos esperadas correspondem à diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à entidade, de acordo com o contrato do ativo financeiro, e todos os fluxos de caixa que esta espera receber, descontada a taxa de juro efetiva original ou uma estimativa razoável da mesma ou, no caso dos ativos financeiros adquiridos ou originados por imparidades de crédito, a taxa de juro efetiva ajustada pela qualidade do crédito.

Os fluxos de caixa futuros estimados de um instrumento de dívida são todos os valores, capital e juros, que a Sociedade estima que obterá durante a vida do instrumento. Em tal estimativa são levadas em consideração todas as informações relevantes que se encontrem disponíveis na data da elaboração das contas anuais e que proporcionem dados fiáveis e atualizados sobre a possibilidade de cobrança futura dos fluxos de caixa contratuais.

Da mesma forma, na estimativa dos fluxos de caixa futuros de instrumentos que contem com garantias reais, são levados em conta os fluxos que seriam obtidos com a sua realização, menos o valor dos custos necessários à sua obtenção e posterior venda, independentemente da probabilidade de execução da garantia.

Tanto na estimativa das perdas de crédito esperadas como na classificação das exposições de crédito, são levadas em consideração as informações prospetivas futuras, mediante a utilização de cenários alternativos e a ocorrência de elementos idiossincráticos futuros. As perdas de crédito esperadas são ponderadas pela probabilidade de ocorrência de cada cenário ou eventos idiossincráticos.

De acordo com o risco de crédito, as exposições de crédito são classificadas numa das categorias listadas abaixo:

- 1) Risco normal (Fase 1): inclui as operações cujo risco de crédito não aumentou de forma significativa desde o seu reconhecimento inicial. A cobertura por imparidade será igual às perdas de crédito esperadas a doze meses. Os rendimentos de juros são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor bruto contabilístico da operação.
- 2) Risco normal em vigilância especial (Fase 2): inclui as operações cujo risco de crédito aumentou de forma significativa desde o seu reconhecimento inicial, mas que não apresentam um evento de incumprimento ou imparidade. A cobertura por imparidade será igual às perdas de crédito esperadas ao longo da duração da operação. Os rendimentos de juros serão calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor bruto contabilístico da operação.
- 3) Risco duvidoso (Fase 3): inclui as operações com imparidade de crédito, ou seja, que apresentam um evento de incumprimento ou imparidade. A cobertura será igual às perdas de crédito esperadas ao longo da duração da operação. Os rendimentos de juros serão calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao custo amortizado (ou seja, ajustado por quaisquer correções de valor por imparidades) do ativo financeiro.
- 4) Risco falhado: nesta categoria são incluídas as operações para as quais não haja expectativas razoáveis de recuperação. A classificação nesta categoria terá como consequência o reconhecimento nos resultados de perdas pelo valor contabilístico da operação e o abate total do ativo.

Aquando do seu reconhecimento inicial, as operações adquiridas ou com origem em

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

imparidades de crédito, como as adquiridas com um desconto importante que reflita perdas de crédito, serão incluídas como parte da categoria de risco duvidoso. A perda de crédito esperada na compra ou originação destes ativos não integrará a cobertura nem o valor contabilístico bruto no reconhecimento inicial. Independentemente da sua classificação posterior, quando uma operação for adquirida ou tiver origem em imparidades de crédito, a cobertura será igual ao valor acumulado das alterações nas perdas de crédito posteriores ao reconhecimento inicial e os rendimentos de juros destes ativos serão calculados aplicando a taxa de juro efetiva ajustada pela qualidade de crédito ao custo amortizado do ativo financeiro.

Por outro lado, o refinanciamento ou reestruturação de uma operação não poderá, em caso algum, implicar uma reclassificação da mesma como Normal. Estas posições serão classificadas como Vigilância Especial ou Duvidosas. A reclassificação destas posições Duvidosas como Vigilância Especial e de Vigilância Especial como Normal ocorrerá quando forem cumpridos os períodos de cura correspondentes.

Caso se considere remota a possibilidade de recuperação de qualquer valor por imparidade registada, e quando a idade do atraso superar os 4 anos, este será eliminado do Balanço, mesmo que a Sociedade possa levar a cabo as ações necessárias para tentar conseguir a sua cobrança, enquanto não tiverem sido definitivamente extintos os seus direitos por prescrição, condenação ou outras causas.

As perdas de crédito esperadas serão determinadas:

a) Individualmente, para os contratos que sejam classificados como operações duvidosas por razões distintas das dos critérios não automáticos de atraso de pagamento e para os contratos classificados como normais no âmbito da vigilância especial e de cobrança duvidosa por razões de atraso de pagamento que sejam consideradas significativas.

b) coletivamente, para os contratos que sejam classificados como normais ou classificados como normais no âmbito de vigilância especial que não sejam significativos e duvidosos por critérios automáticos de atraso de pagamento.

Caso se estime que não se dispõe de informações razoáveis e fundamentadas para estimar as perdas de crédito esperadas ao longo de toda a vida de um instrumento considerado individualmente, este será incluído num grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito, com o objetivo de avaliar se, coletivamente, existe imparidade no grupo.

Caso um instrumento específico não possa ser incluído em nenhum grupo de ativos com características de risco semelhantes, este será analisado exclusivamente de forma individual para determinar se apresenta imparidade e, nesse caso, para estimar a perda por imparidade.

A estimativa dos valores que se espera desembolsar pelas exposições extrapatrimoniais será o produto do valor nominal da operação por um fator de conversão.

A avaliação coletiva de um grupo de ativos financeiros para estimar as suas perdas por imparidade é realizada da seguinte forma:

- Os instrumentos de dívida são incluídos em grupos que tenham características de risco de

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

crédito semelhantes, indicadoras da capacidade dos devedores para pagar todos os valores, capital e juros, de acordo com as condições contratuais. As características de risco de crédito que são consideradas para agrupar os ativos são, entre outras, o tipo de instrumento, o sector de atividade do devedor, a área geográfica da atividade, o tipo de garantia, a antiguidade dos valores vencidos e qualquer outro fator que seja relevante para a estimativa dos fluxos de caixa futuros.

- Os fluxos de caixa futuros de cada grupo de instrumentos de dívida são estimados para instrumentos com características de risco de crédito semelhantes às do respetivo grupo, uma vez realizados os ajustamentos necessários para adaptar os dados históricos às condições atuais do mercado.

- A perda por imparidade de cada grupo consiste na diferença entre o valor contabilístico de todos os instrumentos de dívida do grupo e o valor atual dos seus fluxos de caixa futuros estimados.

Nas estimativas coletivas, a Sociedade estabeleceu a solução alternativa para as coberturas por risco de crédito, baseando-se nas tabelas fornecidas pelo Banco de Espanha.

Em vez disso, para estimativas individuais, a Sociedade estabeleceu procedimentos individualizados ao nível do contrato para estimar a cobertura do risco de crédito, através dos fluxos de caixa futuros de cada contrato, considerando o montante líquido a recuperar pela venda do bem como o montante mais baixo dos fluxos de caixa que se espera recuperar.

(h) Transferências e redução do balanço de instrumentos financeiros

As transferências de instrumentos financeiros são contabilizadas tendo em conta a forma como se produz a transferência dos riscos e benefícios associados aos instrumentos financeiros transferidos, com base nos seguintes critérios:

i. Se os riscos e benefícios forem substancialmente transferidos para terceiros, como no caso das vendas incondicionais, as vendas com acordo de recompra pelo seu justo valor à data da recompra, as vendas de ativos financeiros com opção de compra adquirida ou de venda emitida profundamente "out of the money", as securitizações de ativos em que o cedente não retenha financiamentos subordinados nem conceda nenhum tipo de melhoria de crédito para os novos titulares, etc., o instrumento financeiro transferido é abatido no balanço, reconhecendo-se, simultaneamente, qualquer direito ou obrigação mantido ou criado em consequência da transferência.

ii. Se se mantiverem de forma substancial os riscos e benefícios associados ao instrumento financeiro transferido, como nas vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda acrescido de juros, os contratos de empréstimo de valores em que o devedor tenha obrigação de devolver os mesmos ativos ou ativos semelhantes, etc., o instrumento financeiro transferido não será abatido no balanço e continuará a ser valorizado de acordo com os mesmos critérios utilizados antes da transferência. Não obstante, é reconhecido contabilisticamente o passivo financeiro associado por um valor igual ao da contraprestação recebida, que é valorizado posteriormente pelo seu custo amortizado. Os rendimentos do ativo financeiro transferido, mas não abatido, e os gastos do novo passivo financeiro serão reconhecidos diretamente

Continua

18

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

na conta de ganhos e perdas.

iii. Se não forem transferidos nem mantidos de forma substancial os riscos e benefícios associados ao instrumento financeiro transferido, como nas vendas de ativos financeiros com opção de compra adquirida ou de venda emitida que não estejam profundamente "in the money" nem "out of the money", as securitizações em que o cedente assuma um financiamento subordinado ou outro tipo de melhorias de crédito por uma parte do ativo transferido, etc., distingue-se entre:

- Caso a Sociedade não mantenha o controlo do instrumento financeiro transferido, caso em que é abatido no balanço e se reconhece qualquer direito ou obrigação mantido ou criado em consequência da transferência.
- Caso a Sociedade mantenha o controlo do instrumento financeiro transferido, caso em que continua a ser reconhecido no balanço por um valor igual à sua exposição às alterações de valor que possa conhecer e se reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido.

O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será o custo amortizado dos direitos e obrigações mantidos, caso o ativo transferido seja medido pelo seu custo amortizado, ou o justo valor dos direitos e obrigações mantidos, caso o ativo transferido seja medido pelo seu justo valor.

Por conseguinte, os ativos financeiros só serão abatidos no balanço quando se tenham extinguido os fluxos de caixa que geram ou quando tenham sido transferidos de forma substancial para terceiros os riscos e benefícios neles implícitos. Da mesma forma, os passivos financeiros só serão abatidos no balanço quando se tenham extinguido as obrigações que geram ou quando tenham sido adquiridos com intenção de os cancelar ou de os recolocar.

Caso o ativo financeiro transferido provoque uma redução na íntegra do balanço, será reconhecida na conta de ganhos e perdas a diferença entre o seu valor contabilístico e a soma: a) da contraprestação recebida, incluindo qualquer novo ativo obtido menos qualquer passivo assumido, e b) de qualquer resultado acumulado reconhecido diretamente como "Outro resultado global acumulado" no património líquido atribuível ao ativo financeiro transferido.

(i) Ativos corpóreos

As imobilizações corpóreas de uso próprio são apresentadas pelo seu preço de aquisição, atualizado conforme determinadas normas legais, e reavaliadas de acordo com o permitido na nova legislação contabilística, menos a sua correspondente amortização acumulada e, caso exista, menos qualquer perda por imparidade.

A amortização de todos os elementos das imobilizações corpóreas é calculada linearmente em função dos anos de vida útil estimada:

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Contas Anuais
31 de dezembro de 2025
(Expressos em milhares de euros)

	<u>Anos de amortização</u>
Equipamentos informáticos e suas instalações	4
Mobiliário, veículos e restantes instalações	10

A Sociedade revê, pelo menos no final do exercício, o período e método de amortização de cada um dos ativos corpóreos.

Os gastos de conservação e manutenção das imobilizações corpóreas que não melhoram a sua utilização ou prolongam a vida útil dos respetivos ativos são debitados na conta de ganhos e perdas no momento em que são produzidos.

(j) Ativos incorpóreos

As aplicações informáticas adquiridas pela Sociedade são avaliadas pelo seu custo de aquisição, são amortizadas no período em que se espera que gerem fluxos de caixa a favor da Sociedade e, se necessário, são realizadas correções correspondentes à imparidade.

(k) Locações

As operações de locação são classificadas como locações financeiras e locações operacionais. Ao contrário da locação operacional, uma locação financeira é uma locação em que se transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo objeto do contrato.

Locações financeiras: Locador

A empresa contabiliza os ativos transferidos ao abrigo de contratos de locação financeira para o investimento líquido na soma dos valores atuais dos montantes que receberá do locatário mais o valor residual garantido, sem ter em conta os custos iniciais, desde que não sejam significativos.

O valor residual é o preço da opção de compra no termo do contrato, registado como um financiamento a um terceiro e que, portanto, é incluído na rubrica "Ativos financeiros a custo amortizado - Empréstimos e adiantamentos" do balanço.

As cobranças são atualizadas à sua taxa de juro implícita.

Os rendimentos financeiros são registados na conta de ganhos e perdas aplicando o método de taxa de juro efetiva. Neste caso, os rendimentos financeiros com origem nestes contratos são imputados na conta de ganhos e perdas, no capítulo "rendimentos de juros", aplicando para estimar o seu rendimento o método da taxa de juro efetiva das operações.

(l) Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos que tenham sido classificados como detidos para venda

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

Consideram-se ativos não correntes detidos para venda aqueles cujo valor contabilístico se destine principalmente a ser recuperado através da venda, desde que estejam disponíveis para venda imediata e que a sua venda seja considerada altamente provável.

Os ativos atribuídos ou recebidos no pagamento de dívidas são ativos que a Sociedade recebe de mutuários ou outros devedores, para satisfação, total ou parcial, de ativos financeiros que representam créditos sobre eles, e que são classificados como "ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos que tenham sido classificados como detidos para venda".

Os ativos não correntes detidos para venda são reconhecidos pelo menor valor entre o seu justo valor menos os custos de venda e o seu valor contabilístico, e não são objeto de amortização.

A estimativa do justo valor dos ativos imobiliários concedidos ou recebidos em pagamento de dívidas no momento da adjudicação ou da receção deve basear-se, como valor de referência, no valor de mercado concedido por uma avaliação individual completa. Após a data de adjudicação ou de receção, a avaliação de referência, que constitui o ponto de partida para a estimativa do justo valor, pode ser atualizada com uma frequência mínima anual. É possível combinar métodos de avaliação automatizados e avaliações individuais completas, de modo a que estas sejam realizadas pelo menos de três em três anos.

No processo de estimativa do justo valor do ativo concedido ou recebido no reembolso de dívidas, deve ser avaliado se é necessário aplicar ao valor de referência um desconto decorrente das condições específicas do ativo, tais como a sua posição ou estado de preservação, ou dos mercados desses ativos, tais como reduções no volume ou no nível de atividade. Nesta avaliação, a Sociedade deverá ter em conta a sua experiência em matéria de vendas e o tempo médio de retenção em balanço de bens similares.

A Sociedade possui as suas próprias metodologias para estimar os descontos sobre o valor de referência e os custos de venda de ativos concedidos ou recebidos em pagamento de dívidas, tendo em conta a sua experiência de venda de bens similares, em termos de prazos, preços e volume, bem como o tempo de retenção do ativo no balanço da entidade. Estas metodologias são desenvolvidas no quadro de metodologias internas para estimativas coletivas de coberturas de risco. No entanto, as perdas dos ativos atribuídos devem ser calculadas individualmente para os ativos que permaneçam durante um período mais longo do que o inicialmente previsto para a sua venda.

As perdas por imparidade de ativos não correntes detidos para venda são reconhecidas na rubrica "Ganhos ou perdas de ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos classificados como detidos para venda, não elegíveis como atividades descontinuadas", na conta de ganhos e perdas consolidada. As recuperações de valor são reconhecidas na conta de ganhos e perdas consolidada até um valor igual às perdas por imparidades anteriormente reconhecidas.

(m) Compensação de saldos

Os saldos devedores e credores resultantes de operações que, contratualmente ou por imperativo legal, contemplem a possibilidade de compensação e se destinem a ser liquidados pelo seu valor líquido ou a realizar o ativo e proceder ao pagamento do passivo de forma simultânea, são apresentados no balanço pelo seu valor líquido.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

(n) Valores emprestados ou como garantia

Os empréstimos de valores mobiliários constituem transações em que o mutuário obtém a plena titularidade dos valores sem efetuar outros desembolsos que não o pagamento de comissões, com o compromisso de devolver valores da mesma natureza que os recebidos ao mutuante.

Os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tenha obrigação de reembolsar os mesmos ativos, outros ativos substancialmente iguais e ativos semelhantes com justo valor idêntico são tratados como operações em que os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo são retidos de forma substancial pelo mutuante.

(ñ) Garantias financeiras

Um contrato de garantia financeira é considerado um contrato que obriga o emitente a efetuar pagamentos específicos para reembolsar o credor pela perda em que incorre quando um determinado devedor não cumpre a sua obrigação de pagar, de acordo com as condições originais ou alteradas de um instrumento de dívida, independentemente da sua forma jurídica, que pode assumir, entre outras, a de fiança, aval financeiro, contrato de seguro ou derivado de crédito.

A Sociedade reconhece os contratos de garantia financeira na rubrica "Outros passivos financeiros" pelo justo valor mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. No início, e salvo prova em contrário, o justo valor dos contratos de garantia financeira celebrados com terceiros independentes, no âmbito de uma operação isolada em condições de independência mútua, será o prémio recebido acrescido, se for caso disso, do valor atual dos fluxos de caixa a receber, utilizando uma taxa de juro semelhante à dos ativos financeiros concedidos pela entidade com um prazo e um risco semelhantes; simultaneamente, reconhece como um crédito sobre o ativo o valor atual dos fluxos futuros a receber utilizando a taxa de juro acima referida.

Após o reconhecimento inicial, os contratos são tratados de acordo com os seguintes critérios:

a. O valor das comissões ou prémios a receber pelas garantias financeiras será atualizado, mediante o registo das diferenças na conta de ganhos e perdas, como receita financeira.

b. O valor dos contratos de garantia financeira que não tenham sido classificados como duvidosos deverá ser o valor inicialmente reconhecido no passivo menos a parte imputada na conta de ganhos e perdas, linearmente, durante o período de vida esperado da garantia ou com outro critério, desde que reflita de forma mais adequada a perceção dos benefícios e riscos económicos da garantia.

As garantias financeiras são classificadas de acordo com o risco de insolvência imputável ao cliente ou à transação e, se for caso disso, é estimada a necessidade de criar provisões mediante a aplicação de critérios semelhantes estabelecidos na Nota (e) para os instrumentos de dívida avaliados pelo custo amortizado.

Caso seja necessário constituir uma provisão para garantias financeiras, as comissões com pagamento pendente serão reclassificadas na provisão correspondente.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

(o) Gastos de pessoal

A Sociedade contabilizou os gastos de pessoal na Conta de Ganhos e Perdas, não existindo benefícios pós-emprego nem remunerações baseadas em instrumentos de capital.

(p) Imposto sobre o lucro

O gasto com o Imposto sobre Sociedades de cada exercício é calculado em função do resultado económico antes de impostos. O efeito fiscal antecipado ou diferido das diferenças temporais, bem como dos créditos fiscais por perdas do exercício, é incluído, se for caso disso, nas epígrafes "Ativos por impostos diferidos" e "Passivos por impostos diferidos" dos balanços.

A Sociedade reconhece a conversão de um ativo por imposto diferido numa conta a receber em relação à Administração Pública, quando é exigível segundo o disposto na legislação fiscal em vigor. Para estes efeitos, a baixa do ativo por imposto diferido é reconhecida a título de gasto por imposto sobre o lucro transitado e a conta a receber com crédito no imposto sobre o lucro atual. Da mesma forma, a Sociedade reconhece a troca de um ativo por imposto diferido por valores de Dívida Pública, quando a titularidade dos mesmos é adquirida.

Salvo prova em contrário, não se considera provável que a Sociedade disponha de lucros tributáveis futuros quando se prevê que a sua recuperação futura vá ocorrer num prazo superior aos dez anos contados desde a data de encerramento do exercício, independentemente de qual seja a natureza do ativo por imposto diferido ou no caso de se tratar de créditos derivados de deduções e outros benefícios fiscais pendentes de aplicar a nível fiscal por insuficiência de quota quando, tendo-se produzido a atividade ou obtido o rendimento que dê origem à dedução ou bonificação, existam dúvidas razoáveis sobre o cumprimento dos requisitos para as tornar efetivas.

A Sociedade apenas reconhece os ativos por impostos diferidos derivados de perdas fiscais compensáveis, na medida em que seja provável que se vão obter lucros tributáveis que os permitam compensar num prazo inferior ao estabelecido pela legislação fiscal aplicável, com o limite máximo de dez anos, salvo prova de que seja provável a sua recuperação num prazo superior, quando a legislação fiscal permita compensá-los num prazo superior ou não estabeleça limites temporais para a respetiva compensação. Pelo contrário, considera-se provável que a Sociedade disponha de lucros tributáveis suficientes para recuperar os ativos por imposto diferido sempre que existam diferenças temporárias tributáveis em quantia suficiente, relacionadas com a mesma autoridade fiscal e referentes ao mesmo sujeito passivo, cuja reversão seja esperada no mesmo ano fiscal em que se prevê a reversão das diferenças temporárias dedutíveis ou em exercícios em que uma perda fiscal, originada por uma diferença temporária dedutível, possa ser compensada com lucros anteriores ou posteriores.

(q) Provisões e contingências

A Sociedade contabiliza provisões pelo valor estimado para o cumprimento das suas obrigações correntes em resultado de acontecimentos passados, claramente especificados quanto à sua natureza, mas que são indeterminados em termos de valor ou quanto ao momento de cancelamento, e para cujo cancelamento é provável que tenham de se alienar recursos que incorporem benefícios económicos. Tais obrigações poderão resultar de:

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

- Uma disposição legal ou contratual.
- Uma obrigação implícita ou tácita, cuja origem resulta de uma expectativa válida criada pela Sociedade em relação a terceiros no que respeita à assunção de determinados tipos de responsabilidades. Essas expectativas são criadas quando a Sociedade aceita publicamente responsabilidades, decorrentes de comportamentos passados ou de políticas empresariais de domínio público.
- A evolução quase segura da regulamentação em determinadas áreas, em especial, projetos regulamentares a que a Sociedade não poderá escapar.

Constituem passivos eventuais as possíveis obrigações da Sociedade decorrentes de acontecimentos passados, cuja existência está condicionada à ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, independentemente da vontade da Sociedade. Os passivos eventuais incluem as obrigações atuais da Sociedade cujo cancelamento não seja suscetível de resultar numa diminuição dos recursos que incorporam benefícios económicos ou cujo valor, em casos extremamente raros, não possa ser calculado de forma suficientemente fiável.

As obrigações eventuais consideram-se prováveis quando existir uma maior probabilidade de ocorrência do que do contrário, possíveis quando existir uma menor probabilidade de ocorrência do que do contrário e remotas quando a sua ocorrência for extremamente rara.

A Sociedade inclui nas contas anuais todas as provisões significativas relativamente às quais se estima que a probabilidade de cumprimento da obrigação seja superior à do contrário. Os passivos eventuais não são reconhecidos nas contas anuais, mas são reportados a menos que a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos seja considerada remota.

As provisões são calculadas tendo em conta a melhor informação disponível sobre as consequências do acontecimento que as originou e são estimadas em cada encerramento contabilístico, tendo em conta o efeito financeiro, caso seja significativo. São utilizadas para cumprir as obrigações específicas para as quais foram reconhecidas e são anuladas, no todo ou em parte, quando tais obrigações deixarem de existir.

No final dos exercícios a que se referem as presentes contas anuais, encontravam-se em curso diversos procedimentos judiciais e reclamações contra a Sociedade, decorrentes do normal exercício das suas atividades. Tanto os assessores jurídicos da Sociedade como os seus Administradores entendem que a conclusão destes procedimentos e reclamações não terá um efeito significativo, para além do valor incluído como provisão, nas presentes contas anuais.

(5) Caixa, saldos em caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem

A Sociedade não tem qualquer depósito no Banco de Espanha, uma vez que a manutenção de uma reserva mínima deixou de ser obrigatória.

Esta epígrafe da carteira de investimento de crédito de ativo do balanço corresponde a 186

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Contas Anuais
31 de dezembro de 2025
(Expressos em milhares de euros)

milhares de euros a 31 de dezembro de 2025, e a 271 milhares de euros a 31 de dezembro de 2024.

	Milhares de euros	
	2025	2024
Caixa	1	1
Depósitos em entidades de crédito	185	270
Total	186	271

(6) Ativos financeiros a custo amortizado

O detalhe desta epígrafe do balanço é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Crédito a clientes	178.033	168.969

A 31 de dezembro de 2025, o montante dos ativos classificados como duvidosos ascende a 9.627 milhares de euros (10.730 milhares de euros a 31 de dezembro de 2024). Do total de ativos duvidosos, 3.928 milhares de euros correspondem a ativos duvidosos para os quais concorrem razões distintas da morosidade do cliente (5.539 milhares de euros em 2024), para os quais se criou uma provisão específica de 1.361 milhares de euros (1.687 milhares de euros em 2024).

Para o cálculo das correções de valor efetuou-se uma análise individualizada dos instrumentos, com o objetivo de determinar se existe alguma dívida em mora ou considerada como de cobrança duvidosa não avaliada pelo justo valor, realizando um registo das variações de valor na conta de ganhos e perdas, em função da sua antiguidade, das garantias prestadas e das expectativas de recuperação dos ditos saldos. À data de encerramento do exercício existiam créditos no valor de 5.699 milhares de euros classificados como ativos de cobrança duvidosa devido a atraso do cliente (5.191 milhares de euros em 2024), dos quais se encontra aprovisionada no final do exercício, de acordo com o Anexo IX da Circular 4/2017 do Banco de Espanha, a quantia de 4.853 milhares de euros (4.451 milhares de euros em 2024).

A 31 de dezembro de 2025, existem também créditos no valor de 1.562 milhares de euros (890 milhares de euros em 2024), para os quais se encontra constituída uma provisão específica classificada como sendo de risco de vigilância especial no valor de 277 milhares de euros (158 milhares de euros em 2024). Tais operações têm montantes vencidos que não superam um mês ou, simplesmente, não têm montantes vencidos, mas a Sociedade decidiu classificá-las como duvidosas por apresentarem dúvidas sobre a sua colateralidade e desta forma antecipar o impacto de uma eventual entrada em mora.

Os ajustes por avaliação da carteira de investimentos de crédito apresentam os seguintes montantes:

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Contas Anuais
31 de dezembro de 2025
(Expressos em milhares de euros)

	Milhares de euros	
	2025	2024
Correções de valor por imparidade de ativos	8.121	7.793
Correções de valor incluídas no passivo por obrigações e garantias concedidas (pré-contratos)	46	5
Total das correções de valor por imparidade de ativos e obrigações e garantias concedidas (pré-contratos)	8.167	7.798

A distribuição da carteira de investimentos de crédito, que incluem os depósitos em entidades de crédito, por zonas geográficas onde o risco está localizado, corresponde ao indicado a seguir:

		Milhares de euros	
		2025	2024
Carteira de investimento de crédito	Espanha	88.888	87.751
	Alemanha	64	-
	Portugal	89.266	81.488
		178.218	169.239

O movimento, durante o exercício correspondente, das correções de valor constituídas para a cobertura do risco de crédito, conforme tenha sido determinado individual (específica) ou coletivamente (genérica), foi o seguinte:

	De cobrança duvidosa por atraso	Duvidoso por outros motivos	Normal em vigilância especial	Normal	Total
Saldo a 31/12/2024	4.451	1.687	158	1.502	7.798
Dotações	2.003	445	223	702	3.373
Recuperações de montantes aprovisionados	(1.135)	(764)	(104)	(528)	(2.531)
Movimentos sem reflexo em T.1	(466)	(7)	-	-	(473)
Saldo a 31/12/2025	4.853	1.361	277	1.676	8.167

A maioria dos valores correspondem a créditos, empréstimos e outros financiamentos sem garantia imobiliária, com outros setores residentes em Espanha e Portugal.

Continua

26

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os rendimentos financeiros acumulados de ativos financeiros com imparidade, para os quais se interrompeu a acumulação de juros, ascendiam a 22 milhares de euros e 45 milhares de euros, respetivamente.

Todos os prazos de revisão das taxas de juro dos instrumentos que compõem a carteira de investimentos de crédito, a 31 de dezembro de 2025, são de entre três meses e um ano.

a) Depósitos em entidades de crédito e numerário

Esta epígrafe da carteira de investimento de crédito de ativo do balanço corresponde a 186 milhares de euros a 31 de dezembro de 2025, e a 271 milhares de euros a 31 de dezembro de 2024.

b) Crédito a clientes

A composição desta epígrafe da carteira de investimento de crédito de ativo do balanço é a seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Outros setores não residentes		
Outros devedores a prazo	4.379	6.964
Locações financeiras	84.869	74.397
Ativos duvidosos	2.753	2.999
Ajustes por avaliação	(2.722)	(2.980)
	<u>89.279</u>	<u>81.380</u>
Outros setores residentes		
Outros devedores a prazo	13.056	8.367
Locações financeiras	74.196	76.279
Cauções dadas em numerário	27	27
Ativos duvidosos	6.874	7.730
Ajustes por avaliação	(5.399)	(4.813)
	<u>88.754</u>	<u>87.590</u>
Total	<u>178.033</u>	<u>168.970</u>

Em relação à informação sobre os contratos de locação financeira no exercício:

- A 31 de dezembro de 2025, o investimento bruto total nos contratos de locação financeira ascende a 166.410 milhares de euros (158.508 milhares de euros em 2024).
- O valor presente dos pagamentos futuros mínimos a receber pela Sociedade durante o

Continua

27

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais**31 de dezembro de 2025**

(Expressos em milhares de euros)

período obrigatório (considerando-se que não se vão exercer extensões nem opções de compra existentes) ascende a 154.325 milhares de euros, a 31 de dezembro de 2025 (138.212 milhares de euros em 2024).

- Não há quotas contingentes reconhecidas nos rendimentos do exercício de 2025 e de 2024.
- O valor residual não garantido para os referidos contratos ascendia a 10.010 milhares de euros, a 31 de dezembro de 2025 (13.095 milhares de euros em 2024).
- O montante das correções de valor por imparidade dos contratos de locação financeira ascendia a 6.253 milhares de euros, a 31 de dezembro de 2025 (5.423 milhares de euros em 2024).
- A operação de locação financeira mais significativa originada durante o exercício de 2025 que a Sociedade não mantém no final do exercício é a seguinte:
 - A locação de uma grua telescópica sobre esteiras teve início em dezembro de 2025, com vencimento contratual a 20 de maio de 2029. Além disso, os montantes recuperados durante o exercício de 2025 ascenderam a 105 milhares de euros.

(7) Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos que tenham sido classificados como detidos para venda

O movimento, durante o exercício de 2025 e 2024, do saldo dos Ativos não correntes detidos para venda, que correspondem integralmente a ativos recuperados em euros, é o seguinte:

	Milhares de euros			31/12/25
	31/12/24	Adições	Reduções	
Ativos não correntes detidos para venda	140	231	(208)	163
Imparidade	(92)	(63)	92	(63)
	<u>48</u>	<u>168</u>	<u>(116)</u>	<u>100</u>

	Milhares de euros			31/12/24
	31/12/23	Aumentos	Reduções	
Ativos não correntes para venda	227	214	(301)	140

Continua

28

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais**31 de dezembro de 2025**

(Expressos em milhares de euros)

Imparidade	(177)	(90)	175	(92)
	<u>50</u>	<u>124</u>	<u>(126)</u>	<u>48</u>

Durante os exercícios de 2025 e 2024, o saldo dos gastos ou rendimentos por Imparidade do valor ou (-) inversão da imparidade do valor de ativos não financeiros é o seguinte:

	Milhares de euros	
	31/12/25	31/12/24
Imparidade ou (-) inversão da imparidade do valor de ativos não financeiros	<u>29</u>	<u>(90)</u>

Durante os exercícios de 2025 e 2024, o saldo de Ganhos ou (-) perdas líquidos ao abater ativos não financeiros é o seguinte:

	Milhares de euros	
	31/12/25	31/12/24
Ganhos ou (-) perdas líquidos ao abater ativos não financeiros	<u>(35)</u>	<u>(57)</u>

(8) Ativos corpóreos

O movimento do saldo do Ativo Corpóreo de uso próprio, durante os exercícios de 2025 e de 2024, é o seguinte:

	Milhares de Euros			31/12/25
	31/12/24	Aumentos	Reduções	
Instalações, mobiliário e outras imobilizações corpóreas	247	-	-	247
Equipamentos para processos de informação	<u>25</u>	-	-	<u>25</u>
	272	-	-	272
Amortização Acumulada de Instalações, mobiliário e outras imobilizações corpóreas	(245)	-	-	(245)
Amortização Acumulada de Equipamentos para processos de informação	<u>(23)</u>	<u>(2)</u>	-	<u>(25)</u>
	<u>(268)</u>	<u>(2)</u>	-	<u>(270)</u>
	<u>4</u>	<u>(2)</u>	-	<u>2</u>

Continua

29

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Contas Anuais
31 de dezembro de 2025
(Expressos em milhares de euros)

	Milhares de Euros			31/12/24
	31/12/23	Aumentos	Reduções	
Instalações, mobiliário e outras imobilizações corpóreas	246	1	-	247
Equipamentos para processos de informação	39	-	(14)	25
	285	1	(14)	272
Amortização Acumulada de Instalações, mobiliário e outras imobilizações corpóreas	(245)	-	-	(245)
Amortização Acumulada de Equipamentos para processos de informação	(36)	(1)	14	(23)
	(281)	(2)	14	(268)
	4	-	-	4

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade não tem ativos corpóreos, de uso próprio, para os quais existam restrições à titularidade ou que tenham sido entregues como garantia de cumprimento de dívidas.

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Sociedade não tem compromissos de aquisição de ativo corpóreo com terceiros.

Nos exercícios de 2025 e de 2024, não se receberam, nem se espera receber, quantias de terceiros por compensações ou indemnizações por deterioração ou perda de valor de ativos corpóreos de uso próprio.

Não houve ganhos (perdas) em ativos corpóreos durante os exercícios de 2025 e 2024.

Nos exercícios financeiros de 2025 e 2024, não foi registado qualquer saldo por imparidade do valor (-) ou inversão da imparidade.

(9) Ativos incorpóreos

Durante o exercício de 2025, o movimento do ativo incorpóreo foi o seguinte:

	Milhares de euros			31/12/25
	31/12/24	Aumentos	Reduções	
Aplicações informáticas	36	-	-	36
Amortização acumulada	(32)	(4)	-	(36)
	4	(4)	-	-

Continua

30

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Contas Anuais
31 de dezembro de 2025
(Expressos em milhares de euros)

Durante o exercício de 2024, o movimento do ativo incorpóreo foi o seguinte:

	Milhares de euros			
	31/12/23	Aumentos	Reduções	31/12/24
Aplicações informáticas	36	-	-	36
Amortização acumulada	(27)	(5)	-	(32)
	<u>9</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>4</u>

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Sociedade não tem ativos incorpóreos para os quais existam restrições de titularidade, ou que tenham sido entregues como garantia de cumprimento de dívidas.

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade não tem compromissos de aquisição de ativos incorpóreos com terceiros.

Nos exercícios de 2025 e 2024, não se receberam, nem se espera receber, montantes de terceiros por compensações ou indemnizações por imparidade ou desvalorização de ativos incorpóreos.

(10) Ativos e Passivos por impostos

A composição destas epígrafes do balanço, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, é a seguinte:

	Ativos		Passivos	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Correntes				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.628	560	-	136
Segurança Social	-	-	58	51
HP por IS	69	64	58	402
HP por IRPF	-	-	47	48
	<u>1.697</u>	<u>624</u>	<u>163</u>	<u>637</u>
Diferidos				
Dedutíveis por diferenças temporárias	151	111	-	-
	<u>151</u>	<u>111</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.848</u>	<u>735</u>	<u>163</u>	<u>637</u>

Continua

31

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Contas Anuais
31 de dezembro de 2025
(Expressos em milhares de euros)

(11) Outros ativos e passivos

O detalhe desta epígrafe do balanço, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
<u>Ativo</u>		
Regularizações	774	552
Outros Ativos		
Restante	108	177
	882	729
<u>Passivo</u>		
Regularizações	1.144	1.113
Restante	-	-
	1.144	1.113

(12) Passivos financeiros a custo amortizado

O detalhe desta epígrafe do balanço, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Depósitos de clientes	148.341	138.693
Passivos subordinados	-	-
Outros passivos financeiros	2.124	2.116
	150.465	140.809

Os passivos financeiros que compõem a carteira de passivos financeiros a custo amortizado são inicialmente registados ao justo valor e avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Classificação por vencimentos

A classificação dos passivos financeiros ao custo amortizado por prazos de vencimento é a seguinte:

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

12.1 Passivos Subordinados

A Sociedade subscreveu um empréstimo subordinado com o seu sócio único, Deutsche Sparkassen Leasing AG & CO. KG., no montante de 4.400.000 euros, com data de 26 de junho de 2008. Deste modo, aumentaram-se os Recursos Próprios contabilísticos da Sociedade, com a finalidade de aumentar o limite de concentração. Em 5 de dezembro de 2024, mediante pedido e autorização do Banco de Espanha, o empréstimo subordinado foi cancelado em conformidade com todas as condições estabelecidas para o efeito.

(13) Provisões

O detalhe desta epígrafe do balanço, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Obrigações e garantias concedidas	46	5

O saldo contido nesta epígrafe corresponde a provisões genéricas realizadas para a cobertura de operações pré-contratuais.

(14) Fundos Próprios

A composição e o movimento do património líquido são apresentados na demonstração de alterações no património líquido.

A 31 de dezembro de 2025, os fundos próprios da Sociedade superam o valor do capital social. Adicionalmente, a entidade dispunha, até 5 de dezembro de 2024, de um empréstimo subordinado de 4.400 milhares de euros, cujo vencimento é indeterminado, com um prazo de pré-aviso de 5 anos.

(a) Capital

A 31 de dezembro de 2008, o capital social da DEUTSCHE LEASING IBERICA E.F.C., S.A.U. ascendia a 10.000 milhares de euros. A 22 de maio de 2009, produziu-se um aumento do capital social para 13.000 milhares de euros, representado por 13.000 ações nominativas de 1.000 euros de valor nominal cada uma (as mesmas ações nominativas do mesmo valor nominal cada uma a 31 de dezembro de 2009), totalmente subscritas e realizadas pelo Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG. Estas ações gozam de iguais direitos políticos e económicos.

As ações não estão cotadas em mercados organizados e a Sociedade não realizou emissões de Obrigações Convertíveis. Durante os exercícios de 2025 e de 2024 não se produziu movimento das ações em circulação.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Contas Anuais
31 de dezembro de 2025
(Expressos em milhares de euros)

Milhares de Euros							
2025							
	À vista	Até um mês	Entre um e três meses	Entre três meses e um ano	Entre um e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Passivos financeiros a custo amortizado							
Depósitos (clientes)	149	8.196	8.095	31.008	85.720	15.173	148.341
Outros passivos financeiros	1	1.253	230	615	25	-	2.124
Total passivos financeiros	150	9.449	8.325	31.623	85.745	15.173	150.465

Milhares de Euros							
2024							
	À vista	Até um mês	Entre um e três meses	Entre três meses e um ano	Entre um e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Passivos financeiros a custo amortizado							
Depósitos (clientes)	130	3.875	8.002	31.258	74.112	21.316	138.693
Outros passivos financeiros	-	1.201	231	579	105	-	2.116
Total passivos financeiros	130	5.076	8.233	31.837	74.217	21.316	140.809

Os juros e encargos assimilados por tipo de instrumento da carteira de passivos financeiros a custo amortizado registados nas contas de ganhos e perdas, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, são os seguintes:

	Juros	
	2025	2024
Depósitos de clientes	4.103	3.720
Passivos subordinados	-	361
	<u>4.103</u>	<u>4.081</u>

As taxas de juro máxima e mínima aplicadas às dívidas com empresas do grupo são de 4,939% e 0,30%, respetivamente, correspondendo a taxas de juro de mercado.

Continua

33

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

(b) Reserva Legal

As sociedades estão obrigadas a destinar 10% dos lucros de cada exercício à constituição de um fundo de reserva até que este atinja, pelo menos, 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída pelos acionistas e apenas poderá ser utilizada para cobrir, caso não haja outras reservas disponíveis, o saldo devedor da conta de ganhos e perdas. Sob determinadas circunstâncias, poder-se-á destinar a incrementar o capital social na parte de reserva superior a 10% da quantidade de capital já ampliada.

A 31 de dezembro de 2025, tal como no exercício anterior, a empresa aumenta a reserva legal devido aos lucros gerados. Na distribuição do resultado do exercício, foi proposta a distribuição dos 10% da Reserva Legal (ver nota 3), dado que ainda não foram alcançados os 20% do Capital social da Entidade.

(c) Recursos próprios

A Circular 3/2008 do Banco de Espanha, de 22 de maio, sobre a Determinação e Controlo dos Recursos Próprios Mínimos (adiante referida como a "Circular"), regula os recursos próprios mínimos que devem ser mantidos pelas entidades de crédito espanholas, tanto a nível individual como de grupo consolidado, e a forma como devem ser determinados os referidos capitais próprios, bem como a informação de natureza pública que deve ser divulgada ao mercado pelas referidas entidades.

Esta Circular pressupõe o desenvolvimento final, no âmbito das entidades de crédito, da legislação sobre recursos próprios e supervisão numa base consolidada das entidades financeiras, resultante da Lei 36/2007, de 16 de novembro, que modifica a Lei 13/1985, de 25 de maio, sobre taxas de investimento, recursos próprios e obrigações de informação dos intermediários financeiros e outras normas do sistema financeiro, e que compreende também o Real Decreto 216/2008, de 15 de fevereiro, sobre os recursos próprios das entidades financeiras. Esta norma é igualmente o culminar do processo de adaptação da legislação espanhola às diretivas comunitárias 2006/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2006, e 2006/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2006. Ambas as diretivas reviram profundamente, no seguimento do Acordo adotado pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária ("Basileia II"), os requisitos mínimos de capital exigidos às entidades de crédito e seus grupos sujeitos a consolidação a nível europeu.

Os recursos próprios líquidos da Sociedade, a 31 de dezembro de 2025 e de 2024, cumprem os requisitos estabelecidos pela normativa em vigor (ver nota 2.h).

(15) Compromissos com empréstimos concedidos

O detalhe desta epígrafe do balanço, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, é o seguinte:

Continua

35

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Contas Anuais
31 de dezembro de 2025
(Expressos em milhares de euros)

	Milhares de euros	
	2025	2024
Riscos Contingentes	4.187	474
Outros Riscos Contingentes	4.187	474

O saldo contido nesta epígrafe corresponde integralmente a operações pré-contratuais.

- (16) Informações sobre o período médio de pagamento a fornecedores. Disposição adicional terceira. "Dever de informação" da Lei n.º 15/2010, de 5 de julho.

Decorrente da Segunda disposição final da Lei n.º 31/2014, de 3 de dezembro, e em aplicação do disposto na Resolução de 29 de janeiro de 2016 do Instituto de Contabilidade e Auditoria de Contas, apresenta-se de seguida, de forma detalhada, a informação sobre o período médio de pagamento a fornecedores efetuado durante os exercícios de 2025 e 2024 pela Sociedade:

	2025	2024
	Dias	
Prazo médio de pagamento a fornecedores	1.44	0,15
Rácio das operações pagas	1.44	0,15
Rácio das operações pendentes de pagamento	0.69	0,79
	Montante em milhares de euros	
Total pagamentos efetuados	84.810	78.729
Total pagamentos pendentes	339	708
	2025	2024
Faturas pagas num período inferior ao máximo fixado nas regras relativas aos atrasos de pagamento (EUR)	84.758.318,79	78.729.127,66
% do total de faturas pagas	100%	100%
	2025	2024
Número de faturas pagas num período inferior ao máximo definido na regra de pagamento atrasado	1.923	1.845
% do total de faturas pagas	100%	100%

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Contas Anuais
31 de dezembro de 2025
(Expressos em milhares de euros)

(17) Rendimentos por juros e gastos por juros

A repartição destas epígrafes da conta de ganhos e perdas nos exercícios de 2025 e 2024, atendendo à natureza das operações que as originam, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	31/12/25	31/12/24
Juros e rendimentos assimilados (Rendimentos)		
Depósitos em bancos centrais	-	-
Crédito a clientes	8.304	7.781
	8.304	7.781
Juros e custos similares (Gastos)		
Depósitos de entidades de crédito	-	-
Depósitos subordinados	-	361
Depósitos de clientes	4.103	3.720
	4.103	4.081

(18) Rendimentos por comissões

O detalhe desta epígrafe da conta de ganhos e perdas nos exercícios de 2025 e 2024 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Outras Comissões		
Outros Conceitos	880	736
	880	736

A composição do saldo de comissões recebidas está diversificada em diferentes conceitos, sendo as comissões recebidas por cancelamentos antecipados o saldo mais significativo.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais**31 de dezembro de 2025**

(Expressos em milhares de euros)

(19) Gastos com comissões

O detalhe desta epígrafe da conta de ganhos e perdas nos exercícios de 2025 e 2024 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Outras Comissões	6	9
	<u>6</u>	<u>9</u>

O montante integral da epígrafe "Comissões Pagas" corresponde ao gasto suportado com todo o tipo de comissões por serviços bancários ou similares.

(20) Diferenças Cambiais

O detalhe desta epígrafe da conta de ganhos e perdas nos exercícios de 2025 e 2024 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Diferenças Cambiais	-	2
	<u>-</u>	<u>2</u>

A Sociedade tinha concedido uma operação de financiamento em dólares, até julho de 2024, o que gerava essencialmente o saldo contabilizado nesta epígrafe da conta de ganhos e perdas.

(21) Outros rendimentos de exploração

O detalhe desta epígrafe da conta de ganhos e perdas nos exercícios de 2025 e 2024 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Vendas e outros rendimentos por prestação de serviços não financeiros	2.262	2.214
	<u>2.262</u>	<u>2.214</u>

Esta rubrica refere-se aos custos gerais e de pessoal incorridos pela DL Ibérica Equipment, S.A.U. e Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG. durante os exercícios de 2025 e 2024, tal como especificado na nota 25 "Operações e saldos com partes vinculadas".

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais**31 de dezembro de 2025**

(Expressos em milhares de euros)

(22) Gastos de pessoal

A composição do capítulo "Gastos de pessoal" da conta de ganhos e perdas dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Vencimentos e salários	2.454	2.430
Segurança Social	536	491
Indemnizações por despedimentos	93	-
Gastos com formação e outros	3	8
	<u>3.086</u>	<u>2.929</u>

A Sociedade partilha o pessoal e os recursos organizacionais com a DL Ibérica Equiprent, S.A.U., relação regulada por um contrato de prestação de serviços. A referida relação estabelece que a Deutsche Leasing Ibérica, E.F.C., S.A.U. suporte a maioria dos custos de estrutura comum, repercutindo a DL Ibérica Equiprent, S.A.U. o custo dos serviços por ela consumidos e calculados através de critérios económicos tais como o número de contratos assinados e a margem bruta obtida por cada sociedade.

O número médio de empregados da Entidade, distribuído por categorias profissionais, a 31 de dezembro de 2025, foi o seguinte:

	Número de pessoas		
	Homens	Mulheres	Total
Administração	1	-	1
Diretores e Técnicos	3	2	5
Outro pessoal	12	21	33
	<u>16</u>	<u>23</u>	<u>39</u>

O número médio de empregados da Sociedade, distribuído por categorias profissionais, a 31 de dezembro de 2024, foi o seguinte:

	Número de pessoas		
	Homens	Mulheres	Total
Administração	1	-	1
Diretores e Técnicos	4	2	6
Outro pessoal	13	19	32
	<u>18</u>	<u>21</u>	<u>39</u>

Na Sociedade, não há empregados com incapacidade igual ou superior a 33% (ou classificação local equivalente) relativamente a ambos os exercícios.

(23) Outros gastos administrativos

Continua

39

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais**31 de dezembro de 2025**

(Expressos em milhares de euros)

A composição deste capítulo da conta de ganhos e perdas, a 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	31/12/25	31/12/24
Imóveis, instalações e material	83	62
Informática	383	394
Comunicações	1	-
Prémios de seguros e autosseguros	537	391
Gastos de representação e deslocação do pessoal	21	19
Quotas de associações	13	13
Contribuições e impostos	17	63
Outros	659	690
	<u>1.714</u>	<u>1.632</u>

Uma parte dos gastos gerais de administração foi repercutida na DL Ibérica Equiprent, S.A.U., em virtude do acordo de prestação de serviços celebrado com a Sociedade (ver notas 21 e 24).

(24) Outros custos de exploração

O detalhe desta epígrafe da conta de ganhos e perdas nos exercícios de 2025 e 2024 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Outros custos de exploração	287	526
	<u>287</u>	<u>526</u>

Esta rubrica refere-se aos custos gerais e de pessoal incorridos pela Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG. durante o exercício de 2025, tal como especificado na nota 25 "Operações e saldos com partes vinculadas".

(25) Operações e Saldos com Partes Vinculadas

Continua

40

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais**31 de dezembro de 2025**

(Expressos em milhares de euros)

A repartição das operações e saldos com entidades do Grupo e outras Sociedades e pessoas físicas vinculadas, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, é detalhadamente apresentada no seguinte quadro:

	Milhares de euros			
	2025		2024	
	Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG	Outras empresas do grupo	Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG	Outras empresas do grupo
Ativo				
Ativos financeiros a custo amortizado	-	650	174	1.055
<i>Empréstimos e adiantamentos</i>	-	650	174	1.055
Outros ativos	409	556	206	3
Passivo				
Passivos financeiros a custo amortizado	-	148.341	-	138.693
<i>Depósitos</i>	-	148.341	-	138.693
Outros passivos financeiros	193	37	205	26
Gastos				
Gastos com juros	-	4.103	361	3.720
Outros gastos administrativos	371	8	373	152
Outros custos de exploração	-	283	526	-
Rendimentos				
Rendimentos de juros	-	-	-	-
Outros rendimentos de exploração	293	1.970	370	1.844

A Sociedade cancelou um empréstimo subordinado no valor de 4.400 milhares de euros durante o exercício de 2024 (ver nota 12.1).

O saldo de "Ativos financeiros a custo amortizado" inclui um montante de 10.809 milhares de euros, correspondente ao contrato Cashpooling em vigor com a entidade do grupo Deutsche Leasing Funding (18.484 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024).

(26) Informação relativa ao Conselho de Administração e à Direção de Topo

(a) Remunerações e Saldos com Membros do Conselho de Administração e da Direção

Continua

41

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

Durante o exercício de 2025, os Administradores da Sociedade não receberam remunerações, nem lhes foram concedidos adiantamentos ou créditos, e não foram assumidas obrigações por sua conta a título de garantia. Além disso, a Sociedade não tem obrigações contraídas em matéria de pensões e de seguros de vida, no que respeita a Administradores antigos ou atuais, nem foram pagos prémios de seguros de responsabilidade civil por danos causados por atos ou omissões durante o exercício do cargo.

As remunerações recebidas pelo pessoal-chave da Sociedade são detalhadamente apresentadas no seguinte quadro:

<u>Milhares de Euros</u>
<u>Montante</u>
537

(b) Créditos concedidos e garantias constituídas pela Sociedade a favor dos Conselheiros

Na data de encerramento do exercício não existe nenhum montante por estes conceitos.

(c) Deveres de lealdade dos Administradores

Em conformidade com o estabelecido no artigo 229.º da Lei 31/2014, de 3 de dezembro, que modifica o Texto Reformulado da Lei das Sociedades de Capital para a melhoria do governo corporativo, e com o fim de reforçar a transparência das sociedades anónimas, os conselheiros comunicaram à Sociedade que, durante o exercício de 2025, eles e as suas pessoas vinculadas, de acordo com o definido no artigo 231.º do texto reformulado da Lei das Sociedades de Capital:

- (a) Não realizaram transações com a Sociedade, sem ter em conta as operações ordinárias, realizadas em condições padrão para os clientes e de escassa relevância, entendendo por tais aquelas cuja informação não seja necessária para expressar a imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados da entidade.
- (b) Não utilizaram o nome da Sociedade nem invocaram a sua condição de administrador para influenciar indevidamente a realização de operações privadas.
- (c) Não utilizaram os ativos sociais, incluindo a informação confidencial da empresa, para fins privados.
- (d) Não se aproveitaram das oportunidades de negócio da Sociedade.
- (e) Não obtiveram vantagens ou remunerações de terceiros, que não a Sociedade e o seu grupo, associadas ao desempenho do respetivo cargo, exceto se se tratasse de atenções de mera cortesia.
- (f) Não desenvolveram atividades por conta própria ou conta de outrem que implicassem uma concorrência efetiva, seja pontual ou potencial, com a Sociedade ou que, de qualquer outra forma, os colocassem num conflito permanente com os interesses da Sociedade.

Continua

42

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

(27) Informação sobre o Ambiente

Os Administradores da Sociedade consideram mínimos, e em todos os casos adequadamente cobertos, os riscos ambientais que podiam derivar da sua atividade e estimam que não surgirão passivos adicionais relacionados com os referidos riscos. A Sociedade não incorreu em gastos, nem recebeu subvenções relativamente aos ditos riscos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(28) Serviço de Atendimento ao Cliente

A Portaria n.º 734/2004, de 11 de março, do Ministério da Economia, sobre os departamentos e serviços de atendimento ao cliente e o provedor do cliente das atividades financeiras inclui no seu artigo 17, entre outros aspetos, a necessidade de elaborar um relatório das atividades realizadas por estes serviços ao longo do exercício anterior e, igualmente, que um resumo do mesmo seja integrado no relatório anual das entidades.

Não foram recebidas queixas durante o exercício de 2025 (também não foram recebidas queixas em 2024). Por outro lado, não houve qualquer evento que mereça ser destacado neste parágrafo.

(29) Honorários de Auditoria

O auditor de contas da Sociedade é a Deloitte Auditores, S.L., para o exercício de 2025 e para o exercício de 2024. A discriminação dos honorários líquidos faturados pela Deloitte Auditores, S.L. para os exercícios anuais findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	Deloitte Auditores, S.L.	
	Milhares de Euros	
	2025	2024
Por serviços de auditoria	63	62
Por outros serviços de verificação contabilística	-	-
Por consultoria fiscal	-	-
Por outros serviços	-	-
	<u>63</u>	<u>62</u>

Os montantes incluídos no quadro anterior incluem a totalidade dos honorários relativos aos serviços realizados durante os exercícios de 2025 e 2024, independentemente do momento da sua faturação.

(30) Situação Fiscal

Continua

43

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais**31 de dezembro de 2025**

(Expressos em milhares de euros)

Os lucros, determinados segundo a legislação fiscal, estão sujeitos a uma taxa de 30% sobre a base tributável em Espanha, e de 21% em Portugal. Da quota resultante podem ser praticadas determinadas deduções.

Em seguida é apresentada a conciliação entre o resultado contabilístico antes de impostos obtido pela entidade nos exercícios de 2025 e 2024 e o gasto com o Imposto sobre Sociedades registado nas contas de resultados correspondentes aos referidos exercícios:

	Milhares de euros			
	2025		2024	
	Espanha	Portugal	Espanha	Portugal
Resultado contabilístico do exercício antes de impostos	110	1.287	2.528	1.524
Ajuste do resultado à legislação portuguesa	-	-	-	-
Diferenças permanentes	-	70	-	31
Diferenças temporárias	132	-	(157)	(14)
Compensação bases tributáveis negativas	-	-	(98)	-
Base tributável	<u>242</u>	<u>1.357</u>	<u>2.273</u>	<u>1.541</u>
Total do imposto a 30% (Espanha) 21% (Portugal)	73	285	682	324
Diferença Imposto sobre Sociedades Exer. Ant.	-	7	(8)	(44)
Variação Ativos fiscais diferidos	(40)	-	78	-
Derrama	-	35	-	-
Gastos com Imposto sobre Sociedades	<u>33</u>	<u>327</u>	<u>752</u>	<u>280</u>

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Contas Anuais
31 de dezembro de 2025
(Expressos em milhares de euros)

Em seguida inclui-se uma reconciliação entre o resultado contabilístico do exercício de 2025 e 2024 e o resultado fiscal que a Sociedade espera declarar após a aprovação oportuna das contas anuais:

	Euros						Total
	2025						
	Conta de ganhos e perdas			Rendimentos e gastos imputados ao património líquido			
	Aumentos	Diminuições	Líquido	Aumentos	Diminuições	Líquido	
Saldo dos rendimentos e gastos do exercício	-	-	1.037	-	-	-	1.037
Imposto sobre sociedades	-	-	360	-	-	-	360
Operações contínuas	-	-	1.397	-	-	-	1.397
Unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-
Lucros/(Prejuízos) antes de impostos	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças permanentes	-	-	-	-	-	-	-
Da Sociedade individual	-	-	-	-	-	-	-
De ajustamentos por estabelec. permanentes	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias:	-	(1.287)	(1.287)	-	-	-	(1.287)
Da Sociedade individual	163	(31)	132	-	-	-	133
Com origem no exercício	-	-	-	-	-	-	-
Com origem em exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Compensação das matérias coletáveis negativas de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Matéria coletável (Resultado do imposto)	-	-	<u>242</u>	-	-	-	<u>242</u>

Continua

45

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais**31 de dezembro de 2025**

(Expressos em milhares de euros)

	Euros						
	2024						
	Conta de ganhos e perdas			Rendimentos e gastos imputados ao património líquido			Total
Aumentos	Diminuições	Líquido	Aumentos	Diminuições	Líquido		
Saldo dos rendimentos e gastos do exercício	-	-	3.021	-	-	-	3.021
Imposto sobre sociedades	-	-	1.031	-	-	-	1.031
Operações contínuas	-	-	4.052	-	-	-	4.052
Unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-
Lucros/(Prejuízos) antes de impostos	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças permanentes	-	-	-	-	-	-	-
Da Sociedade individual	-	-	-	-	-	-	-
De ajustamentos por estabelec. permanentes	-	(1.524)	(1.524)	-	-	-	(1.524)
Diferenças temporárias:	-	-	-	-	-	-	-
Da Sociedade individual	88	(245)	(157)	-	-	-	(157)
Com origem no exercício	-	-	-	-	-	-	-
Com origem em exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Compensação das matérias coletáveis negativas de exercícios anteriores	-	-	(98)	-	-	-	(98)
Matéria coletável (Resultado do imposto)	-	-	<u>2.273</u>	-	-	-	<u>2.273</u>

A Sociedade pode compensar as matérias coletáveis negativas pendentes de compensação com as receitas positivas dos períodos de tributação seguintes, até ao limite de 70% da matéria coletável antes da aplicação da reserva de capitalização e da sua compensação (ver artigo 23.º da LIS). No entanto, em qualquer caso, as matérias coletáveis negativas podem ser compensadas, no período de tributação, até ao montante de 1 milhão de euros.

Por força da aprovação da Lei n.º 27/2014 do Imposto sobre Sociedades, a partir de 1 de janeiro de 2015, não haverá limite temporal para a compensação das matérias coletáveis negativas. A Sociedade compensou, para o exercício de 2024, a matéria coletável negativa gerada para o exercício de 2023 no montante de 98 milhares de euros.

A Sociedade pagou 312 milhares de euros a título de Imposto sobre Sociedades da sucursal em Portugal correspondente ao exercício de 2025 (217 milhares de euros em 2024).

O saldo da conta de ativo do crédito fiscal diferido correspondente às diferenças temporárias no

Continua

46

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

encerramento do exercício ascende a 151 milhares de euros (111 milhares de euros em 2024).

De igual modo, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade tem um saldo de ajustamento por diferenças temporárias positivas, cuja discriminação se apresenta em seguida:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Provisão genérica + Imparidade	348	218
Provisão advogados	42	40
Amortização	-	-
Plano de pensões	113	113
Total	<u>503</u>	<u>371</u>

Segundo estabelece a legislação vigente, os impostos não se podem considerar definitivamente liquidados até que as declarações apresentadas tenham sido inspecionadas pelas autoridades fiscais, ou que tenha decorrido o prazo de prescrição de quatro anos, cinco para o Imposto sobre sociedades. A 31 de dezembro de 2025, a Sociedade tem abertos para inspeção os exercícios referidos. Os Administradores do Grupo não esperam que, em caso de inspeção, surjam passivos adicionais relevantes.

De acordo com a Lei do Imposto sobre Sociedades, se em virtude das normas aplicáveis para a determinação da base tributável, esta for negativa, o seu montante poderá ser compensado para aquele em que a perda teve origem, distribuindo a quantia na proporção considerada conveniente. A compensação realizar-se-á a tempo de formular a declaração do Imposto sobre Sociedades, sem prejuízo das faculdades de comprovação que correspondam às autoridades fiscais.

(31) Políticas e Gestão de Riscos

O Conselho de Administração, através das comissões e unidades de políticas, controlo e gestão de riscos, tutela e supervisiona as políticas contabilísticas e os sistemas e procedimentos de controlo interno em relação a todos os riscos da atividade da Sociedade, bem como a prevenção do branqueamento de capitais, em conformidade com a legislação em vigor. O objetivo é gerir adequadamente os riscos e otimizar a referida gestão através dos ativos, passivos e instrumentos de cobertura.

Para esses efeitos, os riscos de crédito de maior importância são aprovados e revistos periodicamente e são estabelecidos limites operacionais pertinentes, existindo uma clara segregação de funções entre as unidades de negócio onde o risco é originado e as unidades de acompanhamento e controlo do mesmo.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Contas Anuais
31 de dezembro de 2025
(Expressos em milhares de euros)

A DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. coloca uma ênfase especial na identificação, medição, controlo e acompanhamento dos seguintes riscos:

1. Risco de crédito
2. Risco estrutural de juros
3. Risco de liquidez
4. Risco de mercado
5. Riscos de derivados
6. Riscos operacionais

Os sistemas de auditoria e controlo interno estendem-se também a outros riscos da atividade do Grupo Deutsche Leasing, tais como riscos legais e fiscais, riscos de fraude e riscos tecnológicos.

(a) Gestão do risco estrutural

A política da DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. em matéria de controlo dos riscos de juros e de liquidez tem por objeto gerir o impacto da evolução das taxas de juro no Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas.

O Comité de Ativos e Passivos constitui o órgão diretamente responsável pela gestão dos riscos globais de taxas de juro, divisa e liquidez. Este Comité adota as estratégias de investimento ou cobertura mais adequadas para mitigar o impacto da alteração das taxas de juro, bem como das políticas de financiamento.

- Risco estrutural de taxa de juro

O risco de juro estrutural é o definido como a exposição da Sociedade a alterações das taxas de juro de mercado, derivada da diferente estrutura temporal de vencimentos e reavaliações das rubricas cobertas de ativo e passivo do Balanço.

Para a gestão, a medição e o controlo integral dos riscos de juros utiliza-se a metodologia denominada "gap de reavaliação". O modelo consiste num plano de riscos de juros baseado na assunção de determinadas hipóteses de trabalho, que facilita a informação sobre o grau de exposição ao risco da Sociedade perante a evolução das taxas de juro. Para o efeito, o Balanço da Sociedade divide-se em vários ramos, estruturados por prazos de renovação de taxas de juro.

Adicionalmente, utilizam-se ferramentas de simulação que permitem calcular a sensibilidade da margem de intermediação perante cenários distintos de taxas de juro e alterações na inclinação da curva, bem como a sensibilidade do valor económico perante as alterações das taxas de juro, o que permite determinar que

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

não existe um impacto negativo importante.

- **Risco de liquidez**

Em relação ao risco de liquidez, a Sociedade realiza uma gestão coordenada dos ativos e passivos do seu balanço.

As ferramentas utilizadas para o controlo do risco de liquidez são o "gap de liquidez" e o relatório de situação no mercado interbancário.

Apesar do gap negativo teórico dos prazos "mais de cinco anos", a Sociedade tem a segurança de que estes passivos poderão ser renovados sem maiores dificuldades, uma vez que se trata de saldos com empresas do grupo Deutsche, não existindo portanto nenhuma tensão de liquidez real.

(b) **Atividade de tesouraria**

A Divisão de Tesouraria, além de prestar os seus serviços para a gestão global dos riscos de juro e de liquidez, atua nos mercados com o objetivo de aproveitar as oportunidades de negócio que se apresentem.

No exercício destas funções utilizam-se ou utilizar-se-ão todos os instrumentos financeiros disponíveis, incluindo derivados sobre taxas de juro. Estabelecem-se também limites específicos por risco de crédito e de contrapartida, bem como os mercados autorizados para atuar.

O critério de fixação de limites ajusta-se a critérios de delegação; a informação correspondente encontra-se à disposição dos órgãos de controlo nas bases de dados internas existentes para tais efeitos.

(c) **Medição do risco de mercado**

Para a medição do risco de mercado de taxas de juro utiliza-se a metodologia que em cada caso e segundo o contexto se considere mais oportuna.

(d) **Risco de crédito**

- **Organização em função do risco de crédito**

a) A estratégia seguida pela DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. em matéria de riscos é delineada pelo Conselho de Administração, que além disso fixa os limites de competências do Departamento de Riscos, tanto a nível local como a nível de grupo. A referida estratégia materializa-se em políticas de riscos, implementadas pelo Departamento de Riscos através de diferentes ferramentas e procedimentos.

b) O Conselho de Administração, além de aprovar as políticas de risco para os diferentes negócios da Sociedade, fixa os limites das competências delegadas, sanciona as operações que por montante não entrem no capítulo anterior, realiza periodicamente o controlo e acompanhamento dos riscos e da sua exposição, tanto dos clientes mais importantes como dos setores mais representativos, supervisiona o cumprimento dos objetivos de riscos e o

Continua

49

[rubricas]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

funcionamento das ferramentas e modelos de gestão e, em geral, é informado e decide sobre os assuntos relevantes em matéria de risco de crédito.

- c) O Departamento de Riscos da DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. está englobado na Direção-Geral de Administração, o que garante a sua independência das unidades de negócio, e está estruturado de forma a responder às diferentes áreas e segmentos de clientes, realizando desde a aprovação das operações ao posterior controlo e acompanhamento das mesmas e, se for caso disso, a cobrança de posições morosas. Existe também uma função de controlo de riscos que supervisiona de forma independente operações que ultrapassem um determinado limite e que dá assessoria a nível geral quanto aos potenciais riscos em que a entidade possa incorrer. A sua principal função é o desenvolvimento, melhoria, controlo e acompanhamento dos novos modelos internos de quantificação do risco e a implementação destes modelos na gestão global de riscos da Sociedade, procurando otimizar a relação rentabilidade/risco para os diferentes negócios.
- d) A DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. requer normalmente na sua política de assunção de riscos a figura do fiador, quer seja pessoa singular ou coletiva. Não obstante, estas garantias não cumprem os requisitos necessários para serem consideradas como uma técnica de mitigação do risco, de modo que não é necessária a revisão da sua eficácia.
- e) A estratégia de negócio da DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. implica um importante risco de concentração individual que foi adequadamente analisado, tendo sido estabelecidos os mecanismos de controlo e as ferramentas necessárias para o eliminar mediante a receção de depósitos em numerário, afetos ao risco de crédito das operações que garantem, de uma entidade do grupo "Deutsche Leasing Finance GmbH".

(e) Qualidade de crédito

A boa qualidade de crédito da DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U., os recursos próprios adequados e o nível das suas provisões constituem uma grande vantagem competitiva e permitem à Sociedade enfrentar no futuro um progressivo crescimento do investimento com a segurança de que continuará a gerar valor de forma sustentada no tempo.

As linhas básicas de atuação da gestão do risco na DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. durante o exercício de 2025, foram as seguintes:

1. Consolidação das linhas de captura de negócios e dos setores em que a DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. está presente desde o início da sua atividade, que estão em total sintonia com a estratégia do grupo e que mostraram a sua resiliência em diferentes ciclos económicos, bem como contribuíram para uma boa diversificação do portefólio.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2025

(Expressos em milhares de euros)

2. Utilização de modelos internos de quantificação do risco de crédito que não só permitem a otimização do binómio rentabilidade-risco, como também satisfazem as exigências do mercado em termos de tempo (agilidade das respostas) e forma (estruturas de financiamento adequadas).

A DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. estabeleceu diferentes categorias de risco de crédito, com a finalidade de dotar cada uma delas de sistemas de classificação ou rating específicos.

(f) Modelos internos de quantificação do risco

Os modelos de classificação interna ou rating proporcionam, para cada categoria, uma pontuação ou nota do nível de risco que a Sociedade assume com cada cliente. Cada uma das notas está associada a uma determinada probabilidade de incumprimento de pagamento (atraso no pagamento da dívida superior a 90 dias), de forma que, quanto menor a nota ou rating, menor a probabilidade de incumprimento do pagamento.

A carteira de riscos de crédito encontra-se adequadamente diversificada por setores. É preciso destacar a ausência de riscos em países terceiros fora da União Europeia na DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U.

(g) Controlo e acompanhamento do risco

A qualidade "sob vigilância" originada por clientes com dívidas a terceiros, morosidade recente na Sociedade ou acompanhamento especial desenvolveu-se de forma satisfatória.

A Sociedade implementou durante o exercício de 2013, para além do nível de atribuições já estabelecido pelas políticas de gestão do risco gerais, uma unidade de aprovação específica para operações classificadas de acompanhamento especial. As operações de refinanciamento e as reestruturações estão submetidas à gestão e aprovação por um departamento e por órgãos de decisão diferentes daqueles dos clientes classificados como crédito normal, e especializados nestes tipos de casos. O acompanhamento deste tipo de operações de refinanciamento e reestruturação é contínuo, como parte das funções da gestão do risco da Sociedade.

É preciso destacar que a Sociedade dispõe de uma função de Conformidade, que realiza um acompanhamento e controlo de todo o tipo de novidades regulamentares, e que permite avaliar o impacto das mesmas e dar assessoria em relação à sua correta implementação. O cumprimento da regulamentação do Banco de Espanha, bem como das medidas para a prevenção de Branqueamento de Capitais, compreendem as principais áreas de atuação da função de Conformidade. Em relação às medidas de prevenção de Branqueamento de Capitais, a Sociedade tem um comité constituído que se reúne trimestralmente, no qual são tratados os temas mais importantes relacionados com o branqueamento de capitais. Para além do mencionado, a Sociedade tem articulados sistemas de avaliação de competência e idoneidade dos cargos de direção e de controlo, tal como é exigido no Decreto Real 256/2013.

É importante referir que a Sociedade, além de dispor de diferentes funções de controlo

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Contas Anuais
31 de dezembro de 2025
(Expressos em milhares de euros)

interno e auditoria interna, é objeto de diversas auditorias externas, destacando-se principalmente as realizadas nos âmbitos financeiro, de branqueamento de capitais e da Lei de proteção de dados.

(32) Acontecimentos Posteriores

Não se registaram acontecimentos relevantes depois de 31 de dezembro de 2025.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Gestão
31 de dezembro de 2025

Durante o exercício de 2025, a carteira da DEUTSCHE LEASING continuou a demonstrar solidez, apoiada numa diversificação adequada por setores de atividade e na qualidade de crédito das operações formalizadas.

O volume de negócios líquido, composto essencialmente pelos juros auferidos nas operações realizadas com clientes, situou-se nos 8.304 milhares de euros, o que representa um aumento de 6,72% em relação ao exercício de 2024. Por seu lado, a margem bruta atingiu 7.050 milhares de euros, registando um crescimento homólogo de 15,25%, evolução que reflete uma melhoria na rentabilidade da atividade corrente.

A Direção avalia positivamente a evolução registada durante o exercício, embora mantenha uma estratégia orientada para o crescimento sustentado. Neste sentido, a Sociedade continua a reforçar a respetiva atividade comercial através de iniciativas estratégicas destinadas a aumentar a quota de mercado e a potenciar tanto os volumes de negócio como as margens.

Entre os factos mais relevantes do exercício de 2025, em comparação com o exercício anterior, destaca-se a variação na imparidade dos ativos financeiros avaliados ao custo amortizado. Em 2025, foi registada uma despesa por imparidade no valor de 842 milhares de euros (impacto negativo na demonstração de resultados), enquanto que em 2024 foi contabilizada uma reversão de provisões no valor de 2.650 milhares de euros, devida principalmente à rescisão sem perdas de um contrato de locação financeira, ao qual estava associada uma provisão por imparidade, por motivos distintos da morosidade num montante significativo, o que resultou numa menor despesa nesse exercício.

Em consequência do exposto e do desempenho global da atividade, o resultado após impostos do exercício de 2025 ascendeu a 1.037 milhares de euros, em comparação com os 3.021 milhares de euros obtidos em 2024.

Os principais riscos que a Sociedade enfrenta são de mercado, crédito, liquidez, taxa de juro e operacionais. O Conselho de Administração, através das comissões e unidades de políticas, controlo e gestão de riscos, tutela e supervisiona as políticas contabilísticas e os sistemas e procedimentos de controlo interno em relação a todos os riscos da atividade da Sociedade, bem como a prevenção do branqueamento de capitais, em conformidade com a legislação em vigor. Para esse efeito, os riscos de crédito são aprovados e revistos periodicamente, e são estabelecidos limites operacionais pertinentes, existindo uma clara segregação de funções entre as unidades de negócio onde o risco tem origem e as unidades de acompanhamento e controlo do mesmo.

O risco de crédito é na sua totalidade acompanhado e gerido a partir do Departamento de Riscos, fixando-se as competências delegadas que se considerem oportunas em cada caso. Este departamento revê, de forma periódica, as operações, estando em coordenação com o departamento de cobranças. A Sociedade dispõe das garantias adequadas para cobrir o seu risco de crédito e tenta, em todos os casos, manter o risco relativo a cada cliente abaixo do valor de mercado dos ativos cedidos em locação financeira. É importante destacar que ao considerar o justo valor dos bens locados, bem como o montante de garantias de diferente índole das quais a Sociedade é beneficiária, o nível de provisões seria consideravelmente inferior. Também importa sublinhar que não existem riscos significativos em países terceiros a operar, de momento, em território espanhol e português.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Gestão
31 de dezembro de 2025

Quanto às taxas de juro de mercado, o principal risco é a diferente estrutura temporal de vencimentos e a revisão das rubricas de ativo e passivo do Balanço. À data de encerramento do exercício, considera-se que não existe um risco significativo de taxa de juro, uma vez que as operações realizadas a taxa de juro fixa foram financiadas através de fundos próprios ou com depósitos a taxa fixa, enquanto, para as restantes operações a taxa variável, foram calculados diferentes cenários de evolução das taxas, considerando-se que o risco é moderado.

À data de encerramento do exercício, o risco de liquidez não é significativo, visto que a Sociedade dispõe de acesso a um grande leque de bancos de primeira linha com os quais o grupo trabalha.

No que diz respeito à mitigação do risco operacional, continuam a ser dados passos no sentido de melhorar e atualizar os sistemas informáticos de gestão, incorporando otimizações decorrentes da experiência operacional. Além disso, realizam-se reuniões periódicas de acompanhamento nas quais são analisadas as condições do mercado, com especial atenção à evolução das taxas de juro e aos setores em que a Sociedade tem maior presença.

A Sociedade não assume riscos cambiais, uma vez que não realiza operações denominadas em moedas diferentes do euro.

Durante o exercício de 2025, não foram realizadas atividades de investigação e desenvolvimento, nem ocorreram aquisições ou alienações de ações próprias.

Não há nenhuma questão em termos ambientais que afete a Sociedade, não existindo, portanto, riscos relacionados com o ambiente nem com a segurança e a saúde dos trabalhadores.

Também é importante referir que o prazo médio de pagamento a fornecedores praticado durante o exercício de 2025 foi de 1,44 dias.

Por último, desde a data de encerramento do exercício até à elaboração das presentes contas anuais, não ocorreram factos posteriores de relevância que pudessem afetar significativamente a situação financeira ou os resultados da Sociedade.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Ao abrigo do artigo 253 do Real Decreto Legislativo n.º 1/2010, de 2 de julho, que aprova o texto reformulado da Lei das Sociedades de Capital, os abaixo assinados, integrantes do Conselho de Administração da Deutsche Leasing Iberica E.F.C., S.A.U. (Sociedade Unipessoal), subscrevem o conteúdo integral das Contas Anuais e do Relatório de Gestão, correspondentes ao exercício de 2025, apresentados em 55 folhas, incluindo a presente, numeradas de 1 a 55, ambas inclusive, e que foram formuladas pela Sociedade na sua sessão celebrada no dia 30 de março de 2026, tendo sido assinadas por todos os administradores, como prova de conformidade e aceitação.

Em Bad Homburg v.d. Hoehe, a 30 de março de 2026.

[assinatura]

KAI OSTERMANN

na qualidade de Presidente

[assinatura]

KARSTEN RAUL REINHARD

na qualidade de Vice-Presidente

[assinatura]

KRISTINA TONN

na qualidade de Conselheira



**DEUTSCHE LEASING IBÉRICA,
E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)**

Cuentas Anuales del ejercicio
terminado el 31 de diciembre de
2025 e Informe de Gestión, junto
con el Informe de Auditoría
Independiente

INFORME DE AUDITORÍA DE CUENTAS ANUALES EMITIDO POR UN AUDITOR INDEPENDIENTE

Al accionista único de Deutsche Leasing Ibérica, E.F.C., S.A. (Sociedad Unipersonal):

Informe sobre las cuentas anuales

Opinión

Hemos auditado las cuentas anuales de Deutsche Leasing Ibérica, E.F.C., S.A. (Sociedad Unipersonal) (la Sociedad), que comprenden el balance a 31 de diciembre de 2025, la cuenta de pérdidas y ganancias, estado de ingresos y gastos reconocidos, el estado de cambios en el patrimonio neto, el estado de flujos de efectivo y la memoria correspondientes al ejercicio terminado en dicha fecha.

En nuestra opinión, las cuentas anuales adjuntas expresan, en todos los aspectos significativos, la imagen fiel del patrimonio y de la situación financiera de la Sociedad a 31 de diciembre de 2025, así como de sus resultados y flujos de efectivo correspondientes al ejercicio terminado en dicha fecha, de conformidad con el marco normativo de información financiera que resulta de aplicación (que se identifica en la nota 2.a) de la memoria) y, en particular, con los principios y criterios contables contenidos en el mismo.

Fundamento de la opinión

Hemos llevado a cabo nuestra auditoría de conformidad con la normativa reguladora de la actividad de auditoría de cuentas vigente en España. Nuestras responsabilidades de acuerdo con dichas normas se describen más adelante en la sección *Responsabilidades del auditor en relación con la auditoría de las cuentas anuales* de nuestro informe.

Somos independientes de la Sociedad de conformidad con los requerimientos de ética, incluidos los de independencia, que son aplicables a nuestra auditoría de las cuentas anuales en España según lo exigido por la normativa reguladora de la actividad de auditoría de cuentas. En este sentido, no hemos prestado servicios distintos a los de la auditoría de cuentas ni han concurrido situaciones o circunstancias que, de acuerdo con lo establecido en la citada normativa reguladora, hayan afectado a la necesaria independencia de modo que se haya visto comprometida.

Consideramos que la evidencia de auditoría que hemos obtenido proporciona una base suficiente y adecuada para nuestra opinión.

Cuestiones clave de la auditoría

Las cuestiones clave de la auditoría son aquellas cuestiones que, según nuestro juicio profesional, han sido de la mayor significatividad en nuestra auditoría de las cuentas anuales del periodo actual. Estas cuestiones han sido tratadas en el contexto de nuestra auditoría de las cuentas anuales en su conjunto, y en la formación de nuestra opinión sobre estas, y no expresamos una opinión por separado sobre esas cuestiones.

Estimación de pérdidas por deterioro por riesgo de crédito de activos financieros a coste amortizado – préstamos y anticipos – clientela

Descripción

Tal y como se indica en la nota 31 de las cuentas anuales adjuntas a 31 de diciembre de 2025, el riesgo de crédito es uno de los principales riesgos gestionados por la Sociedad.

En la nota 4(g) de las citadas cuentas se describe que la Sociedad estima las pérdidas por deterioro por riesgo de crédito de los préstamos y anticipos a la clientela, clasificados en el epígrafe “Activos financieros a coste amortizado” del balance adjunto al 31 de diciembre de 2025, de acuerdo con la Circular 4/2017 de Banco de España. Para la provisión estimada colectivamente se utilizan los parámetros establecidos por Banco de España en la citada Circular (Soluciones Alternativas), por referencia de la Circular 4/2019 de Banco de España y la provisión estimada individualmente se calcula considerando los flujos de caja futuros de cada contrato. Estas estimaciones se basan, principalmente, en la clasificación contable del cliente y operaciones en las categorías de riesgo normal, vigilancia especial y dudoso, así como en las variables de segmentación del riesgo de crédito y estimaciones del valor de mercado de las garantías de los citados préstamos y anticipos.

La citada clasificación contable a su vez está basada, entre otros, en calendarios de morosidad, en la experiencia de la Sociedad y la información que tiene del sector.

Procedimientos aplicados en la auditoría

Nuestros procedimientos de auditoría, para abordar esta cuestión, han incluido, entre otros, los siguientes procedimientos sustantivos: (i) la evaluación de la razonabilidad de la metodología de cálculo de la estimación de las pérdidas por deterioro por riesgo de crédito de los préstamos y anticipos a la clientela a coste amortizado, utilizada por la Dirección de la Sociedad, de acuerdo con la Circular 4/2017 de Banco de España, por referencia de la Circular 4/2019 de Banco de España, verificando la idoneidad de los criterios adoptados, así como su alineamiento a la normativa aplicable; (ii) la verificación de la coincidencia de la cartera de préstamos y anticipos de la clientela a coste amortizado con los registros contables de la Sociedad y procedimientos de auditoría orientados a verificar la exactitud, en base selectiva, de la información utilizada como base para la estimación de las pérdidas por deterioro; (iii) la evaluación de la razonabilidad de la valoración de las garantías existentes, en base selectiva; (iv) la evaluación de la razonabilidad de los criterios de clasificación contable del riesgo y de su aplicación, así como, de las variables de segmentación del riesgo de crédito, de conformidad con la citada Circular de Banco de España; y (v) el recálculo de las pérdidas por deterioro estimadas colectivamente, según las soluciones alternativas propuestas por la citada Circular de Banco de España, para la totalidad de la cartera de préstamos y anticipos a la clientela, a coste amortizado, al cierre del ejercicio 2025.

La citada estimación supone la aplicación de juicio por parte de la Dirección de la Sociedad, y complejidad ya que, entre otros factores, tiene en consideración: (i) la correcta clasificación contable del cliente y las operaciones (riesgo normal, vigilancia especial y dudoso), su adecuada segmentación del riesgo de crédito, así como las estimaciones del valor de mercado de las garantías de los citados préstamos y anticipos; y (ii) la realización de cálculos que requieren de un tratamiento masivo de datos para el cálculo de las pérdidas por deterioro determinadas colectivamente.

Por todo ello, la citada estimación de las pérdidas por deterioro por riesgo de crédito por parte de la Dirección de la Sociedad se ha considerado una cuestión clave para nuestra auditoría.

Por último, hemos evaluado si los desgloses de información incluidos en las notas de las cuentas anuales adjuntas, en relación con esta cuestión, resultan adecuados a lo requerido por el marco normativo de información financiera que resulta de aplicación.

Párrafo de énfasis

Llamamos la atención sobre la nota 1 de las cuentas anuales adjuntas, en la que se indica que la Sociedad forma parte del Grupo Deutsche Leasing y mantiene prácticamente la totalidad de su financiación con determinadas sociedades del citado Grupo (véase nota 25). Por consiguiente, cualquier interpretación o análisis de las cuentas anuales adjuntas debe llevarse a cabo considerando esta circunstancia y en el contexto del Grupo Deutsche Leasing. Nuestra opinión no ha sido modificada en relación con esta cuestión.

Otra información: Informe de gestión

La otra información comprende exclusivamente el informe de gestión del ejercicio 2025, cuya formulación es responsabilidad de los administradores de la Sociedad y no forma parte integrante de las cuentas anuales.

Nuestra opinión de auditoría sobre las cuentas anuales no cubre el informe de gestión. Nuestra responsabilidad sobre el informe de gestión, de conformidad con lo exigido por la normativa reguladora de la actividad de auditoría de cuentas, consiste en evaluar e informar sobre la concordancia del informe de gestión con las cuentas anuales, a partir del conocimiento de la entidad obtenido en la realización de la auditoría de las citadas cuentas, así como en evaluar e informar de si el contenido y presentación del informe de gestión son conformes a la normativa que resulta de aplicación. Si, basándonos en el trabajo que hemos realizado, concluimos que existen incorrecciones materiales, estamos obligados a informar de ello.

Sobre la base del trabajo realizado, según lo descrito en el párrafo anterior, la información que contiene el informe de gestión concuerda con la de las cuentas anuales del ejercicio 2025 y su contenido y presentación son conformes a la normativa que resulta de aplicación.

Responsabilidad de los administradores y de la comisión de auditoría en relación con las cuentas anuales

Los administradores son responsables de formular las cuentas anuales adjuntas, de forma que expresen la imagen fiel del patrimonio, de la situación financiera y de los resultados de la Sociedad, de conformidad con el marco normativo de información financiera aplicable a la entidad en España, y del control interno que consideren necesario para permitir la preparación de cuentas anuales libres de incorrección material, debida a fraude o error.

En la preparación de las cuentas anuales, los administradores son responsables de la valoración de la capacidad de la Sociedad para continuar como empresa en funcionamiento, revelando, según corresponda, las cuestiones relacionadas con empresa en funcionamiento y utilizando el principio contable de empresa en funcionamiento excepto si los administradores tienen intención de liquidar la sociedad o de cesar sus operaciones, o bien no exista otra alternativa realista.

La comisión de auditoría es responsable de la supervisión del proceso de elaboración y presentación de las cuentas anuales.

Responsabilidades del auditor en relación con la auditoría de las cuentas anuales

Nuestros objetivos son obtener una seguridad razonable de que las cuentas anuales en su conjunto están libres de incorrección material, debida a fraude o error, y emitir un informe de auditoría que contiene nuestra opinión.

Seguridad razonable es un alto grado de seguridad pero no garantiza que una auditoría realizada de conformidad con la normativa reguladora de la actividad de auditoría de cuentas vigente en España siempre detecte una incorrección material cuando existe. Las incorrecciones pueden deberse a fraude o error y se consideran materiales si, individualmente o de forma agregada, puede preverse razonablemente que influyan en las decisiones económicas que los usuarios toman basándose en las cuentas anuales.

En el Anexo I de este informe de auditoría se incluye una descripción más detallada de nuestras responsabilidades en relación con la auditoría de las cuentas anuales. Esta descripción que se encuentra en las páginas 6 y 7 es parte integrante de nuestro informe de auditoría.

Informe sobre otros requerimientos legales y reglamentarios

Informe adicional para la comisión de auditoría

La opinión expresada en este informe es coherente con lo manifestado en nuestro informe adicional para la comisión de auditoría de la Sociedad de fecha 24 de abril de 2026.

Periodo de contratación

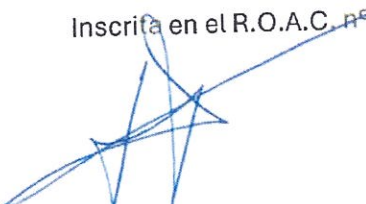
El Accionista Único de la Sociedad, según consta en el acta de consignación de decisiones de fecha 21 de septiembre de 2023, nos nombró como auditores por un período de 3 años, contados a partir del ejercicio finalizado el 31 de diciembre de 2022.

DELOITTE AUDITORES, S.L.

Inscrita en el R.O.A.C. nº S0692

Col·legi de Censors Jurats
de Comptes de Catalunya
= **EL CØL·L361**

DELOITTE AUDITORES, S.L.


Álvaro Quintana

Inscrito en el R.O.A.C. nº 21435

2026 Núm. 20/26/10867
IMPORT COL·L·EGIAL: 96.00 EUR

.....
Informe d'auditoria de comptes subjecte
a la normativa d'auditoria de comptes
espanyola o internacional
.....

24 de abril de 2026

Anexo I de nuestro informe de auditoría

Adicionalmente a lo incluido en nuestro informe de auditoría, en este Anexo incluimos nuestras responsabilidades respecto a la auditoría de las cuentas anuales.

Responsabilidades del auditor en relación con la auditoría de las cuentas anuales

Como parte de una auditoría de conformidad con la normativa reguladora de la actividad de auditoría de cuentas vigente en España, aplicamos nuestro juicio profesional y mantenemos una actitud de escepticismo profesional durante toda la auditoría. También:

- Identificamos y valoramos los riesgos de incorrección material en las cuentas anuales, debida a fraude o error, diseñamos y aplicamos procedimientos de auditoría para responder a dichos riesgos y obtenemos evidencia de auditoría suficiente y adecuada para proporcionar una base para nuestra opinión. El riesgo de no detectar una incorrección material debida a fraude es más elevado que en el caso de una incorrección material debida a error, ya que el fraude puede implicar colusión, falsificación, omisiones deliberadas, manifestaciones intencionadamente erróneas, o la elusión del control interno.
- Obtenemos conocimiento del control interno relevante para la auditoría con el fin de diseñar procedimientos de auditoría que sean adecuados en función de las circunstancias, y no con la finalidad de expresar una opinión sobre la eficacia del control interno de la entidad.
- Evaluamos si las políticas contables aplicadas son adecuadas y la razonabilidad de las estimaciones contables y la correspondiente información revelada por los administradores.
- Concluimos sobre si es adecuada la utilización, por los administradores, del principio contable de empresa en funcionamiento y, basándonos en la evidencia de auditoría obtenida, concluimos sobre si existe o no una incertidumbre material relacionada con hechos o con condiciones que pueden generar dudas significativas sobre la capacidad de la Sociedad para continuar como empresa en funcionamiento. Si concluimos que existe una incertidumbre material, se requiere que llamemos la atención en nuestro informe de auditoría sobre la correspondiente información revelada en las cuentas anuales o, si dichas revelaciones no son adecuadas, que expresemos una opinión modificada. Nuestras conclusiones se basan en la evidencia de auditoría obtenida hasta la fecha de nuestro informe de auditoría. Sin embargo, los hechos o condiciones futuros pueden ser la causa de que la Sociedad deje de ser una empresa en funcionamiento.
- Evaluamos la presentación global, la estructura y el contenido de las cuentas anuales, incluida la información revelada, y si las cuentas anuales representan las transacciones y hechos subyacentes de un modo que logran expresar la imagen fiel.

Nos comunicamos con la comisión de auditoría de la entidad en relación con, entre otras cuestiones, el alcance y el momento de realización de la auditoría planificados y los hallazgos significativos de la auditoría, así como cualquier deficiencia significativa del control interno que identificamos en el transcurso de la auditoría.

También proporcionamos a la comisión de auditoría de la entidad una declaración de que hemos cumplido los requerimientos de ética relativos a independencia y nos hemos comunicado con la misma para informar de aquellas cuestiones que razonablemente puedan suponer una amenaza para nuestra independencia y, en su caso, de las medidas de salvaguarda adoptadas para eliminar o reducir la amenaza.

Entre las cuestiones que han sido objeto de comunicación a la comisión de auditoría de la entidad, determinamos las que han sido de la mayor significatividad en la auditoría de las cuentas anuales del periodo actual y que son, en consecuencia, las cuestiones clave de la auditoría.

Describimos esas cuestiones en nuestro informe de auditoría salvo que las disposiciones legales o reglamentarias prohíban revelar públicamente la cuestión.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Cuentas Anuales al 31 de diciembre de 2025
e Informe de Gestión del ejercicio 2025

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Índice General
(Expresados en miles de euros)

1.	Balances de Situación al 31 de diciembre de 2025 y 2024	
2.	Cuentas de Pérdidas y Ganancias para los ejercicios terminados en 31 de diciembre de 2025 y 2024	
3.	Estados de Ingresos y Gastos Reconocidos para los ejercicios terminados en 31 de diciembre de 2025 y 2024	
4.	Estados Totales de Cambios en el Patrimonio Neto para los ejercicios terminados en 31 de diciembre de 2025 y 2024	
5.	Estados de Flujos de Efectivo para los ejercicios terminados en 31 de diciembre de 2025 y 2024	
6.	Memoria	
(1)	Naturaleza y actividades	1
(2)	Criterios Aplicados	2
(3)	Distribución de Resultados	7
(4)	Principios Contables y Normas de Valoración Aplicados	7
(5)	Efectivo, saldos en efectivo en bancos centrales y otros depósitos a la vista	24
(6)	Activos financieros a coste amortizado	25
(7)	Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta	28
(8)	Activos Materiales	29
(9)	Activos Intangibles	30
(10)	Activos y Pasivos por impuestos	31
(11)	Otros activos y pasivos	31
(12)	Pasivos financieros a coste amortizado	32
(13)	Provisiones	34
(14)	Fondos Propios	34
(15)	Compromisos de préstamos concedidos	35
(16)	Proveedores. Información sobre los aplazamientos de pago a proveedores. Disposición adicional tercera. "Deber de información" de la ley 15/2010 de 5 de julio	36
(17)	Ingresos por intereses y gastos por intereses	37
(18)	Ingresos por comisiones	37
(19)	Gastos por comisiones	38
(20)	Diferencias de Cambio	38
(21)	Otros ingresos de explotación	38
(22)	Gastos de personal	39
(23)	Otros gastos de administración	40
(24)	Otros gastos de explotación	40
(25)	Operaciones y Saldos con Partes Vinculadas	41
(26)	Información relativa al Consejo de Administración	42
(27)	Información sobre Medio Ambiente	43
(28)	Servicio de Atención al Cliente	43
(29)	Honorarios de Auditoría	43
(30)	Situación Fiscal	44
(31)	Políticas y Gestión de Riesgos	47
(32)	Hechos Posteriores	52

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Balances a 31 de Diciembre de 2025 y 2024
(Expresados en miles de euros)

ACTIVO	2025	2024 (*)
Efectivo, saldos en efectivo en bancos centrales y otros depósitos a la vista (nota 5 y 6)	186	271
Activos financieros mantenidos para negociar		
Derivados	-	-
Instrumentos de patrimonio	-	-
Valores representativos de deuda	-	-
Préstamos y anticipos	-	-
Bancos centrales	-	-
Entidades de crédito	-	-
Clientela	-	-
Pro memoria: prestados o entregados como garantía con derecho de venta o pignoración	-	-
Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados		
Instrumentos de patrimonio	-	-
Valores representativos de deuda	-	-
Préstamos y anticipos	-	-
Bancos centrales	-	-
Entidades de crédito	-	-
Clientela	-	-
Pro memoria: prestados o entregados como garantía con derecho de venta o pignoración	-	-
Activos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados		
Valores representativos de deuda	-	-
Préstamos y anticipos	-	-
Bancos centrales	-	-
Entidades de crédito	-	-
Clientela	-	-
Pro memoria: prestados o entregados como garantía con derecho de venta o pignoración	-	-
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global		
Instrumentos de patrimonio	-	-
Valores representativos de deuda	-	-
Préstamos y anticipos	-	-
Bancos centrales	-	-
Entidades de crédito	-	-
Clientela	-	-
Pro memoria: prestados o entregados como garantía con derecho de venta o pignoración	-	-
Activos financieros a coste amortizado (nota 6)	178.033	168.969
Valores representativos de deuda	-	-
Préstamos y anticipos	178.033	168.969
Bancos Centrales	-	-
Entidades de crédito	-	-
Clientela	-	-
Pro memoria: prestados o entregados como garantía con derecho de venta o pignoración	178.033	168.969
Derivados - contabilidad de coberturas	-	-
Cambios del valor razonable de los elementos cubiertos de una cartera con cobertura del riesgo de tipo de interés	-	-
Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas		
Dependientes	-	-
Negocios conjuntos	-	-
Asociadas	-	-
Activos tangibles (nota 8)		
Inmovilizado material	2	4
De uso propio	2	4
Cedido en arrendamiento operativo	-	-
Afecto a la Obra Social (cajas de ahorros y cooperativas de crédito)	-	-
Inversiones inmobiliarias	-	-
De los cuales: cedido en arrendamiento operativo	-	-
Pro memoria: Adquirido en arrendamiento	-	-
Activos intangibles (nota 9)		
Fondo de comercio	-	4
Otros activos intangibles	-	-
	-	4

La memoria adjunta forma parte integrante de las Cuentas Anuales del ejercicio 2025
(*) Se presenta única y exclusivamente a efectos comparativos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Balances a 31 de Diciembre de 2025 y 2024
(Expresados en miles de euros)

Activos por impuestos (nota 10)	1.848	735
Activos por impuestos corrientes	1.697	624
Activos por impuestos diferidos	151	111
Otros activos (nota 11)	882	729
Contratos de seguros vinculados a pensiones	-	-
Existencias	-	-
Resto de los otros activos	882	729
Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta (nota 7)	100	48
TOTAL ACTIVO	181.051	170.760

La memoria adjunta forma parte integrante de las Cuentas Anuales del ejercicio 2025
(* Se presenta única y exclusivamente a efectos comparativos)

CS

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Balances a 31 de Diciembre de 2025 y 2024
(Expresados en miles de euros)

PASIVO	2025	2024 (*)
Pasivos financieros mantenidos para negociar	-	-
Derivados	-	-
Posiciones cortas	-	-
Depósitos	-	-
Bancos centrales	-	-
Entidades de crédito	-	-
Clientela	-	-
Valores representativos de deuda emitidos	-	-
Otros pasivos financieros	-	-
Pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados	-	-
Depósitos	-	-
Bancos centrales	-	-
Entidades de crédito	-	-
Clientela	-	-
Valores representativos de deuda emitidos	-	-
Otros pasivos financieros	-	-
Pro memoria: pasivos subordinados	-	-
Pasivos financieros a coste amortizado (nota 12)	150.465	140.809
Depósitos	148.341	138.693
Bancos centrales	-	-
Entidades de crédito	-	-
Clientela	-	-
Valores representativos de deuda emitidos	148.341	138.693
Otros pasivos financieros	-	-
Pro memoria: pasivos subordinados	2.124	2.116
Derivados - contabilidad de coberturas	-	-
Cambios del valor razonable de los elementos cubiertos de una cartera con cobertura del riesgo de tipo de interés	-	-
Provisiones (nota 13)	46	5
Pensiones y otras obligaciones de prestaciones definidas post-empleo	-	-
Otras retribuciones a los empleados a largo plazo	-	-
Cuestiones procesales y litigios por impuestos pendientes	-	-
Compromisos y garantías concedidos	46	5
Restantes provisiones	-	-
Pasivos por impuestos (nota 10)	163	637
Pasivos por impuestos corrientes	163	637
Pasivos por impuestos diferidos	-	-
Capital social reembolsable a la vista	-	-
Otros pasivos (nota 11)	1.144	1.113
<i>De los cuales: fondo de la obra social (solo cajas de ahorros y cooperativas de crédito)</i>	-	-
Pasivos incluidos en grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta	-	-
TOTAL PASIVO	151.818	142.564

La memoria adjunta forma parte integrante de las Cuentas Anuales del ejercicio 2025
(*) Se presenta única y exclusivamente a efectos comparativos

A 15

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Balances a 31 de Diciembre de 2025 y 2024
(Expresados en miles de euros)

	2025	2024 (*)
PATRIMONIO NETO		
Fondos propios (nota 14)	29.233	28.196
Capital	13.000	13.000
Capital desembolsado	13.000	13.000
Capital no desembolsado exigido	-	-
Pro memoria: capital no exigido	-	-
Prima de emisión	-	-
Instrumentos de patrimonio emitidos distintos del capital	-	-
Componente de patrimonio neto de los instrumentos financieros compuestos	-	-
Otros instrumentos de patrimonio emitidos	-	-
Otros elementos de patrimonio neto	-	-
Ganancias acumuladas	-	-
Reservas de revalorización	-	-
Otras reservas	15.196	12.175
(-) Acciones propias	-	-
Resultado del ejercicio	1.037	3.021
(-) Dividendos a cuenta	-	-
Otro resultado global acumulado	-	-
Elementos que no se reclasificarán en resultados	-	-
Ganancias o (-) pérdidas actuariales en planes de pensiones de prestaciones definidas	-	-
Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta	-	-
Cambios del valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-
Ineficacia de las coberturas de valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-
Cambios del valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global [elemento cubierto]	-	-
Cambios del valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global [instrumento de cobertura]	-	-
Cambios del valor razonable de los pasivos financieros a valor razonable con cambios en resultados atribuibles a cambios en el riesgo de crédito	-	-
Elementos que pueden reclasificarse en resultados	-	-
Cobertura de inversiones netas en negocios en el extranjero [parte eficaz]	-	-
Conversión de divisas	-	-
Derivados de cobertura. Reserva de cobertura de flujos de efectivo [parte eficaz]	-	-
Cambios del valor razonable de los instrumentos de deuda valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-
Instrumentos de cobertura [elementos no designados]	-	-
Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta	-	-
TOTAL PATRIMONIO NETO	29.233	28.196
TOTAL PATRIMONIO NETO Y PASIVO	181.051	170.760
<hr/>		
PRO MEMORIA: EXPOSICIONES FUERA DE BALANCE		
	2025	2024 (*)
Compromisos de préstamo concedidos (nota 15)	4.187	474
Garantías financieras concedidas	-	-
Otros compromisos concedidos	-	-

La memoria adjunta forma parte integrante de las Cuentas Anuales del ejercicio 2025
(*) Se presenta única y exclusivamente a efectos comparativos

45

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Cuenta de Pérdidas y Ganancias a 31 de Diciembre de 2025 y 2024
(Expresados en miles de euros)

CUENTA DE PERDIDAS Y GANANCIAS	2025	2024 (*)
Ingresos por intereses (nota 17)	8.304	7.781
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-
Activos financieros a coste amortizado	8.304	7.781
Restante ingresos por intereses	-	-
(Gastos por intereses) (nota 17)	(4.103)	(4.081)
(Gastos por capital social reembolsable a la vista)	-	-
A) MARGEN DE INTERESES	4.201	3.700
Ingresos por dividendos	-	-
Ingresos por comisiones (nota 18)	880	736
(Gastos por comisiones) (nota 19)	(6)	(9)
Ganancias o (-) pérdidas al dar de baja en cuentas activos y pasivos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados, netas	-	-
Activos financieros a coste amortizado	-	-
Restantes activos y pasivos financieros	-	-
Ganancias o (-) pérdidas por activos y pasivos financieros mantenidos para negociar, netas	-	-
Reclasificación de activos financieros desde valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-
Reclasificación de activos financieros desde coste amortizado	-	-
Otras ganancias o (-) pérdidas	-	-
Ganancias o (-) pérdidas por activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados, netas	-	-
Reclasificación de activos financieros obligatoriamente	-	-
Reclasificación de activos financieros desde coste amortizados	-	-
Otras ganancias o (-) pérdidas	-	-
Ganancias o (-) pérdidas por activos y pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados, netas	-	-
Ganancias o (-) pérdidas resultantes de la contabilidad de coberturas, netas	-	-
Diferencias de cambio [ganancia o (-) pérdida], netas (nota 20)	-	2
Otros ingresos de explotación (nota 21)	2.262	2.214
(Otros gastos de explotación) (nota 24)	(287)	(526)
<i>De los cuales: dotaciones obligatorias a fondos de la obra social (solo cajas de ahorros y cooperativas de crédito)</i>	-	-
B) MARGEN BRUTO	7.050	6.117
(Gastos de administración)	(4.800)	(4.561)
(Gastos de personal) (nota 22)	(3.086)	(2.929)
(Otros gastos de administración) (nota 23)	(1.714)	(1.632)
(Amortización) (notas 8 y 9)	(5)	(7)
(Provisiones o (-) reversión de provisiones) (nota 13)	-	-
(Deterioro del valor o (-) reversión del deterioro del valor de activos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados y pérdidas o (-) ganancias netas por modificación)	(842)	2.650
(Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global)	-	-
(Activos financieros a coste amortizado) (nota 6)	(842)	2.650

La memoria adjunta forma parte integrante de las Cuentas Anuales del ejercicio 2025
(*) Se presenta única y exclusivamente a efectos comparativos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Cuenta de Pérdidas y Ganancias a 31 de Diciembre de 2025 y 2024
(Expresados en miles de euros)

(Deterioro del valor o (-) reversión del deterioro del valor de inversiones en dependientes, negocios conjuntos o asociadas)	-	-
(Deterioro del valor o (-) reversión del deterioro del valor de activos no financieros)	29	(90)
(Activos tangibles) (nota 7)	29	(90)
(Activos intangibles)	-	-
(Otros)	-	-
Ganancias o (-) pérdidas al dar de baja en cuentas activos no financieros, netas (nota 7)	(35)	(57)
Fondo de comercio negativo reconocido en resultados	-	-
Ganancias o (-) pérdidas procedentes de activos no corrientes y grupos enajenables de elementos clasificados como mantenidos para la venta no admisibles como actividades interrumpidas	-	-
C) GANANCIAS O (-) PÉRDIDAS ANTES DE IMPUESTOS PROCEDENTES DE LAS ACTIVIDADES CONTINUADAS (nota 30)	1.397	4.052
(Gastos o (-) ingresos por impuestos sobre los resultados de las actividades continuadas)	360	1.031
D) GANANCIAS O (-) PÉRDIDAS DESPUÉS DE IMPUESTOS PROCEDENTES DE LAS ACTIVIDADES CONTINUADAS	1.037	3.021
Ganancias o (-) pérdidas después de impuestos procedentes de actividades interrumpidas	-	-
E) RESULTADO DEL EJERCICIO	1.037	3.021

La memoria adjunta forma parte integrante de las Cuentas Anuales del ejercicio 2025
(*) Se presenta única y exclusivamente a efectos comparativos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
**Estado De Ingresos y Gastos Reconocidos para los ejercicios anuales terminados en 31 de
Diciembre de 2025 y 2024**
(Expresados en miles de euros)

ESTADO DE INGRESOS Y GASTOS RECONOCIDOS	2025	2024 (*)
RESULTADO DEL EJERCICIO	1.037	3.021
OTRO RESULTADO GLOBAL	-	-
Elementos que no se reclasificarán en resultados	-	-
Ganancias o (-) pérdidas actuariales en planes de pensiones de prestaciones definidas	-	-
Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos mantenidos para la venta	-	-
Cambios del valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-
Ganancias o (-) pérdidas resultantes de la contabilidad de coberturas de instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global, netas	-	-
Cambios del valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global (elemento cubierto)	-	-
Cambios del valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global (instrumento de cobertura)	-	-
Cambios del valor razonable de los pasivos financieros a valor razonable con cambios en resultados atribuibles a cambios en el riesgo de crédito	-	-
Impuesto sobre las ganancias relativo a los elementos que no se reclasificarán	-	-
Elementos que pueden reclasificarse en resultados	-	-
Cobertura de inversiones netas en negocios en el extranjero [parte eficaz]	-	-
Ganancias o (-) pérdidas de valor contabilizadas en el patrimonio neto	-	-
Transferido a resultados	-	-
Otras reclasificaciones	-	-
Conversión de divisas	-	-
Ganancias o (-) pérdidas por cambio de divisas contabilizadas en el patrimonio neto	-	-
Transferido a resultados	-	-
Otras reclasificaciones	-	-
Coberturas de flujos de efectivo [parte eficaz]	-	-
Ganancias o (-) pérdidas de valor contabilizadas en el patrimonio neto	-	-
Transferido a resultados	-	-
Transferido al importe en libros inicial de los elementos cubiertos	-	-
Otras reclasificaciones	-	-
Instrumentos de cobertura [elementos no designados]	-	-
Ganancias o (-) pérdidas de valor contabilizadas en el patrimonio neto	-	-
Transferido a resultados	-	-
Otras reclasificaciones	-	-
Instrumentos de deuda a valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-
Ganancias o (-) pérdidas de valor contabilizadas en el patrimonio neto	-	-
Transferido a resultados	-	-
Otras reclasificaciones	-	-
Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos mantenidos para la venta	-	-
Ganancias o (-) pérdidas de valor contabilizadas en el patrimonio neto	-	-
Transferido a resultados	-	-
Otras reclasificaciones	-	-
Impuesto sobre las ganancias relativo a los elementos que pueden reclasificarse en ganancias o (-) pérdidas	-	-
Resultado global total del ejercicio	1.037	3.021

La memoria adjunta forma parte integrante de las Cuentas Anuales del ejercicio 2025
(*) Se presenta única y exclusivamente a efectos comparativos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)

Estado de Cambios del Patrimonio Neto para los ejercicios anuales terminados en 31 de Diciembre de 2025 y 2024

(Expresados en miles de euros)

ESTADO DE CAMBIOS DEL PATRIMONIO NETO 2025

	Capital	Otras Reservas	Resultado del ejercicio	Total Fondos Propios	Ajustes por Valoración	Total Patrimonio Neto
1. Saldo de apertura (31/12/2024)	13.000	12.175	3.021	28.196	-	28.196
2. Ajuste por cambios de criterio 2024 y anteriores	-	-	-	-	-	-
3. Total ingresos y gastos reconocidos	-	-	1.037	1.037	-	1.037
4. Otras variaciones del patrimonio neto.						
4.1 Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
4.2 Reducciones de capital	-	-	-	-	-	-
4.9. Traspasos entre partidas de patrimonio neto	-	3.021	(3.021)	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
5. Saldo de cierre (31/12/2025)	<u>13.000</u>	<u>15.196</u>	<u>1.037</u>	<u>29.233</u>	<u>-</u>	<u>29.233</u>

ESTADO DE CAMBIOS DEL PATRIMONIO NETO 2024 (*)

	Capital	Otras Reservas	Resultado del ejercicio	Total Fondos Propios	Ajustes por Valoración	Total Patrimonio Neto
1. Saldo de apertura (31/12/2023)	13.000	11.081	1.094	25.175	-	25.175
2. Ajuste por cambios de criterio 2023 y anteriores	-	-	-	-	-	-
3. Total ingresos y gastos reconocidos	-	-	3.021	3.021	-	3.021
4. Otras variaciones del patrimonio neto.						
4.1 Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
4.2 Reducciones de capital	-	-	-	-	-	-
4.9. Traspasos entre partidas de patrimonio neto	-	1.094	(1.094)	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
5. Saldo de cierre (31/12/2024)	<u>13.000</u>	<u>12.175</u>	<u>3.021</u>	<u>28.196</u>	<u>-</u>	<u>28.196</u>

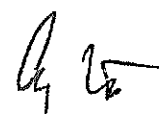
La memoria adjunta forma parte integrante de las Cuentas Anuales del ejercicio 2025
(*) Se presenta única y exclusivamente a efectos comparativos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)

Estados de Flujos de Efectivo para los ejercicios anuales terminados en 31 de Diciembre de 2025 y 2024
(Expresados en miles de euros)

ESTADO DE FLUJOS DE EFECTIVO	2025	2024 (*)
A) FLUJOS DE EFECTIVO DE LAS ACTIVIDADES DE EXPLOTACIÓN		
Resultado del ejercicio	(60)	(646)
Ajustes para obtener los flujos de efectivo de las actividades de explotación	1.037	3.021
Amortización (notas 8 y 9)	818	(2.553)
Otros ajustes	5	7
Aumento (-) /disminución (+) neto de los activos de explotación	813	(2.560)
Aumento (-) /disminución (+) neto de los pasivos de explotación	10.766	(12.534)
Activos financieros mantenidos para negociar	-	-
Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable	-	-
Activos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados	-	-
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-
Activos financieros a coste amortizado	9.906	(12.393)
Otros activos de explotación	860	(141)
Aumento/disminución neto de los pasivos de explotación	9.253	(13.408)
Pasivos financieros mantenidos para negociar	-	-
Pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados	-	-
Pasivos financieros a coste amortizado	9.656	(12.554)
Otros pasivos de explotación	(403)	(854)
Cobros/Pagos por impuesto sobre las ganancias	(402)	(240)
B) FLUJOS DE EFECTIVO DE LAS ACTIVIDADES DE INVERSIÓN		
Pagos	(25)	(93)
Activos tangibles	(25)	(93)
Activos intangibles	(2)	-
Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas	-	(5)
Otras unidades de negocio	-	-
Activos no corrientes y pasivos que se han clasificado como mantenidos para la venta	-	-
Otros pagos relacionados con actividades de inversión	(23)	(88)
Cobros	-	-
Activos tangibles	-	-
Activos intangibles	-	-
Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas	-	-
Otras unidades de negocio	-	-
Activos no corrientes y pasivos que se han clasificado como mantenidos para la venta	-	-
Otros cobros relacionados con actividades de inversión	-	-
C) FLUJOS DE EFECTIVO DE LAS ACTIVIDADES DE FINANCIACIÓN		
Pagos	-	-
Dividendos	-	-
Pasivos subordinados	-	-
Amortización de instrumentos de patrimonio propio	-	-
Adquisición de instrumentos de patrimonio propio	-	-
Otros pagos relacionados con actividades de financiación	-	-
Cobros	-	-
Pasivos subordinados	-	-

La memoria adjunta forma parte integrante de las Cuentas Anuales del ejercicio 2025
(*) Se presenta única y exclusivamente a efectos comparativos.



DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)

Estados de Flujos de Efectivo para los ejercicios anuales terminados en 31 de Diciembre de 2025 y 2024

(Expresados en miles de euros)

Emisión de instrumentos de patrimonio propio	-	-
Enajenación de instrumentos de patrimonio propio	-	-
Otros cobros relacionados con actividades de financiación	-	-
D) EFECTO DE LAS VARIACIONES DE LOS TIPOS DE CAMBIO	-	-
E) AUMENTO (DISMINUCIÓN) NETO DEL EFECTIVO Y EQUIVALENTES (A+B+C+D)	(85)	(739)
F) EFECTIVO Y EQUIVALENTES AL INICIO DEL PERIODO	271	1.010
G) EFECTIVO Y EQUIVALENTES AL FINAL DEL PERIODO	186	271

COMPONENTES DEL EFECTIVO Y EQUIVALENTES AL FINAL DEL PERIODO	2025	2024 (*)
Efectivo	1	1
Saldos equivalentes al efectivo en bancos centrales	-	-
Otros activos financieros	185	270
Menos: descubiertos bancarios reintegrables a la vista	-	-

La memoria adjunta forma parte integrante de las Cuentas Anuales del ejercicio 2025
(*) Se presenta única y exclusivamente a efectos comparativos.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2025

(Expresados en miles de euros)

(1) Naturaleza y actividades

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A. (Sociedad Unipersonal) (en adelante la Sociedad) fue constituida mediante escritura pública otorgada en Barcelona el 28 de septiembre de 2006, bajo la denominación social de Deutsche Leasing España, E.F.C., S.A.U. Con fecha 9 de diciembre de 2011, la Sociedad cambió su denominación por la actual.

La Sociedad tiene el carácter de establecimiento financiero de crédito y se regula por lo dispuesto en la normativa vigente en materia de Establecimientos Financieros de Crédito, contenida en particular, en el Real Decreto-ley 692/1996, de 26 de abril, sobre el Régimen Jurídico de los Establecimientos Financieros de Crédito. Tras la entrada en vigor de la Ley 5/2015, de 27 de abril de fomento de la financiación empresarial, los establecimientos financieros de crédito pierden su condición de entidades de crédito, pero mantienen intacta su inclusión dentro del perímetro de supervisión y estricta regulación financiera. El artículo 7 de la Ley 5/2015 detalla además que los establecimientos financieros de crédito se registrarán por lo dispuesto en el título II de dicha Ley y en su normativa de desarrollo y, para todo lo no previsto en la citada normativa, su régimen jurídico será el previsto para las entidades de crédito.

Ante el cambio en la normativa para los Establecimientos Financieros de Crédito, la sociedad actualmente está supervisada de acuerdo con la circular 4/2019 del Banco de España.

Su actividad principal sigue siendo la concesión de créditos y el arrendamiento financiero, con inclusión de las siguientes actividades complementarias:

- (a) Servicios relacionados con el mantenimiento de bienes objeto de transmisión.
- (b) Concesión de financiación en relación con operaciones de Leasing presentes o futuras.
- (c) Mediación y realización de operaciones de Leasing.
- (d) Otras operaciones de Leasing con o sin opción de compra.
- (e) Asesoramiento.

La Sociedad figura inscrita con el número 8826 en el Registro Especial de Entidades de Crédito del Banco de España, estando sujeta a la normativa y regulaciones de las entidades financieras de crédito operantes en España, según se determina en la Ley 5/2015 de 27 de abril. En especial se aplicará a los establecimientos financieros de crédito la regulación sobre participaciones significativas, idoneidad e incompatibilidades de altos cargos, gobierno corporativo y solvencia contenida en la Ley 10/2014, de 26 de junio, de ordenación, supervisión y solvencia de entidades de crédito, y su normativa de desarrollo, así como la normativa de transparencia, mercado hipotecario, régimen concursal y prevención del blanqueo de capitales y la financiación del terrorismo prevista para las entidades de crédito.

En todo caso, resultará de aplicación a los establecimientos financieros de crédito lo dispuesto en la disposición adicional tercera de la Ley 3/2009, de 3 de abril, sobre modificaciones estructurales de las sociedades mercantiles, sobre el régimen aplicable a las operaciones de cesión global o parcial de activos y pasivos entre entidades de crédito.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

El accionista único de la Sociedad es Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG. En consecuencia, la Sociedad tiene carácter de unipersonal. Además del capital social desembolsado, existen préstamos con la casa matriz, entre los que se incluía un préstamo subordinado existente hasta el 2024, año en que fue cancelado, un contrato de cashpooling y diversos préstamos con Deutsche Leasing Funding B.V., y depósitos contratados con Deutsche Leasing Finance GmbH (véase notas 12 y 24).

La Sociedad, está integrada en el grupo de empresas que encabeza Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG (Grupo DL), con domicilio social en Frölingstraße 15 – 31, 61352 Bad Homburg v. d. Höhe (Alemania). De conformidad con lo dispuesto en el artículo 43 del Código de Comercio, la Sociedad está exenta de la obligación de formular cuentas anuales consolidadas, al cumplirse los requisitos previstos en el mencionado artículo. Las cuentas anuales consolidadas del Grupo DL y el informe de gestión consolidado del ejercicio 2024 fueron formuladas el 10 de diciembre de 2024 y se depositaron en el Registro Mercantil de Bad Homburg v.d. Höhe, junto con el correspondiente informe de auditoría. Las cuentas anuales consolidadas del ejercicio 2025 fueron formuladas el 15 de diciembre de 2025 y serán depositadas en el Registro Mercantil de Bad Homburg v.d. Höhe en los plazos legalmente establecidos

El 28 de agosto de 2012 la Sociedad creó una sucursal en Lisboa (Portugal), denominada Deutsche Leasing Iberica, E.F.C., S.A.U. Sucursal em Portugal. La sucursal tiene como domicilio social Av. da Republica, 6, 6ª Dtº de Lisboa (Portugal) y su Número de Identificación Fiscal en Portugal (NIPC) es 980477271. En la presente memoria los datos para la Sociedad y para su sucursal se presentan de forma conjunta.

(2) Criterios Aplicados

a) Bases de Presentación de las Cuentas Anuales e Imagen Fiel

Las cuentas anuales de la Sociedad han sido formuladas por los Administradores de forma que muestran la imagen fiel del patrimonio y de la situación financiera al 31 de diciembre de 2025 y de los resultados de sus operaciones, de los cambios en el patrimonio neto, de los cambios en los ingresos y gastos reconocidos y de los flujos de efectivo correspondientes al ejercicio anual terminado en dicha fecha.

De acuerdo con el título II, sobre el régimen jurídico de los establecimientos financieros de crédito, de la Ley 5/2015, de 27 de abril, de fomento de la financiación empresarial, el Banco de España emitió la Circular 4/2019, de 26 de noviembre, a establecimientos financieros de crédito, sobre normas de información financiera pública y reservada, y modelos de estados financieros, la cual constituye el régimen contable de los establecimientos financieros de crédito, determina los documentos que estos establecimientos y sus grupos tienen que publicar, así como las normas de reconocimiento, valoración, presentación, información para incluir en la Memoria y desglose que se deben aplicar en su elaboración, incluyendo los modelos de estados financieros públicos y reservados. Esta Circular toma como referencia la normativa contable de las entidades de crédito, bien fijando unos criterios análogos a los de estas, bien remitiendo directamente a las normas de la Circular 4/2017, de 27 de noviembre, a entidades de crédito, sobre normas de información financiera pública y reservada, y modelos de estados financieros. Las diferencias en la naturaleza, escala y complejidad de las actividades de los establecimientos respecto a las entidades de crédito se traducen en un régimen simplificado de requerimientos de estados financieros, conformado por un subconjunto de los estados

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

financieros públicos y reservados de las entidades de crédito, con, en algunos casos, una menor frecuencia de envío o un mayor plazo máximo de remisión. La mencionada Circular 4/2019, de 26 de noviembre, entró en vigor el 1 de enero de 2020. Los Administradores estiman que las cuentas anuales de 2025 serán aprobadas por el Accionista Único sin variaciones significativas. Como requiere la legislación mercantil, los Administradores de la Sociedad presentan, a efectos comparativos, con cada una de las partidas del balance, de la cuenta de pérdidas y ganancias, del estado de cambios en el patrimonio neto, del estado de flujos de efectivo y de la memoria, además de las cifras del ejercicio 2025, las correspondientes al ejercicio anterior que formaban parte de las cuentas anuales del ejercicio 2024 aprobadas por el Accionista Único.

Los balances, las cuentas de pérdidas y ganancias, los estados de cambios en el patrimonio neto y los estados de flujos de efectivo que se presentan en estas cuentas anuales han sido preparados siguiendo los modelos establecidos en la Circular 4/2019, de 26 de noviembre, del Banco de España, la cual, a estos efectos se remite a la Circular 4/2017, de 27 de noviembre, del Banco de España, y modificaciones posteriores.

Adicionalmente la Sociedad está sujeta a la siguiente normativa:

- Circular 1/2022, de 24 de enero, del Banco de España, a los establecimientos financieros de crédito, sobre liquidez, normas prudenciales y obligaciones de información, y que modifica la Circular 1/2009, de 18 de diciembre, a entidades de crédito y otras supervisadas, en relación con la información sobre la estructura de capital y cuotas participativas de las entidades de crédito, y sobre sus oficinas, así como sobre los altos cargos de las entidades supervisadas, y la Circular 3/2019, de 22 de octubre, por la que se ejerce la facultad conferida por el Reglamento (UE) 575/2013 de definir el umbral de significatividad de las obligaciones crediticias vencidas.
- Circular 3/2022, de 30 de marzo, del Banco de España, por la que se modifican la Circular 2/2016, de 2 de febrero, a las entidades de crédito, sobre supervisión y solvencia, que completa la adaptación del ordenamiento jurídico español a la Directiva 2013/36/UE y al Reglamento (UE) n.º 575/2013; la Circular 2/2014, de 31 de enero, a las entidades de crédito, sobre el ejercicio de diversas opciones regulatorias contenidas en el Reglamento (UE) n.º 575/2013, del Parlamento Europeo y del Consejo, de 26 de junio de 2013, sobre los requisitos prudenciales de las entidades de crédito y las empresas de inversión, y por el que se modifica el Reglamento (UE) n.º 648/2012; y la Circular 5/2012, de 27 de junio, a entidades de crédito y proveedores de servicios de pago, sobre transparencia de los servicios bancarios y responsabilidad en la concesión de préstamos.
- Circular 4/2021, de 25 de noviembre, del Banco de España, Circular 4/2021, de 25 de noviembre, del Banco de España, a entidades de crédito y otras entidades supervisadas, sobre modelos de estados reservados en materia de conducta de mercado, transparencia y protección de la clientela, y sobre el registro de reclamaciones.
- Circular 1/2023, de 24 de febrero, del Banco de España, a entidades de crédito, sucursales en España de entidades de crédito autorizadas en otro Estado miembro de la Unión Europea y establecimientos financieros de crédito, sobre la información que se ha de remitir al Banco de España sobre los bonos garantizados y otros instrumentos de movilización de préstamos, y por la que se modifican la Circular 4/2017, de 27 de

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

noviembre, a entidades de crédito, sobre normas de información financiera pública y reservada, y modelos de estados financieros, y la Circular 4/2019, de 26 de noviembre, a establecimientos financieros de crédito, sobre normas de información financiera pública y reservada, y modelos de estados financieros

- Circular 2/2023, de 17 de marzo, del Banco de España, por la que se modifica la Circular 1/2013, de 24 de mayo, sobre la Central de Información de Riesgos

b) Principios contables y normas de valoración

Para la elaboración de las cuentas anuales se han seguido los principios contables y normas de valoración generalmente aceptados descritos en la nota 4 "Principios Contables y Normas de Valoración Aplicados", los cuales se basan en las disposiciones establecidas por la Circular 4/2019, de 26 de noviembre, del Banco de España a establecimientos financieros de crédito, sobre normas de información financiera pública y reservada, y modelos de estados financieros. No existe ningún principio contable obligatorio que, siendo significativo su efecto en la elaboración de las cuentas anuales, se haya dejado de aplicar.

c) Comparación de la información

Las cuentas anuales presentan a efectos comparativos, con cada una de las partidas del balance, de la cuenta de pérdidas y ganancias, del estado de cambios en el patrimonio neto, del estado de flujos de efectivo y de la memoria, además de las cifras del ejercicio 2025, las correspondientes al ejercicio anterior, que formaban parte de las cuentas anuales del ejercicio 2024 aprobadas por el Accionista Único con fecha 23 de mayo de 2025.

d) Agrupación de partidas

Determinadas partidas del balance, de la cuenta de pérdidas y ganancias, del estado de cambios en el patrimonio neto y del resultado de flujos de efectivo se presentan de forma agrupada para facilitar su comprensión, si bien, en la medida en que sea significativa, se ha incluido la información desagregada en las notas correspondientes de la memoria.

e) Cambios de criterios contables

Durante el ejercicio 2025 no se han producido cambios de criterios contables significativos respecto a los criterios aplicados en el ejercicio 2024.

f) Corrección de errores

En la elaboración de las cuentas anuales adjuntas no se ha detectado ningún error que haya supuesto la reexpresión de los importes incluidos en las cuentas anuales del ejercicio 2024.

g) Aspectos críticos de la valoración y estimación de las incertidumbres y juicios relevantes en la aplicación de políticas contables

La información contenida en las presentes cuentas anuales es responsabilidad de los Administradores de la Sociedad, habiéndose utilizado, en su caso, estimaciones realizadas por la Alta Dirección de la Sociedad, ratificadas posteriormente por sus Administradores, para determinar la valoración de algunos de los activos, pasivos, ingresos, gastos y compromisos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2025

(Expresados en miles de euros)

que figuran registrados en ellas.

Estas estimaciones corresponden, fundamentalmente, a:

- Las pérdidas por deterioro de determinados activos (Notas 4.g y 6)
- Valor recuperable de los activos no corrientes en venta (Nota 4.l y 7)

h) Coefficientes mínimos

Coefficiente de Recursos propios mínimos

La Ley 13/1992, de 1 de junio, y la Circular 3/2008 del Banco de España y sus sucesivas modificaciones regulan los recursos propios mínimos que han de mantener las entidades de crédito españolas – tanto a título individual como de grupo consolidado – y la forma en la que han de determinarse tales recursos propios.

A 31 de diciembre de 2025 y 2024, los recursos propios computables ascienden a 28.114 y 25.171 miles de euros, respectivamente, siendo el superávit respecto a lo requerido por la citada normativa para los ejercicios 2025 y 2024 de 10.205 y 7.803 miles de euros respectivamente, según Pilar 1. A fecha de formulación de las presentes cuentas anuales, para el cálculo de los recursos propios no se ha tenido en cuenta el resultado positivo obtenido en el ejercicio 2025 por importe de 1.037 miles de euros, dado que el mismo está pendiente de aprobación y la normativa actual impide la inclusión en el cálculo de dicho importe hasta que el resultado sea aprobado en junta de socios.

A continuación se detalla la información más relevante de los fondos propios a efectos de solvencia a fecha de cierre del ejercicio 2025:

	Miles de Euros
	2025
Capital de nivel 1 ordinario	28.114
Total de la exposición	172.202
<i>Importes de las exposiciones ponderadas por riesgo de crédito</i>	165.302
<i>Total de la exposición a los riesgos de posición, tipo de cambio y materias primas</i>	-
<i>Total de la exposición al riesgo operativo</i>	6.900
Superávit (+) / déficit (-) de capital de nivel 1 ordinario	20.365
Ratio de capital de nivel 1 ordinario	16,3262
Ratio del requisito global de capital	16,3262

i) Colchón de liquidez

Porcentaje mínimo para el colchón de liquidez

La Circular 1/2022, de 24 de enero, del Banco de España, aplicable a los establecimientos financieros de crédito, sobre liquidez, normas prudenciales y obligaciones de información, regula que el colchón de liquidez que este tipo de entidades deberán mantener, nunca podrá ser inferior al 10 % de sus salidas brutas de liquidez a lo largo de un período de grave inestabilidad financiera de 30 días naturales. Por otro lado, dicha norma también regula que el límite mínimo

Continúa

5

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

se podría reducir al 5 % de las salidas brutas de liquidez cuando la entidad cumpla las siguientes condiciones:

- a) Que la proporción del balance dedicada a las actividades de arrendamiento financiero, factoring, financiación para la adquisición de vehículos de motor, tarjetas de crédito o crédito al consumo supere el 80 % del balance total del establecimiento financiero de crédito.
- b) Que en las cuentas anuales se publique que el establecimiento financiero de crédito está aplicando este límite mínimo del 5 % de las salidas brutas de liquidez, en lugar del general del 10 %.

A cierre del ejercicio 2025, DEUTSCHE LEASING ha realizado el análisis pertinente y confirma que la proporción del balance dedicada a las actividades de arrendamiento financiero supera el 80% del balance total, por lo que procederá a seguir aplicando el porcentaje del 5% de las salidas brutas de liquidez en el próximo ejercicio una vez las cuentas anuales sean aprobadas por la junta de socios.

El cálculo de la proporción del balance dedicada a la actividad de arrendamiento financiero para el ejercicio 2025 sería el siguiente:

	<u>Miles de Euros</u>
	<u>2025</u>
Total Activo	181.051
Total activos afectos a la actividad de arrendamiento financiero	<u>160.616</u>
<u>% Proporción del balance dedicada a la actividad de arrendamiento financiero</u>	<u>88,71%</u>

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

(3) Distribución de Resultados

La propuesta de distribución de los beneficios de la Sociedad del ejercicio 2025, formulada por los Administradores y pendiente de aprobación por el Accionista Único, es tal y como se indica en el siguiente cuadro:

	Miles de Euros
<u>Base de reparto</u>	
Beneficios del ejercicio 2025	1.037
	1.037
<u>Aplicación</u>	
Reserva Legal	104
Reserva Voluntaria	933
	1.037

La distribución de los resultados de la Sociedad del ejercicio 2024, aprobada por el Accionista Único el 23 de mayo de 2025, está reflejada en el Estado de Cambios en el Patrimonio Neto y fue la siguiente:

	Miles de Euros
<u>Base de reparto</u>	
Beneficios del ejercicio 2024	3.021
	3.021
<u>Aplicación</u>	
Reserva Legal	302
Reserva Voluntaria	2.719
	3.021

(4) Principios Contables y Normas de Valoración Aplicados

Estas cuentas anuales han sido formuladas siguiendo los principios contables y normas de valoración establecidos por la Circular 4/2019, de 26 de noviembre, del Banco de España a establecimientos financieros de crédito, sobre normas de información financiera pública y reservada, y modelos de estados financieros posteriores modificaciones. Un resumen de los más significativos se presenta a continuación:

(a) Principio de empresa en funcionamiento

En la elaboración de las cuentas anuales se ha considerado que la gestión de la Sociedad continuará en el futuro previsible, contando con el apoyo de su grupo y su matriz. Por tanto, la aplicación de las normas contables no está encaminada a determinar el valor del Patrimonio Neto a efectos de su transmisión global o parcial ni el importe resultante en caso de su liquidación.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

(b) Principio de devengo

Las presentes cuentas anuales, salvo en lo relativo a los Estados de flujos de efectivo, se han elaborado en función de la corriente real de bienes y servicios, con independencia de la fecha de su pago o de su cobro, a excepción de los intereses relativos a préstamos y partidas a cobrar y otros riesgos sin inversión con prestatarios considerados como deteriorados que se abonan a resultados en el momento de su cobro.

La periodificación de intereses en operaciones tanto activas como pasivas, con plazos de liquidación superiores a 12 meses, se calculan por el método financiero. En las operaciones a menor plazo se periodifica indistintamente por el método financiero o tipo de interés efectivo.

Siguiendo la práctica general financiera, las transacciones se registran en la fecha en que se producen, que puede diferir de su correspondiente fecha valor, en base a la cual se calculan los ingresos y gastos financieros.

(c) Transacciones y saldos en moneda extranjera

i. Moneda funcional

La moneda funcional de la Sociedad es el euro. Consecuentemente, todos los saldos y transacciones denominados en monedas diferentes al euro se consideran denominados en "moneda extranjera".

ii. Criterios de conversión de los saldos en moneda extranjera

Los saldos y transacciones en moneda extranjera se han convertido a euros utilizando las siguientes reglas de conversión:

- a. Las partidas monetarias en moneda extranjera se convierten a la moneda funcional utilizando el tipo de cambio al cierre del ejercicio.
- b. Las partidas no monetarias valoradas a su coste histórico se convierten a la moneda funcional al tipo de cambio de la fecha de su adquisición.
- c. Las partidas no monetarias valoradas a su valor razonable se convierten al tipo de cambio de la fecha en que se determinó tal valor razonable.
- d. Los ingresos y gastos se convierten aplicando el tipo de cambio de la fecha de la operación, pudiendo utilizarse un tipo de cambio medio del período para todas las operaciones realizadas en el mismo.
- e. Las operaciones de compraventa a plazo de divisas contra divisas y de divisas contra euros que no cubren posiciones patrimoniales se convierten a los tipos de cambio establecidos en la fecha de cierre del ejercicio por el mercado de divisas a plazo para el correspondiente vencimiento.
- f. Compra venta a plazo de divisa: Dichas operaciones se convierten a los tipos de cambio de cierre del ejercicio de acuerdo al mercado de divisas a plazo, teniendo en cuenta el plazo de vencimiento.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

iii. Registro de las diferencias de cambio

Las diferencias de cambio se han registrado en la cuenta de pérdidas y ganancias con la excepción de aquellas diferencias surgidas en partidas no monetarias valoradas por su valor razonable cuyo ajuste a dicho valor razonable se imputa en patrimonio neto.

(d) Estados de flujos de efectivo

La Sociedad ha utilizado el método indirecto para la confección de los estados de flujos de efectivo, los cuales tienen las siguientes expresiones que incorporan los siguientes criterios de clasificación:

- a. Flujos de efectivo: entradas y salidas de dinero en efectivo y de sus equivalentes; entendiéndose por éstos equivalentes las inversiones a corto plazo de gran liquidez y bajo riesgo de alteraciones en su valor. Por efectivo y equivalentes entendemos los saldos incluidos en los epígrafes "Efectivo, saldos en efectivo en saldos en Bancos Centrales y otros depósitos a la vista" de los balances adjuntos, así como otros saldos gestionados como efectivo (Nota 5).
- b. Actividades de explotación: actividades típicas de las entidades de crédito, así como otras actividades que no pueden ser calificadas como de inversión o de financiación.
- c. Actividades de inversión: las de adquisición, enajenación o disposición por otros medios de activos a largo plazo y otras inversiones no incluidas en el efectivo y sus equivalentes.
- d. Actividades de financiación: actividades que producen cambios en el tamaño y composición del patrimonio neto y de los pasivos que no forman parte de las actividades de explotación.

(e) Reconocimiento, valoración y clasificación de instrumentos financieros

Los activos y pasivos financieros son reconocidos cuando la Sociedad se convierte en parte de los acuerdos contractuales de conformidad con las disposiciones de dichos acuerdos.

i. Activos financieros

Los activos financieros se registran inicialmente, en general, por su valor razonable. Salvo evidencia en contrario, el valor razonable de un instrumento financiero en el reconocimiento inicial será el precio de la transacción. En el caso de los instrumentos sin mercado activo, se utilizará el precio de la transacción en el reconocimiento inicial, a menos que se pueda evidenciar, por las condiciones específicas del instrumento de la transacción, que es otro valor el que representa el valor razonable.

Se entiende por valor razonable precio que se recibiría por vender un activo financiero o se pagaría por transferir un pasivo financiero en una transacción ordenada entre participantes del mercado en la fecha de valoración. La mejor evidencia del valor razonable es el precio de cotización en un mercado activo que corresponde a un mercado activo, transparente y profundo.

Cuando no existe precio de mercado para un determinado activo financiero, se recurre para estimar su valor razonable a técnicas de valoración que deberán cumplir con las siguientes

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

características:

- a. Serán las más consistentes y adecuadas técnicas e incorporarán los datos de mercados observables tales como: transacciones recientes de otros instrumentos que son sustancialmente iguales; descuento de los flujos de efectivo y modelos de mercado para valorar opciones.
- b. Serán técnicas que proporcionen la estimación más realista sobre el precio del instrumento, y preferentemente, serán aquellas que, habitualmente, utilizan los participantes en el mercado al valorar el instrumento.
- c. Maximizarán el uso de datos observables de mercado limitándose el uso de datos no observables tanto como sea posible. La metodología de valoración se respetará a lo largo del tiempo en tanto no se hayan alterado los supuestos que motivaron su elección. En cualquier caso, se deberá evaluar periódicamente la técnica de valoración y examinar su validez utilizando precios observables de transacciones recientes y de datos corrientes de mercado.
- d. Además, se considerarán, entre otros, factores tales como, el valor temporal de dinero; el riesgo de crédito, el tipo de cambio, los precios de instrumentos de patrimonio, la volatilidad, la liquidez, el riesgo de cancelación anticipada y los costes de administración.

En el caso de que el activo financiero no se contabilice al valor razonable con cambios en resultados, el importe del valor razonable se ajustará añadiendo o deduciendo los costes de transacción que sean directamente atribuibles a la adquisición o emisión del mismo. En el caso de los instrumentos financieros a valor razonable con cambios en resultados, los costes de transacción directamente atribuibles se reconocerán inmediatamente en la cuenta de pérdidas y ganancias.

La Sociedad clasificará los activos financieros, a efectos de su valoración, en alguna de las siguientes carteras:

- a) Activos financieros a coste amortizado.
- b) Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global.
- c) Activos financieros obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados:
 - Activos financieros mantenidos para negociar.
 - Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados.
- d) Activos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados.
- e) Derivados-contabilidad de coberturas.
- f) Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas.

Esta decisión se tomará sobre la base de los elementos siguientes:

Continúa

10

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

El modelo de negocio indicado por la Sociedad para gestionar los activos financieros, y las características de los flujos de efectivo contractuales del activo financiero.

1.- Modelo de negocio:

Por modelo de negocio se entiende la forma en que la Sociedad gestiona sus activos financieros para generar flujos de efectivo. La determinación del mismo toma en cuenta los principios y estructuras aplicadas por la Alta Dirección y cómo se reflejan en la gestión diaria de las carteras individuales. Se debe hacer una evaluación a nivel de cartera y no a nivel individual, así como considerar cómo la Dirección gestiona las carteras (cobro de flujos, venta de activos o ambos).

2.- Características de los flujos de efectivo contractuales:

El análisis sobre los flujos de efectivo recibidos busca concretar si los flujos de efectivo a recibir con el activo financiero analizado cumplen con el criterio de “principal más intereses sobre el principal”, siendo el “principal” el valor razonable del activo financiero en el momento del reconocimiento inicial, y el “interés”, la contraprestación por el valor temporal del dinero, por el riesgo crediticio asociado con el importe principal pendiente durante un periodo de tiempo concreto y por otros costes de financiación y estructura, así como por un margen de ganancia.

Un activo financiero deberá clasificarse, a los efectos de su valoración, en la cartera de activos financieros a coste amortizado si se cumplen las dos condiciones siguientes:

- a) El activo financiero se conserva dentro de un modelo de negocio cuyo objetivo es mantener los activos financieros para obtener los flujos de efectivo contractuales y,
- b) las condiciones contractuales del activo financiero dan lugar, en fechas especificadas, a flujos de efectivo que son únicamente pagos de principal e intereses sobre el importe del principal pendiente.

El coste amortizado se determina como el importe por el cual se valora el activo financiero en el reconocimiento inicial, menos los reembolsos del principal, más o menos la amortización acumulada de toda diferencia existente entre ese importe inicial y el importe al vencimiento, utilizando el método del tipo de interés efectivo y, en el caso de los activos financieros, ajustado por cualquier corrección de valor por pérdidas por deterioro. El método del tipo de interés efectivo se utiliza tanto para calcular el coste amortizado de un activo financiero como para imputar y reconocer los ingresos o gastos por intereses en el resultado del período.

El tipo de interés efectivo es el tipo de actualización que iguala exactamente el importe en libros bruto de un activo financiero con los flujos de efectivo estimados a lo largo de la vida esperada del instrumento, a partir de sus condiciones contractuales, pero sin considerar pérdidas crediticias esperadas. En su cálculo se incluirán todas las comisiones, los costes de transacción y demás primas o descuentos obtenidos que formen parte integral del rendimiento o coste efectivo del instrumento.

Un activo financiero se clasificará en la cartera de activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global si se cumplen las dos condiciones siguientes:

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

- a) El activo financiero se mantiene dentro de un modelo de negocio cuyo objetivo se logra tanto obteniendo flujos de efectivo contractuales como a través de las ventas y,
- b) las condiciones contractuales del activo financiero dan lugar, en fechas especificadas, a flujos de efectivo que son únicamente pagos del principal e intereses sobre el importe del principal pendiente.

Un activo financiero se clasificará en la cartera de activos financieros a valor razonable con cambios en resultados siempre que por el modelo de negocio escogido para su gestión o por las características de sus flujos de efectivo contractuales no sea procedente valorarlo ni a coste amortizado ni a valor razonable con cambios en otro resultado global.

Además, dentro de la cartera de activos financieros a valor razonable con cambios en resultados, se incluirán necesariamente en la cartera de negociación todos aquellos para los que se cumpla alguna de las siguientes características:

- a) Se originen o adquieran con el objetivo de realizarlos a corto plazo.
- b) Sean parte de un grupo de instrumentos financieros identificados y gestionados conjuntamente para el que haya evidencia de actuaciones recientes para obtener ganancias a corto plazo.
- c) Sean instrumentos derivados que no cumplan la definición de contrato de garantía financiera ni hayan sido designados como instrumentos de cobertura contable.

Sin embargo, la Sociedad puede realizar una elección irrevocable en el momento del reconocimiento inicial de incluir en la cartera de activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global inversiones concretas en instrumentos de patrimonio que, en otro caso, se medirían a valor razonable con cambios en resultados.

Igualmente, la Sociedad podría, en el momento del reconocimiento inicial, designar un activo financiero de forma irrevocable como medido al valor razonable con cambios en resultados si haciéndolo elimina o reduce significativamente una incongruencia de medición o reconocimiento (también denominada “asimetría contable”) que surgiría en otro caso de la medición de los activos o pasivos o del reconocimiento de las ganancias y pérdidas de los mismos sobre bases diferentes.

Tal y como se ha indicado antes, tras su reconocimiento inicial, la Sociedad valorará los activos financieros a coste amortizado, a valor razonable con cambios en otro resultado global, a valor razonable con cambios en resultados, o a coste, en función de su clasificación.

Las inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas se valorarán por su coste menos, en su caso, el importe acumulado de las correcciones de valor por deterioro estimadas.

ii. Pasivos financieros

Los pasivos financieros se incluirán a efectos de su valoración en alguna de las siguientes carteras:

- a) Pasivos financieros mantenidos para negociar.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

- b) Pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados.
- c) Pasivos financieros a coste amortizado.
- d) Derivados-contabilidad de coberturas, que incluye los derivados financieros adquiridos o emitidos por la Entidad que cualifican para poder ser considerados de cobertura contable.

Los pasivos financieros a coste amortizado se valoran de la misma manera que los activos financieros a coste amortizado. La Sociedad clasificará, por defecto, los pasivos financieros en la cartera de pasivos financieros a coste amortizado, a no ser que se dé alguna las circunstancias para clasificarlos en otra cartera tal y como se describe a continuación:

La cartera de pasivos financieros mantenidos para negociar incluirá obligatoriamente todos los pasivos financieros que cumplan alguna de las siguientes características:

- a) Se han emitido con la intención de readquirirlos en un futuro próximo.
- b) Son posiciones cortas de valores.
- c) Forman parte de una cartera de instrumentos financieros identificados y gestionados conjuntamente, para la que existen evidencias de actuaciones recientes para obtener ganancias a corto plazo.
- d) Son instrumentos derivados que no cumplen la definición de contrato de garantía financiera, ni han sido designados como instrumentos de cobertura.

El hecho de que un pasivo financiero se utilice para financiar actividades de negociación no conlleva por sí mismo su inclusión en esta categoría.

En la cartera de pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados se incluirán los pasivos financieros que cumplan alguna de las siguientes características:

- a) Han sido designados de forma irrevocable en su reconocimiento inicial por la entidad.

Dicha designación sólo se podrá realizar si:

- Se trata de un instrumento financiero híbrido y se cumplen una serie de circunstancias.
- Al hacerlo, se elimina o reduce significativamente alguna incoherencia (asimetría contable) en la valoración o en el reconocimiento que surgiría, de otro modo, de la valoración de los activos o pasivos, o del reconocimiento de sus ganancias o pérdidas, sobre bases diferentes, o, se obtiene una información más relevante por tratarse de un grupo de pasivos financieros, o de activos y pasivos financieros, que se gestiona y su rendimiento se evalúa sobre la base de su valor razonable de acuerdo con una estrategia de gestión del riesgo o de inversión documentada, y se facilita información de dicho grupo también sobre la base del valor razonable al personal clave de la dirección.
- b) Han sido designados en su reconocimiento inicial o con posterioridad por la entidad como partida cubierta para la gestión del riesgo de crédito mediante el uso de un derivado de crédito valorado a valor razonable con cambios en resultados.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

Tras su reconocimiento inicial, la entidad valorará un pasivo financiero a coste amortizado o a valor razonable con cambios en resultados.

iii. Instrumentos de Patrimonio

Un instrumento financiero será un instrumento de patrimonio si, y solo si, se cumplen las dos condiciones descritas a continuación:

(a) El instrumento no incorpora una obligación contractual:

(i) de entregar efectivo u otro activo financiero a otra entidad; o

(ii) de intercambiar activos financieros o pasivos financieros con otra entidad, en condiciones que sean potencialmente desfavorables para la entidad emisora.

(b) Si el instrumento va a ser o puede ser liquidado mediante instrumentos de patrimonio propio del emisor, es:

(i) un instrumento no derivado que no comprende ninguna obligación contractual para el emisor de entregar un número variable de instrumentos de patrimonio propio; o

(ii) un instrumento derivado que se liquidará exclusivamente mediante el intercambio, por parte del emisor, de una cantidad fija de efectivo u otro activo financiero, por un número fijo de sus instrumentos de patrimonio propio.

Una obligación contractual, incluyendo aquella que surja de un instrumento financiero derivado, que dará o pueda dar lugar a la recepción o entrega futura de los instrumentos de patrimonio propio del emisor, no tendrá la consideración de un instrumento de patrimonio si no cumple las condiciones (a) y (b) anteriores.

(f) **Reconocimiento de ingresos y gastos**

Los ingresos y gastos por intereses y conceptos asimilables a ellos se registran contablemente, en general, en función de su período de devengo y por aplicación del método del tipo de interés efectivo. En su cálculo se incluirán todas las comisiones, los costes de transacción y demás primas o descuentos obtenidos que formen parte integral del rendimiento o coste efectivo del instrumento.

Los dividendos percibidos de otras entidades se reconocen como ingreso cuando se declare el derecho de la entidad a recibir el pago.

Las comisiones pagadas o cobradas por servicios financieros, con independencia de la denominación que reciban contractualmente, se clasifican en las siguientes categorías, que determinan su imputación en la cuenta de pérdidas y ganancias:

i. Comisiones crediticias, que son aquellas que forman parte integral del rendimiento o coste efectivo de una operación financiera y se imputan a la cuenta de pérdidas y ganancias a lo largo de la vida esperada de la operación como un ajuste al coste o rendimiento efectivo de la misma. Entre ellas se incluyen las comisiones de apertura y las comisiones de estudio de los productos de activo, las comisiones de excedidos de créditos y las comisiones de descubierto de cuentas de pasivo.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

ii Comisiones no crediticias, que son aquéllas derivadas de las prestaciones de servicios financieros distintos de las operaciones de financiación y pueden surgir en la ejecución de un servicio que se realiza durante un período de tiempo y en la prestación de un servicio que se ejecuta en un acto singular.

Los ingresos y gastos se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias individual, en general, de acuerdo a los siguientes criterios:

- i. Los vinculados a activos y pasivos financieros valorados a valor razonable con cambios en pérdidas y ganancias se registran en el momento de su cobro.
- ii. Los que corresponden a transacciones o servicios que se realizan durante un período de tiempo se registran durante el período de tales transacciones o servicios.
- iii. Los que corresponden a una transacción o servicio que se ejecuta en un acto singular se registran cuando se produce el acto que los origina.

Los ingresos y gastos no financieros se registran contablemente en función de principio del devengo. Los cobros y pagos diferidos en el tiempo, para plazos superiores a un año, se registran contablemente por el importe resultante de actualizar financieramente los flujos de efectivo previstos a tasas de mercado.

El reconocimiento de los gravámenes y obligaciones de impuestos se produce cuando tiene lugar el hecho que genera el pago.

(g) Deterioro del valor de los activos financieros

Instrumentos de deuda y exposiciones fuera de balance

Las pérdidas por deterioro del período en los instrumentos de deuda se reconocerán como un gasto en la cuenta de pérdidas y ganancias. Las pérdidas por deterioro en los instrumentos de deuda a coste amortizado se reconocerán contra una cuenta correctora que reduzca el importe en libros del activo, mientras que las de aquellos a valor razonable con cambios en otro resultado global se reconocerán contra "Otro resultado global acumulado".

Las reversiones posteriores de las coberturas por pérdidas por deterioro previamente reconocidas se registrarán inmediatamente como un ingreso en la cuenta de pérdidas y ganancias del período.

Las pérdidas crediticias esperadas corresponden a la diferencia entre todos los flujos de efectivo contractuales que se deben a la entidad de acuerdo con el contrato del activo financiero y todos los flujos de efectivo que esta espera recibir, descontada al tipo de interés efectivo original o aproximación razonable a la misma o, para los activos financieros comprados u originados con deterioro crediticio, al tipo de interés efectivo ajustado por la calidad crediticia.

Los flujos de efectivo futuros estimados de un instrumento de deuda son todos los importes, principal e intereses, que la Sociedad estima que obtendrá durante la vida del instrumento. En dicha estimación se considera toda la información relevante que se encuentra disponible en la fecha de elaboración de las cuentas anuales, que proporcione datos actualizados y fiables sobre la posibilidad de cobro futuro de los flujos de efectivo contractuales.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

Asimismo, en la estimación de los flujos de efectivo futuros de instrumentos que cuenten con garantías reales, se tienen en cuenta los flujos que se obtendrán de su realización, menos el importe de los costes necesarios para su obtención y posterior venta, con independencia de la probabilidad de la ejecución de la garantía.

Tanto en la estimación de las pérdidas crediticias esperadas como en la clasificación de las exposiciones crediticias, se toma en consideración la información prospectiva futura mediante el uso de escenarios alternativos y la ocurrencia de elementos idiosincráticos futuros. Las pérdidas crediticias esperadas son ponderadas por la probabilidad de ocurrencia de cada escenario o eventos idiosincráticos.

Las exposiciones crediticias se clasificarán, en función del riesgo de crédito, en alguna de las categorías recogidas a continuación:

- 1) Riesgo normal (Fase 1): comprende aquellas operaciones para las que su riesgo de crédito no ha aumentado significativamente desde su reconocimiento inicial. La cobertura por deterioro será igual a las pérdidas crediticias esperadas en doce meses. Los ingresos por intereses se calcularán aplicando el tipo de interés efectivo al importe en libros bruto de la operación.
- 2) Riesgo normal en vigilancia especial (Fase 2): comprende aquellas operaciones para las que su riesgo de crédito ha aumentado significativamente desde su reconocimiento inicial, pero no presentan un evento de incumplimiento o deterioro. La cobertura por deterioro será igual a las pérdidas crediticias esperadas en la vida de la operación. Los ingresos por intereses se calcularán aplicando el tipo de interés efectivo al importe en libros brutos de la operación.
- 3) Riesgo dudoso (Fase 3): comprende aquellas operaciones con deterioro crediticio, esto es que presentan un evento de incumplimiento o deterioro. La cobertura será igual a las pérdidas crediticias esperadas en la vida de la operación. Los ingresos por intereses se calcularán aplicando el tipo de interés efectivo al coste amortizado (esto es, ajustado por cualquier corrección de valor por deterioro) del activo financiero.
- 4) Riesgo fallido: en esta categoría se incluirán las operaciones para las que no se tengan expectativas razonables de recuperación. La clasificación en esta categoría llevará aparejados el reconocimiento en resultados de pérdidas por el importe en libros de la operación y su baja total del activo.

En su reconocimiento inicial, las operaciones compradas u originadas con deterioro crediticio, como las compradas con un descuento importante que refleja pérdidas crediticias, se incluirán como parte de la categoría de riesgo dudoso. La pérdida crediticia esperada en la compra u originación de estos activos no formará parte de la cobertura ni del importe en libros bruto en el reconocimiento inicial. Con independencia de su clasificación posterior, cuando una operación se compra u origina con deterioro crediticio, la cobertura será igual al importe acumulado de los cambios en las pérdidas crediticias posteriores al reconocimiento inicial y los ingresos por intereses de estos activos se calcularán aplicando el tipo de interés efectivo ajustado por calidad crediticia al coste amortizado del activo financiero.

Por otro lado, la refinanciación o reestructuración de una operación no podrá en ningún caso suponer una reclasificación de la misma a Normal. Estas posiciones serán clasificadas como Vigilancia Especial o Dudosas. La reclasificación de estas posiciones de Dudosas a Vigilancia

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

Especial y de Vigilancia Especial a Normal se producirá cuando se cumplan los períodos de cura correspondientes.

En el caso de que se considere remota la recuperación de cualquier importe por deterioro registrado, y cuando la antigüedad en morosidad supere los 4 años, éste se elimina del Balance, aunque la Sociedad pueda llevar a cabo las actuaciones necesarias para intentar conseguir su cobro hasta tanto no se hayan extinguido definitivamente sus derechos por prescripción, condonación u otras causas.

Las pérdidas crediticias esperadas se determinarán:

- a) Individualmente para aquellos contratos que estén clasificados como operaciones dudosas por razones distintas de la morosidad por criterios no automáticos y para aquellos contratos clasificados como normal en vigilancia especial y dudosos por razones de morosidad que tengan la consideración de significativos.
- b) Colectivamente para aquellos contratos que sean clasificados como normal o clasificados como normal en vigilancia especial que no sean significativos y dudosos por razones de morosidad por criterios automáticos.

Cuando se estime que no se dispone de información razonable y fundamentada para estimar las pérdidas crediticias esperadas durante toda la vida de un instrumento considerado individualmente, éste se incluirá en un grupo de activos financieros con similares características de riesgo de crédito, al objeto de valorar si colectivamente existe deterioro en el grupo.

Cuando un instrumento concreto no se pueda incluir en ningún grupo de activos con características de riesgo similares, se analizará exclusivamente de forma individual para determinar si está deteriorado y, en su caso, para estimar la pérdida por deterioro.

La estimación de las cuantías que se espera desembolsar de las exposiciones fuera de balance será el producto del valor nominal de la operación por un factor de conversión.

La evaluación colectiva de un grupo de activos financieros para estimar sus pérdidas por deterioro se realiza de la siguiente forma:

- Los instrumentos de deuda se incluyen en grupos que tengan características de riesgo de crédito similares, indicativas de la capacidad de los deudores para pagar todos los importes, principal e intereses, de acuerdo con las condiciones contractuales. Las características de riesgo de crédito que se consideran para agrupar a los activos son, entre otras, el tipo de instrumento, el sector de actividad del deudor, el área geográfica de la actividad, el tipo de garantía, la antigüedad de los importes vencidos y cualquier otro factor que sea relevante para la estimación de los flujos de efectivo futuros.
- Los flujos de efectivo futuros de cada grupo de instrumentos de deuda se estiman para instrumentos con características de riesgo de crédito similares a las del respectivo grupo, una vez realizados los ajustes necesarios para adaptar los datos históricos a las condiciones actuales del mercado.
- La pérdida por deterioro de cada grupo es la diferencia entre el valor en libros de todos los

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

instrumentos de deuda del grupo y el valor actual de sus flujos de efectivo futuros estimados.

Para las estimaciones colectivas, la Sociedad ha establecido la solución alternativa para las coberturas por riesgo de crédito, basándose en las tablas proporcionadas por el Banco de España.

En cambio para las estimaciones individuales, la Sociedad ha establecido procedimientos individualizados a nivel de contrato para estimar la cobertura por riesgo de créditos, a través de los flujos de caja futuros de cada contrato, considerando el importe neto a recuperar por la venta del bien, como el menor importe de flujos de efectivo que se espera recuperar.

(h) Transferencias y baja del balance de instrumentos financieros

Las transferencias de instrumentos financieros se contabilizan teniendo en cuenta la forma en que se produce el traspaso de los riesgos y beneficios asociados a los instrumentos financieros transferidos, sobre la base de los criterios siguientes:

i. Si los riesgos y beneficios se traspasan sustancialmente a terceros, como en las ventas incondicionales, las ventas con pacto de recompra por su valor razonable en la fecha de la recompra, las ventas de activos financieros con una opción de compra adquirida o de venta emitida profundamente fuera de dinero, las titulizaciones de activos en las que el cedente no retiene financiaciones subordinadas ni concede ningún tipo de mejora crediticia a los nuevos titulares, etc., el instrumento financiero transferido se da de baja del balance, reconociéndose, simultáneamente, cualquier derecho u obligación retenido o creado como consecuencia de la transferencia.

ii. Si se retienen sustancialmente los riesgos y beneficios asociados al instrumento financiero transferido, como en las ventas de activos financieros con pacto de recompra por un precio fijo o por el precio de venta más un interés, los contratos de préstamo de valores en los que el prestatario tiene la obligación de devolver los mismos o similares activos, etc., el instrumento financiero transferido no se da de baja del balance y se continúa valorándolo con los mismos criterios utilizados antes de la transferencia. No obstante, se reconocen contablemente el pasivo financiero asociado por un importe igual al de la contraprestación recibida, que se valora posteriormente a su coste amortizado. Los ingresos del activo financiero transferido, pero no dado de baja y los gastos del nuevo pasivo financiero, se reconocerán directamente en la cuenta de pérdidas y ganancias.

iii. Si ni se transfieren ni se retienen sustancialmente los riesgos y beneficios asociados al instrumento financiero transferido, como en las ventas de activos financieros con una opción de compra adquirida o de venta emitida que no están profundamente dentro ni fuera de dinero, las titulizaciones en las que el cedente asume una financiación subordinada u otro tipo de mejoras crediticias por una parte del activo transferido, etc., se distingue entre:

- Si la Sociedad no retiene el control del instrumento financiero transferido, en cuyo caso se da de baja del balance y se reconoce cualquier derecho u obligación retenido o creado como consecuencia de la transferencia.
- Si la Sociedad retiene el control del instrumento financiero transferido, en cuyo caso continúa reconociéndolo en el balance por un importe igual a su exposición a los

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

cambios de valor que pueda experimentar y se reconoce un pasivo financiero asociado al activo financiero transferido.

El importe neto del activo transferido y del pasivo asociado será el coste amortizado de los derechos y obligaciones retenidos, si el activo transferido se mide por su coste amortizado, o el valor razonable de los derechos y obligaciones retenidos, si el activo transferido se mide por su valor razonable.

Por tanto, los activos financieros sólo se dan de baja del balance cuando se han extinguido los flujos de efectivo que generan o cuando se han transferido sustancialmente a terceros los riesgos y beneficios que llevan implícitos. De manera similar, los pasivos financieros solo se dan de baja del balance cuando se han extinguido las obligaciones que generan o cuando se adquieren con la intención de cancelarlos o de recolocarlos de nuevo.

Cuando el activo financiero transferido cause baja del balance íntegramente, se reconocerá en la cuenta de pérdidas y ganancias la diferencia entre su valor en libros y la suma de: a) la contraprestación recibida, incluyendo cualquier nuevo activo obtenido menos cualquier pasivo asumido, y b) cualquier resultado acumulado reconocido directamente como "Otro resultado global acumulado" en el patrimonio neto atribuible al activo financiero transferido.

(i) Activos tangibles

El inmovilizado material de uso propio se presenta a su precio de adquisición, actualizado conforme a determinadas normas legales, y revalorizado de acuerdo con lo permitido en la nueva normativa contable, menos su correspondiente amortización acumulada y, si hubiere, menos cualquier pérdida por deterioro.

La amortización de todos los elementos del inmovilizado material se calcula linealmente en función de los años de vida útil estimada:

	<u>Años de amortización</u>
Equipos informáticos y sus instalaciones	4
Mobiliario, vehículos y resto de instalaciones	10

La Sociedad revisa, al menos al final del ejercicio, el período y método de amortización de cada uno de los activos materiales.

Los gastos de conservación y mantenimiento del inmovilizado material que no mejoran su utilización o prolongan la vida útil de los respectivos activos, se cargan a la cuenta de pérdidas y ganancias en el momento en que se producen.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

(j) Activos intangibles

Las aplicaciones informáticas adquiridas por la Sociedad se valoran por su coste de adquisición, se amortizan en el período en el cual se espere que generen flujos de efectivo a favor de la Sociedad y, en caso de ser necesarias, se realizan las correcciones correspondientes al deterioro de valor.

(k) Arrendamientos

Las operaciones de arrendamiento se clasifican en arrendamientos financieros y arrendamientos operativos. A diferencia del arrendamiento operativo, un arrendamiento financiero es un arrendamiento en el que se transfieren sustancialmente todos los riesgos y beneficios inherentes a la propiedad del activo objeto del contrato.

Arrendamientos financieros: Arrendador

La Sociedad contabiliza los activos cedidos mediante contratos de arrendamiento financiero por la inversión neta en la suma de los valores actuales de los importes que recibirá del arrendatario más valor residual garantizado, sin tener en cuenta los costes iniciales, siempre que no sean significativos.

El valor residual es el precio de la opción de compra a la finalización del contrato que se registra como una financiación prestada a terceros, por lo que se incluye en el epígrafe de Activos financieros a coste amortizado – Préstamos y anticipos” del balance.

Los cobros se actualizan a su tipo de interés implícito.

Los ingresos financieros se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias aplicando el método del tipo de interés efectivo. En este caso, los ingresos financieros con origen en estos contratos se abonan a la cuenta de pérdidas y ganancias en el capítulo “ingreso por intereses”, aplicando para estimar su devengo el método del tipo de interés efectivo de las operaciones.

(l) Activos no corrientes v grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta

Se consideran activos no corrientes mantenidos para la venta aquéllos cuyo valor en libros se pretende recuperar, fundamentalmente, a través de su venta, siempre que estén disponibles para su venta inmediata y que su venta se considere altamente probable.

Los activos adjudicados o recibidos en pago de deudas son activos que la Sociedad recibe de sus prestatarios u otros deudores, para la satisfacción, total o parcial, de activos financieros que representan derechos de cobro frente a aquellos, y que se clasifican como “activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta”.

Los activos no corrientes mantenidos para la venta se contabilizan por el menor valor de su valor razonable menos los costes de venta y su valor en libros, y no son objeto de amortización.

La estimación del valor razonable de los activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas en el momento de la adjudicación o recepción deberá realizarse partiendo, como valor de referencia, del valor de mercado otorgado mediante una tasación individual completa. Con posterioridad al momento de la adjudicación o recepción, deberá actualizarse la valoración

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2025

(Expresados en miles de euros)

de referencia, que sirve de partida para la estimación del valor razonable, con una frecuencia mínima anual. Se podrán combinar métodos automatizados de valoración y tasaciones individuales completas, de forma que estas últimas se realicen, al menos cada tres años.

En el proceso de estimación del valor razonable del activo adjudicado o recibido en pago de deudas, se evaluará si es necesario aplicar al valor de referencia un descuento derivado de las condiciones específicas de los activos, como su situación o estado de conservación, o de los mercados para estos activos, como descensos en el volumen o nivel de actividad. En esta evaluación, la Sociedad tendrá en cuenta su experiencia de ventas y el tiempo medio de permanencia en balance de bienes similares.

La Sociedad tiene sus metodologías propias para las estimaciones de los descuentos sobre el valor de referencia y los costes de venta de los activos adjudicados o recibidos en pago de deudas, teniendo en cuenta su experiencia de ventas de bienes similares, en términos de plazos, precios y volumen, así como el tiempo de permanencia del activo en el balance de la entidad. Estas metodologías se desarrollan en el marco de las metodologías internas para las estimaciones colectivas de coberturas de los riesgos. Sin embargo, las pérdidas de los activos adjudicados serán calculadas de forma individual para aquellos que permanezcan durante un período superior al inicialmente previsto para su venta.

Las pérdidas por deterioro de los activos no corrientes mantenidos para la venta se reconocen en la partida "Ganancias o pérdidas procedentes de activos no corrientes y grupos enajenables de elementos clasificados como mantenidos para la venta no admisibles como actividades interrumpidas" de la cuenta de pérdidas y ganancias consolidada. Las recuperaciones de valor se reconocen en la cuenta de pérdidas y ganancias consolidada hasta un importe igual a las pérdidas por deterioro anteriormente reconocidas.

(m) Compensación de saldos

Los saldos deudores y acreedores con origen en transacciones que, contractualmente o por imperativo de una norma legal, contemplan la posibilidad de compensación y se tiene la intención de liquidarlos por su importe neto o de realizar el activo y proceder al pago del pasivo de forma simultánea se presentan en el balance por su importe neto.

(n) Valores prestados o en garantía

Los préstamos de valores son transacciones en las que el prestatario recibe la plena titularidad de unos valores sin efectuar más desembolso que el pago de unas comisiones, con el compromiso de devolver al prestamista unos valores de la misma clase que los recibidos.

Los contratos de préstamo de valores en los que el prestatario tenga la obligación de devolver los mismos activos, otros activos sustancialmente iguales y otros similares que tengan idéntico valor razonable se consideran como operaciones en las que los riesgos y beneficios asociados a la propiedad del activo son retenidos sustancialmente por el prestamista.

(ñ) Garantías financieras

Un contrato de garantía financiera se considera un contrato que exige que el emisor efectúe pagos específicos para reembolsar al acreedor por la pérdida en la que incurre cuando un deudor específico incumpla su obligación de pago de acuerdo con las condiciones, originales

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

o modificadas, de un instrumento de deuda, con independencia de su forma jurídica, que puede ser, entre otras, la de fianza, aval financiero, contrato de seguro o derivado de crédito.

La Sociedad reconoce los contratos de garantía financiera en la partida "Otros pasivos financieros" por su valor razonable más los costes de la transacción que sean directamente atribuibles a su emisión. En el inicio, y salvo evidencia en contrario, el valor razonable de los contratos de garantía financiera emitidos a favor de un tercero no vinculado, dentro de una transacción aislada en condiciones de independencia mutua, será la prima recibida más, en su caso, el valor actual de los flujos de efectivo a recibir, utilizando un tipo de interés similar al de activos financieros concedidos por la entidad con similar plazo y riesgo; simultáneamente, reconoce como un crédito en el activo el valor actual de los flujos futuros pendientes de recibir utilizando el tipo de interés anteriormente citado.

Con posterioridad al reconocimiento inicial, los contratos se tratarán de acuerdo con los siguientes criterios:

a. El valor de las comisiones o primas a recibir por garantías financieras se actualizará registrando las diferencias en la cuenta de pérdidas y ganancias como un ingreso financiero.

b. El valor de los contratos de garantía financiera que no se hayan calificado como dudosos será el importe inicialmente reconocido en el pasivo menos la parte imputada a la cuenta de pérdidas y ganancias linealmente a lo largo de la vida esperada de la garantía o con otro criterio, siempre que este refleje más adecuadamente la percepción de los beneficios y riesgos económicos de la garantía.

Las garantías financieras se clasifican en función del riesgo de insolvencia imputable al cliente o a la operación y, en su caso, se estima la necesidad de constituir provisiones mediante la aplicación de criterios similares indicados en la Nota (e) para los instrumentos de deuda valorados a su coste amortizado.

En el caso de que sea necesario constituir una provisión por las garantías financieras, las comisiones pendientes de devengo se reclasifican a la correspondiente provisión.

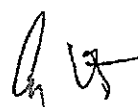
(o) Gastos de personal

La sociedad ha contabilizado los gastos de personal en la Cuenta de Pérdidas y Ganancias, no existiendo retribuciones post-empleo ni remuneraciones basadas en instrumentos de capital.

(p) Impuesto sobre los beneficios

El gasto por el Impuesto sobre Sociedades de cada ejercicio se calcula en función del resultado económico antes de impuestos. El efecto impositivo anticipado o diferido de las diferencias temporarias, así como de los créditos fiscales por pérdidas del ejercicio se incluye, en su caso, en los epígrafes "Activos por impuestos diferidos" y "Pasivos por impuestos diferidos" de los balances de situación.

La Sociedad reconoce la conversión de un activo por impuesto diferido en una cuenta a cobrar frente a la Administración Pública, cuando es exigible según lo dispuesto en la legislación fiscal vigente. A estos efectos, se reconoce la baja del activo por impuesto diferido con cargo al gasto por impuesto sobre beneficios diferidos y la cuenta a cobrar con abono al impuesto



DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2025

(Expresados en miles de euros)

sobre beneficios sobre corriente. De igual forma, la Sociedad reconoce el canje de un activo por impuesto diferido por valores de Deuda Pública, cuando se adquiere la titularidad de los mismos.

Salvo prueba en contrario, no se considera probable que la Sociedad disponga de ganancias fiscales futuras cuando se prevea que su recuperación futura se va a producir en un plazo superior a los diez años contados desde la fecha de cierre del ejercicio, al margen de cuál sea la naturaleza del activo por impuesto diferido o en el caso de tratarse de créditos derivados de deducciones y otras ventajas fiscales pendientes de aplicar fiscalmente por insuficiencia de cuota, cuando habiéndose producido la actividad u obtenido el rendimiento que origine el derecho a la deducción o bonificación, existan dudas razonables sobre el cumplimiento de los requisitos para hacerlas efectivas.

La Sociedad sólo reconoce los activos por impuestos diferido derivados de pérdidas fiscales compensables, en la medida que sea probable que se vayan a obtener ganancias fiscales futuras que permitan compensarlos en un plazo no superior al establecido por la legislación fiscal aplicable, con el límite máximo de diez años, salvo prueba de que sea probable su recuperación en un plazo superior, cuando la legislación fiscal permita compensarlos en un plazo superior o no establezca límites temporales a su compensación. Por el contrario se considera probable que la Sociedad disponga de ganancias fiscales suficientes para recuperar los activos por impuesto diferido, siempre que existan diferencias temporarias imponibles en cuantía suficiente, relacionadas con la misma autoridad fiscal y referidas al mismo sujeto pasivo, cuya reversión se espere en el mismo ejercicio fiscal en el que se prevea reviertan las diferencias temporarias deducibles o en ejercicios en los que una pérdida fiscal, surgida por una diferencia temporaria deducible, pueda ser compensada con ganancias anteriores o posteriores.

(q) Provisiones y contingencias

La Sociedad contabiliza provisiones por el importe estimado para hacer frente a obligaciones actuales como consecuencia de sucesos pasados que están claramente especificados en cuanto a su naturaleza, pero resultan indeterminados en cuanto a su importe o momento de cancelación y para cuya cancelación es probable que tenga que desprenderse de recursos que incorporen beneficios económicos. Dichas obligaciones pueden surgir por los aspectos siguientes:

- Una disposición legal o contractual.
- Una obligación implícita o tácita, cuyo nacimiento se sitúa en una expectativa válida creada por la Sociedad frente a terceros respecto de la asunción de ciertos tipos de responsabilidades. Tales expectativas se crean cuando la Sociedad acepta públicamente responsabilidades, se derivan de comportamientos pasados o de políticas empresariales de dominio público.
- La evolución prácticamente segura de la regulación en determinados aspectos, en particular, proyectos normativos de los que la Sociedad no podrá sustraerse.

Son pasivos contingentes las obligaciones posibles de la Sociedad, surgidas como consecuencia de sucesos pasados, cuya existencia está condicionada a que ocurra o no, uno o más eventos futuros independientes de la voluntad de la Sociedad. Los pasivos contingentes

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

incluyen las obligaciones actuales de la Sociedad cuya cancelación no sea probable que origine una disminución de recursos que incorporan beneficios económicos o cuyo importe, en casos extremadamente raros, no pueda ser cuantificado con la suficiente fiabilidad.

Las obligaciones contingentes se califican como probables cuando existe mayor probabilidad de que ocurra que de lo contrario, posibles cuando existe menor probabilidad de que ocurra que de lo contrario y remotos cuando su aparición es extremadamente rara.

La Sociedad incluye en las cuentas anuales todas las provisiones significativas con respecto a las cuales se estima que la probabilidad de que se tenga que atender la obligación es mayor que de lo contrario. Los pasivos contingentes no se reconocen en las cuentas anuales, sino que se informa sobre los mismos a no ser que se considere remota la posibilidad de que se produzca una salida de recursos que incorporen beneficios económicos.

Las provisiones se cuantifican teniendo en consideración la mejor información disponible sobre las consecuencias del suceso que las originan y son estimadas en cada cierre contable, teniendo en cuenta el efecto financiero en caso de que sea significativo. Las mismas son utilizadas para afrontar las obligaciones específicas para las cuales fueron reconocidas, procediéndose a su reversión, total o parcial, cuando dichas obligaciones dejan de existir.

A cierre de los ejercicios a los que se refieren estas cuentas anuales se encontraban en curso distintos procedimientos judiciales y reclamaciones entablados contra la Sociedad con origen en el desarrollo habitual de sus actividades. Tanto los asesores legales de la Sociedad como los Administradores de la Sociedad entienden que la conclusión de estos procedimientos y reclamaciones no producirá un efecto significativo, adicional, en su caso, al importe incluido como provisión, en estas cuentas anuales.

(5) Efectivo, saldos en efectivo en bancos centrales y otros depósitos a la vista

La Sociedad no tiene depósito alguno en el Banco de España, ya que dejó de ser obligatorio el mantenimiento de una reserva mínima.

Este epígrafe de la cartera de inversión crediticia de activo del balance de situación corresponde a 186 miles de euros a 31 de diciembre de 2025 y 271 miles de euros a 31 de diciembre de 2024.

	<u>Miles de euros</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Efectivo	1	1
Depósitos en entidades de crédito	<u>185</u>	<u>270</u>
Total	<u>186</u>	<u>271</u>

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

(6) Activos financieros a coste amortizado

El desglose de este epígrafe del balance de situación, es como sigue:

	Miles de euros	
	2025	2024
Crédito a la clientela	178.033	168.969

A 31 de diciembre de 2025, el importe de los activos clasificados como dudosos asciende a 9.627 miles de euros (10.730 miles de euros al 31 de diciembre del 2024). Del total de activos dudosos, 3.928 miles de euros, corresponden a activos dudosos en los que concurren razones distintas de la morosidad del cliente (5.539 miles de euros en 2024) para los que se ha dotado una provisión específica de 1.361 miles de euros (1.687 miles de euros en 2024).

Para el cálculo de las correcciones de valor se ha efectuado de forma individualizada un análisis de los instrumentos con el objetivo de determinar si existe alguna deuda en mora o considerada como de cobro dudoso no valorados a valor razonable realizando un registro de las variaciones de valor en la cuenta de pérdidas y ganancias, en función de su antigüedad, garantías aportadas y de las expectativas de recuperación de dichos saldos. A la fecha de cierre del ejercicio, existen créditos por importe de 5.699 miles de euros clasificados como activos dudosos por razón de la morosidad del cliente (5.191 miles de euros en 2024) de los que se encuentran dotados al cierre del ejercicio según el Anejo IX de la circular 4/2017 del Banco de España, la cantidad de 4.853 miles de euros (4.451 miles de euros en 2024).

Asimismo, a 31 de diciembre de 2025 existen créditos por importe de 1.562 miles de euros (890 miles de euros en 2024) de los que se encuentran dotados como una provisión específica clasificados como riesgo vigilancia especial de 277 miles de euros (158 miles de euros en 2024). Dichas operaciones tienen importes vencidos que no superan un mes o simplemente no tiene importes vencidos, pero la Sociedad ha decidido clasificarlas como operaciones en vigilancia especial por presentar dudas sobre su cobrabilidad y de esta manera anticipar el impacto de una posible entrada en mora.

Los ajustes por valoración de la cartera de inversiones crediticias, presentan los siguientes importes:

	Miles de euros	
	2025	2024
Correcciones de valor por deterioro de activos	8.121	7.793
Correcciones de valor incluidos en el pasivo por compromisos y garantías concedidos (precontratos)	46	5
Total correcciones de valor por deterioro de activos y compromisos y garantías concedidos (precontratos)	8.167	7.798

Continúa 25

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

La distribución de la cartera de inversiones crediticias que incluyen los depósitos en entidades de crédito, por zonas geográficas donde el riesgo está localizado se corresponde a lo indicado a continuación:

		Miles de euros	
		2025	2024
Cartera de inversión crediticia	España	88.888	87.751
	Alemania	64	-
	Portugal	89.266	81.488
		178.218	169.239

El movimiento durante el ejercicio correspondiente de las correcciones de valor constituidas para la cobertura del riesgo de crédito, según haya sido determinado individual (específica) o colectivamente (genérica), ha sido el siguiente:

	Dudoso morosidad	Dudoso otras razones	Normal en vigilancia especial	Normal	Total
Saldo al 31.12.2024	4.451	1.687	158	1.502	7.798
Dotaciones	2.003	445	223	702	3.373
Recuperaciones de importes dotados	(1.135)	(764)	(104)	(528)	(2.531)
Movimientos sin reflejo en T.1	(466)	(7)	-	-	(473)
Saldo al 31.12.2025	4.853	1.361	277	1.676	8.167

La mayoría de los importes corresponden a créditos, préstamos y otra financiación sin garantía inmobiliaria con otros sectores residentes en España y Portugal.

A 31 de diciembre de 2025 y 2024, los ingresos financieros acumulados de activos financieros deteriorados, para los que se ha interrumpido el devengo de intereses ascienden a 22 miles euros y 45 miles de euros respectivamente.

Todos los plazos de revisión de los tipos de interés de los instrumentos que componen la cartera de inversiones crediticias al 31 de diciembre de 2025 son de entre tres meses y un año.

a) Depósitos en entidades de crédito y efectivo

Este epígrafe de la cartera de inversión crediticia de activo del balance de situación corresponde a 186 miles de euros a 31 de diciembre de 2025 y 271 miles de euros a 31 de diciembre de 2024.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

b) Crédito a la clientela

La composición de este epígrafe de la cartera de inversión crediticia de activo del balance de situación es la siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Otros sectores no residentes		
Otros deudores a plazo	4.379	6.964
Arrendamientos financieros	84.869	74.397
Activos dudosos	2.753	2.999
Ajustes por valoración	(2.722)	(2.980)
	89.279	81.380
Otros sectores residentes		
Otros deudores a plazo	13.056	8.367
Arrendamientos financieros	74.196	76.279
Fianzas dadas en efectivo	27	27
Activos dudosos	6.874	7.730
Ajustes por valoración	(5.399)	(4.813)
	88.754	87.590
Total	178.033	168.970

En relación con la información sobre los contratos de arrendamiento financiero en el ejercicio:

- A 31 de diciembre de 2025, la inversión bruta total en los contratos de arrendamiento financiero asciende a 166.410 miles de euros (158.508 miles de euros en 2024).
- El valor presente de los pagos futuros mínimos a recibir por la Sociedad durante el periodo de obligado cumplimiento (al considerarse que no se van a ejercitar prorrogas ni opciones de compra existentes) asciende a 31 de diciembre de 2025 a 154.325 miles de euros (138.212 miles de euros en 2024).
- No hay cuotas contingentes reconocidas en los ingresos del ejercicio de 2025 y 2024.
- El valor residual no garantizado para dichos contratos ascendía a 10.010 miles de euros a 31 de diciembre de 2025 (13.095 miles euros en 2024).
- El importe de las correcciones de valor por deterioro de los contratos de arrendamiento financiero ascendía a 6.253 miles de euros a 31 de diciembre de 2025 (5.423 miles euros en 2024).



DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

- La operación de arrendamiento financiero más significativa originada durante el ejercicio 2025 que la Sociedad mantiene a cierre del ejercicio es la siguiente:
 - Arrendamiento de una Grúa telescópica sobre orugas iniciado en diciembre de 2025, con vencimiento contractual el 20 de mayo del ejercicio 2029. Asimismo, los importes cobrados durante el ejercicio 2025 han ascendido a 105 miles de euros.

(7) Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta

El movimiento durante el ejercicio 2025 y 2024 del saldo de los Activos no corrientes en venta, que corresponden íntegramente a activos recuperados en euros, es el siguiente:

	Miles de euros			31.12.25
	31.12.24	Adiciones	Bajas	
Activos no corrientes en venta	140	231	(208)	163
Deterioro	(92)	(63)	92	(63)
	48	168	(116)	100

	Miles de euros			31.12.24
	31.12.23	Adiciones	Bajas	
Activos no corrientes en venta	227	214	(301)	140
Deterioro	(177)	(90)	175	(92)
	50	124	(126)	48

Durante el ejercicio 2025 y 2024 el saldo del gasto o ingreso por Deterioro del valor o (-) reversión del deterioro del valor de activos no financieros es el siguiente:

	Miles de euros	
	31.12.25	31.12.24
Deterioro del valor o (-) reversión del deterioro del valor de activos no financieros	29	(90)

Continúa

28



DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

Durante el ejercicio 2025 y 2024 el saldo de las Ganancias o (-) pérdidas al dar de baja en cuentas activos no financieros, netas es el siguiente:

	Miles de euros	
	31.12.25	31.12.24
Ganancias o (-) pérdidas al dar de baja en cuentas activos no financieros, netas	(35)	(57)

(8) Activos tangibles

El movimiento durante el ejercicio 2025 y 2024 del saldo del Activo Tangible de uso propio es el siguiente:

	Miles de Euros			
	31.12.24	Altas	Bajas	31.12.25
Instalaciones, mobiliario y otro inmovilizado material	247	-	-	247
Equipos para procesos de información	25	-	-	25
	272	-	-	272
Amortización Acumulada de Instalaciones, mobiliario y otro inmovilizado material	(245)	-	-	(245)
Amortización Acumulada de Equipos para procesos de información	(23)	(2)	-	(25)
	(268)	(2)	-	(270)
	4	(2)	-	2

	Miles de Euros			
	31.12.23	Altas	Bajas	31.12.24
Instalaciones, mobiliario y otro inmovilizado material	246	1	-	247
Equipos para procesos de información	39	-	(14)	25
	285	1	(14)	272
Amortización Acumulada de Instalaciones, mobiliario y otro inmovilizado material	(245)	-	-	(245)
Amortización Acumulada de Equipos para procesos de información	(36)	(1)	14	(23)
	(281)	(2)	14	(268)
	4	-	-	4

Continúa

29

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

A 31 de diciembre de 2025 y 2024, la Sociedad no tiene activos materiales, de uso propio, para los que existan restricciones a la titularidad o que hayan sido entregados en garantía de cumplimiento de deudas.

A 31 de diciembre de 2025 y 2024, la Sociedad no tiene compromisos de adquisición de activo material con terceros.

En los ejercicios 2025 y 2024 no se han recibido ni se esperan recibir importes de terceros por compensaciones o indemnizaciones por deterioro o pérdida de valor de activos materiales de uso propio.

No ha habido ganancias (pérdidas) de los activos materiales durante los ejercicios 2025 y 2024.

En los ejercicios 2025 y 2024 no había saldo registrado del Deterioro del valor o (-) reversión del deterioro.

(9) Activos intangibles

Durante el ejercicio 2025 el movimiento del activo intangible ha sido el siguiente:

	Miles de euros			
	31.12.24	Altas	Bajas	31.12.25
Aplicaciones informáticas	36	-	-	36
Amortización acumulada	(32)	(4)	-	(36)
	<u>4</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Durante el ejercicio 2024 el movimiento del activo intangible fue el siguiente:

	Miles de euros			
	31.12.23	Altas	Bajas	31.12.24
Aplicaciones informáticas	36	-	-	36
Amortización acumulada	(27)	(5)	-	(32)
	<u>9</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>4</u>

A 31 de diciembre de 2025 y 2024, la Sociedad no tiene activos intangibles, para los que existan restricciones a la titularidad o que hayan sido entregados en garantía de cumplimiento de deudas.

A 31 de diciembre de 2025 y 2024, la Sociedad no tiene compromisos de adquisición de activos intangibles con terceros.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

En los ejercicios 2025 y 2024 no se han recibido ni se esperan recibir importes de terceros por compensaciones o indemnizaciones por deterioro o pérdida de valor de activos intangibles.

(10) Activos y Pasivos por impuestos

La composición de estos epígrafes del balance de situación a 31 de diciembre de 2025 y 2024, es como sigue:

	Activos		Pasivos	
	31.12.25	31.12.24	31.12.25	31.12.24
Corrientes				
Impuesto sobre el Valor Añadido	1.628	560	-	136
Seguridad Social	-	-	58	51
HP por IS	69	64	58	402
HP por IRPF	-	-	47	48
	<u>1.697</u>	<u>624</u>	<u>163</u>	<u>637</u>
Diferidos				
Deducibles por diferencias temporarias	151	111	-	-
	<u>151</u>	<u>111</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.848</u>	<u>735</u>	<u>163</u>	<u>637</u>

(11) Otros activos y pasivos

El desglose de este epígrafe del balance de situación al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
<u>Activo</u>		
Periodificaciones	774	552
Otros Activos		
Resto	108	177
	<u>882</u>	<u>729</u>
<u>Pasivo</u>		
Periodificaciones	1.144	1.113
Resto	-	-
	<u>1.144</u>	<u>1.113</u>

Continúa

31

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

(12) Pasivos financieros a coste amortizado

El desglose de este epígrafe del balance de situación al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Depósitos de la clientela	148.341	138.693
Pasivos subordinados	-	-
Otros pasivos financieros	2.124	2.116
	150.465	140.809

Los pasivos financieros que componen la cartera de pasivos financieros a coste amortizado son registrados inicialmente a valor razonable y valorados al coste amortizado, utilizando el método del tipo de interés efectivo.

Clasificación por vencimientos

La clasificación de los pasivos financieros a coste amortizado por vencimientos es como sigue:

	Miles de Euros						Total
	2025						
	A la vista	Hasta un mes	Entre uno y tres meses	Entre tres meses y un año	Entre uno y cinco años	Más de cinco años	
Pasivos financieros a coste amortizado							
Depósitos (clientela)	149	8.196	8.095	31.008	85.720	15.173	148.341
Otros pasivos financieros	1	1.253	230	615	25	-	2.124
Total pasivos financieros	150	9.449	8.325	31.623	85.745	15.173	150.465

	Miles de Euros						Total
	2024						
	A la vista	Hasta un mes	Entre uno y tres meses	Entre tres meses y un año	Entre uno y cinco años	Más de cinco años	
Pasivos financieros a coste amortizado							
Depósitos (clientela)	130	3.875	8.002	31.258	74.112	21.316	138.693
Otros pasivos financieros	-	1.201	231	579	105	-	2.116
Total pasivos financieros	130	5.076	8.233	31.837	74.217	21.316	140.809

Continúa

32

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2025

(Expresados en miles de euros)


Los intereses y cargas asimiladas por tipo de instrumento de la cartera de pasivos financieros a coste amortizado registradas en las cuentas de pérdidas y ganancias al 31 de diciembre de 2025 y 2024, son los siguientes:

	<u>Intereses</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depósitos de la clientela	4.103	3.720
Pasivos subordinados	-	361
	<u>4.103</u>	<u>4.081</u>

El tipo de interés máximo y mínimo al que se remuneran las deudas con empresas del grupo es de 4,939% y 0,30%, que son tipos de interés de mercado.

12.1 Pasivos Subordinados

La Sociedad suscribió un préstamo subordinado con su socio único, Deutsche Sparkassen Leasing, AG & CO. KG., por importe de 4.400.000 euros con fecha 26 de junio de 2008. De este modo, se incrementaron los Recursos Propios computables de la Sociedad, con el fin incrementar el límite a la concentración. En fecha 5 de diciembre de 2024, previa solicitud y autorización del Banco de España, se procedió a cancelar el préstamo subordinado al cumplir con todos los requisitos establecidos para ello.



DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

(13) Provisiones

El desglose de este epígrafe del balance de situación al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	<u>Miles de euros</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Compromisos y garantías concedidos	<u>46</u>	<u>5</u>

El saldo contenido en este epígrafe corresponde a provisiones genéricas realizadas para la cobertura de operaciones precontractuales.

(14) Fondos Propios

La composición y el movimiento del patrimonio neto se presentan en el estado de cambios de patrimonio neto.

Al 31 de diciembre de 2025 los fondos propios de la Sociedad superan la cifra de capital social. Adicionalmente la entidad disponía hasta el 5 de diciembre de 2024, de un préstamo subordinado de 4.400 miles de euros cuyo vencimiento era indeterminado, con un plazo de preaviso de 5 años.

(a) Capital

Al 31 de diciembre de 2008 el capital social de DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. ascendía a 10.000 miles de euros. El 22 de mayo de 2009 se produjo una ampliación de capital social hasta 13.000 miles de euros, representado por 13.000 acciones nominativas de 1.000 euros de valor nominal cada una (mismas acciones nominativas del mismo valor nominal cada una al 31 de diciembre de 2009), totalmente suscritas y desembolsadas por Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG. Estas acciones gozan de iguales derechos políticos y económicos.

Las acciones no cotizan en mercados organizados y la Sociedad no ha realizado emisiones de Obligaciones Convertibles. Durante los ejercicios 2025 y 2024 no se ha producido movimiento de las acciones en circulación.

(b) Reserva legal

Las sociedades están obligadas a destinar el 10% de los beneficios de cada ejercicio a la constitución de un fondo de reserva hasta que este alcance, al menos el 20% del capital social. Esta reserva no es distribuible a los accionistas y sólo podrá ser utilizada para cubrir, en caso de no tener otras reservas disponibles, el saldo deudor de la cuenta de pérdidas y ganancias. También bajo ciertas circunstancias se podrá destinar a incrementar el capital social en la parte de esta reserva que supere el 10% de la cifra de capital ya ampliada.

A 31 de diciembre de 2025, al igual que en el ejercicio anterior, la sociedad aumenta

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

la reserva legal debido a los beneficios generados. En la distribución de resultado del ejercicio, se propuso la distribución del 10% a Reserva Legal (ver nota 3), dado que no se ha alcanzado todavía el 20% del Capital social de la Entidad.

(c) Recursos propios

La Circular 3/2008 del Banco de España, de 22 de mayo, sobre Determinación y Control de los Recursos Propios Mínimos (en adelante la "Circular"), regula los recursos propios mínimos que han de mantener las entidades de crédito españolas - tanto a nivel individual como de grupo consolidado - y la forma en la que han de determinarse tales recursos propios, así como la información de carácter público que deben remitir al mercado las mencionadas entidades.

Esta Circular supone el desarrollo final, en el ámbito de las entidades de crédito, de la legislación sobre recursos propios y supervisión en base consolidada de las entidades financieras, dictada a partir de la Ley 36/2007, de 16 de noviembre, por la que se modifica la Ley 13/1985, de 25 de mayo, de coeficiente de inversión, recursos propios y obligaciones de información de los intermediarios financieros y otras normas del sistema financiero, y que comprende también el Real Decreto 216/2008, de 15 de febrero, de recursos propios de las entidades financieras. Esta norma culmina también el proceso de adaptación de la normativa española a las directivas comunitarias 2006/48/CE del Parlamento Europeo y del Consejo, de 14 de junio de 2006 y 2006/49/CE del Parlamento Europeo y del Consejo, de 14 de junio de 2006. Ambas directivas han revisado profundamente, siguiendo el Acuerdo adoptado por el Comité de Basilea de Supervisión Bancaria ("Basilea II"), los requerimientos mínimos de capital exigidos a las entidades de crédito y a sus grupos consolidables en el ámbito europeo.

Los recursos propios netos de la Sociedad al 31 de diciembre de 2025 y de 2024 cumplen los requisitos establecidos por la normativa en vigor (ver nota 2.h).

(15) Compromisos de préstamos concedidos

El desglose de este epígrafe del balance al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	<u>Miles de euros</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Riesgos Contingentes		
Otros Riesgos contingentes	<u>4.187</u>	<u>474</u>
	<u>4.187</u>	<u>474</u>

El saldo contenido en este epígrafe corresponde íntegramente a operaciones precontractuales.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

- (16) Información sobre el periodo medio de pago a proveedores. Disposición adicional tercera. “Deber de información” de la ley 15/2010 de 5 de julio.

Derivado de la Disposición final segunda de la Ley 31/2014, de 3 de diciembre y en aplicación de lo dispuesto en la Resolución de 29 de enero de 2016, del Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas, a continuación, se detalla la información sobre el periodo medio de pago a proveedores efectuado durante el ejercicio 2025 y 2024 por la Sociedad:

	2025	2024
	Días	
Periodo medio de pago a proveedores	1,44	0,15
Ratio de las operaciones pagadas	1,44	0,15
Ratio de las operaciones pendientes de pago	0,69	0,79
	Importe en miles de euros	
Total pagos realizados	84.810	78.729
Total pagos pendientes	339	708
	2025	2024
Facturas pagadas en un periodo inferior al máximo establecido en la normativa de morosidad (euros)	84.758.318,79	78.729.127,66
% sobre el total de facturas pagadas	100%	100%
Número de facturas pagadas en un periodo inferior al máximo establecido en la normativa de morosidad	1.923	1.845
% sobre el total de facturas pagadas	100%	100%



DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

(17) Ingresos por intereses y gastos por intereses

El desglose de estos epígrafes de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024, atendiendo a la naturaleza de las operaciones que las originan, es como sigue:

	Miles de euros	
	31.12.25	31.12.24
Intereses y rendimientos asimilados (Ingresos)		
Depósitos en bancos centrales	-	-
Crédito a la clientela	8.304	7.781
	8.304	7.781
Intereses y cargas asimilados (Gastos)		
Depósitos de entidades de crédito	-	-
Depósitos subordinados	-	361
Depósitos de la clientela	4.103	3.720
	4.103	4.081

(18) Ingresos por comisiones

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdida y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Otras Comisiones		
Otros conceptos	880	736
	880	736

La composición del saldo de comisiones percibidas está diversificada en diferentes conceptos, siendo las comisiones percibidas por cancelaciones anticipadas el saldo más significativo.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

(19) Gastos por comisiones

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Otras Comisiones	6	9
	6	9

El importe íntegro del epígrafe “Comisiones Pagadas” corresponde al gasto soportado por todo tipo de comisiones por servicios bancarios o similares.

(20) Diferencias de Cambio

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Diferencias de Cambio	-	2
	-	2

La Sociedad tenía concedida una operación de financiación en dólares hasta julio de 2024, lo que generaba esencialmente el saldo contabilizado en este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias.

(21) Otros ingresos de explotación

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Ventas y otros ingresos por prestación de servicios no financieros	2.262	2.214
	2.262	2.214

Este epígrafe corresponde a los gastos generales y de personal repercutidos a DL Ibérica Equiprent, S.A.U. y Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG durante los ejercicios 2025 y 2024 tal y como se detalla en la nota 25 “Operaciones y saldos con partes vinculadas”.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2025

(Expresados en miles de euros)

(22) Gastos de personal

La composición del capítulo "Gastos de personal" de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Sueldos y salarios	2.454	2.430
Seguridad Social	536	491
Indemnizaciones por despidos	93	-
Gastos de formación y otros	3	8
	<u>3.086</u>	<u>2.929</u>

La Sociedad comparte personal y medios organizativos con DL Ibérica Equiprent, S.A.U., relación regulada por un contrato de prestación de servicios. Dicha relación establece que Deutsche Leasing Ibérica, E.F.C., S.A.U. soporte la mayoría de costes de estructura común, repercutiendo a DL Ibérica Equiprent, S.A.U. el coste de los servicios por ella consumidos y calculados mediante criterios económicos tales como el número de contratos firmados y el margen bruto obtenido por cada sociedad.

El número medio de empleados de la Entidad, distribuido por categorías profesionales, al 31 de diciembre de 2025 fue el siguiente:

	Número de personas		
	Hombres	Mujeres	Total
Alta Dirección	1	-	1
Directivos y Técnicos	3	2	5
Otro personal	12	21	33
	<u>16</u>	<u>23</u>	<u>39</u>

El número medio de empleados de la Sociedad, distribuido por categorías profesionales, al 31 de diciembre de 2024 fue el siguiente:

	Número de personas		
	Hombres	Mujeres	Total
Alta Dirección	1	-	1
Directivos y Técnicos	4	2	6
Otro personal	13	19	32
	<u>18</u>	<u>21</u>	<u>39</u>

En la Sociedad no hay empleados con discapacidad igual o mayor al 33% (o calificación equivalente local) para ambos ejercicios.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

(23) Otros gastos de administración

La composición de este capítulo de la cuenta de pérdidas y ganancias al 31 de diciembre de 2025 y 2024, es como sigue:

	Miles de euros	
	31.12.25	31.12.24
Inmuebles, instalaciones y material	83	62
Informática	383	394
Comunicaciones	1	-
Primas de seguro y autoseguros	537	391
Gastos de representación y desplazamiento del personal	21	19
Cuotas de asociaciones	13	13
Contribuciones e impuestos	17	63
Otros	659	690
	1.714	1.632

Una parte de los gastos generales de administración han sido repercutidos a DL Ibérica Equipment, S.A.U. en virtud del acuerdo de prestación de servicios suscrito con la Sociedad (véase notas 21 y 24).

(24) Otros gastos de explotación

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Otros gastos de explotación	287	526
	287	526

Este epígrafe corresponde a los gastos generales y de personal repercutidos por Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG. durante el ejercicio 2025 tal y como se detalla en la nota 25 "Operaciones y saldos con partes vinculadas".

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2025

(Expresados en miles de euros)

(25) Operaciones y Saldos con Partes Vinculadas

El desglose de las operaciones y saldos con entidades del Grupo y otras Sociedades y personas físicas vinculadas, al 31 de diciembre de 2025 y 2024, se detalla en el siguiente cuadro:

	Miles de euros			
	2025		2024	
	Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG	Otras empresas del grupo	Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG	Otras empresas del grupo
Activo				
Activos financieros a coste amortizado	-	650	174	1.055
<i>Préstamos y anticipos</i>	-	650	174	1.055
Otros activos	409	556	206	3
Pasivo				
Pasivos financieros a coste amortizado	-	148.341	-	138.693
<i>Depósitos</i>	-	148.341	-	138.693
Otros pasivos financieros	193	37	205	26
Gastos				
Gastos por intereses	-	4.103	361	3.720
Otros gastos de administración	371	8	373	152
Otros gastos de explotación	-	283	526	-
Ingresos				
Ingresos por intereses	-	-	-	-
Otros ingresos de explotación	293	1.970	370	1.844

La Sociedad canceló un préstamo subordinado de 4.400 miles de euros durante el ejercicio 2024 (véase nota 12.1).

El saldo de "Pasivos financieros a coste amortizado" incluyen un importe de 10.809 miles de euros correspondientes al contrato de Cashpooling que tiene en vigor con la entidad del grupo Deutsche Leasing Funding (18.484 miles de euros a 31 de diciembre de 2024).

Continúa

41

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

(26) Información relativa al Consejo de Administración y la Alta Dirección

(a) Remuneraciones y Saldos con Miembros del Consejo de Administración y Alta Dirección

Durante el ejercicio 2025 los Administradores de la Sociedad no han percibido remuneraciones, ni tienen concedidos anticipos o créditos y no se han asumido obligaciones por cuenta de ellos a título de garantía. Asimismo, la Sociedad no tiene contraídas obligaciones en materia de pensiones y de seguros de vida con respecto a antiguos o actuales Administradores de la Sociedad, ni se han pagado primas de seguro de responsabilidad civil por daños ocasionados por actos u omisiones en el ejercicio en el cargo.

Las remuneraciones percibidas por el personal clave de la Sociedad, se detallan en el siguiente cuadro:

<u>Miles de Euros</u>
<u>Importe</u>
537

(b) Créditos concedidos y garantías constituidas por la Sociedad a favor de los Consejeros

A la fecha de cierre del ejercicio no figura importe alguno por estos conceptos.

(c) Deberes de lealtad de los Administradores

De conformidad con lo establecido en el artículo 229 de la Ley 31/2014, de 3 de diciembre, por la que se modifica el Texto Refundido de la Ley de Sociedades de Capital para la mejora del gobierno corporativo, y con el fin de reforzar la transparencia de las sociedades anónimas, los consejeros han comunicado a la Sociedad que, durante el ejercicio 2025, ellos y sus personas vinculadas, según se define en el artículo 231 del texto refundido de la Ley de Sociedades de Capital:

- (a) No han realizado transacciones con la Sociedad, sin tener en cuenta las operaciones ordinarias, hechas en condiciones estándar para los clientes y de escasa relevancia, entendiéndose por tales aquellas cuya información no sea necesaria para expresar la imagen fiel del patrimonio, de la situación financiera y de los resultados de la entidad.
- (b) No han utilizado el nombre de la Sociedad o invocado su condición de administrador para influir indebidamente en la realización de operaciones privadas.
- (c) No han hecho uso de los activos sociales, incluida la información confidencial de la compañía, con fines privados.
- (d) No se han aprovechado de las oportunidades de negocio de la Sociedad.
- (e) No han obtenido ventajas o remuneraciones de terceros distintos de la Sociedad y su grupo asociadas al desempeño de su cargo, salvo que se tratase de atenciones de mera cortesía.
- (f) No han desarrollado actividades por cuenta propia o cuenta ajena que entrañasen una competencia efectiva, sea puntual o potencial, con la Sociedad o que, de cualquier otro modo, les sitúen en un conflicto permanente con los intereses de la Sociedad.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

(27) Información sobre Medio Ambiente

Los Administradores de la Sociedad consideran mínimos, y en todo caso adecuadamente cubiertos, los riesgos medioambientales que se pudieran derivar de su actividad y estiman que no surgirán pasivos adicionales relacionados con dichos riesgos. La Sociedad no ha incurrido en gastos ni recibido subvenciones en relación a dichos riesgos, durante el ejercicio terminado en 31 de diciembre de 2025.

(28) Servicio de Atención al Cliente

La Orden 734/2004 de 11 de marzo del Ministerio de Economía, sobre los departamentos y servicios de atención al cliente y el defensor del cliente de las entidades financieras incluye en su artículo 17, entre otros aspectos, la necesidad de elaborar un informe de las actividades realizadas por estos servicios a lo largo del ejercicio anterior e, igualmente, que un resumen del mismo se integre en la memoria anual de las entidades.

Durante el ejercicio 2025 no se ha recibido ninguna queja (igualmente en el ejercicio 2024 tampoco fue recibida queja alguna a solventar). Por otro lado, no se ha producido ningún tipo de acontecimiento que merezca la pena resaltar en este apartado.

(29) Honorarios de Auditoría

El auditor de cuentas de la Sociedad es Deloitte Auditores, S.L., tanto para el ejercicio 2025 como para el ejercicio 2024. El desglose de los honorarios netos facturados por Deloitte Auditores, S.L. para los ejercicios anuales finalizados a 31 de diciembre de 2025 y a 31 de diciembre de 2024 es el siguiente:

	Deloitte	
	Auditores, S.L.	
	Miles de Euros	
	2025	2024
Por servicios de auditoría	63	62
Por otros servicios de verificación contable	-	-
Por asesoramiento fiscal	-	-
Por otros servicios	-	-
	<u>63</u>	<u>62</u>

Los importes incluidos en el cuadro anterior, incluyen la totalidad de los honorarios relativos a los servicios realizados durante los ejercicios 2025 y 2024, con independencia del momento de su facturación.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

(30) Situación Fiscal

Los beneficios, determinados conforme a la legislación fiscal, están sujetos a un gravamen del 30% sobre la base imponible en España, y del 21% en Portugal. De la cuota resultante pueden practicarse determinadas deducciones.

A continuación, se presenta una conciliación entre el resultado contable antes de impuestos obtenido por la Entidad en los ejercicios 2025 y 2024 y el gasto por Impuesto sobre Sociedades registrado en las cuentas de resultados correspondientes a los citados ejercicios:

	Miles de euros			
	2025		2024	
	España	Portugal	España	Portugal
Resultado contable del ejercicio antes de impuestos	110	1.287	2.528	1.524
Ajuste resultado a normativa Portuguesa	-	-	-	-
Diferencias permanentes	-	70	-	31
Diferencias temporales	132	-	(157)	(14)
Compensación Bases imponibles negativas	-	-	(98)	-
Base imponible	242	1.357	2.273	1.541
Cuota integra al 30% (España) 21% (Portugal)	73	285	682	324
Diferencia Impuesto Sociedades Ejer. Ant.	-	7	(8)	(44)
Variación Activos fiscales diferidos	(40)	-	78	-
Derrama	-	35	-	-
Gastos por impuesto de sociedades	33	327	752	280

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

A continuación, se incluye una conciliación entre el resultado contable del ejercicio 2025 y 2024 y el resultado fiscal que la Sociedad espera declarar tras la oportuna aprobación de cuentas anuales:

	Euros						Total
	2025						
	Cuenta de pérdidas y ganancias			Ingresos y gastos imputados al patrimonio neto			
	Aumentos	Disminuciones	Neto	Aumentos	Disminuciones	Neto	
Saldo de ingresos y gastos del ejercicio	-	-	1.037	-	-	-	1.037
Impuesto sobre sociedades	-	-	360	-	-	-	360
Operaciones continuadas	-	-	1.397	-	-	-	1.397
Operaciones interrumpidas	-	-	-	-	-	-	-
Beneficios/(Pérdidas) antes de impuestos	-	-	-	-	-	-	-
Diferencias permanentes De la Sociedad individual	-	-	-	-	-	-	-
De los ajustes por establec. permanentes	-	-	-	-	-	-	-
Diferencias temporarias: De la Sociedad individual	-	(1.287)	(1.287)	-	-	-	(1.287)
Con origen en el ejercicio	163	(31)	132	-	-	-	133
Con origen en ejercicios anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Compensación de bases imponibles negativas de ejercicios anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Base imponible (Resultado fiscal)	-	-	<u>242</u>	-	-	-	<u>242</u>

Continúa

45

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

	Euros						Total
	2024						
	Cuenta de pérdidas y ganancias			Ingresos y gastos imputados al patrimonio neto			
	Aumentos	Disminuciones	Neto	Aumentos	Disminuciones	Neto	
Saldo de ingresos y gastos del ejercicio	-	-	3.021	-	-	-	3.021
Impuesto sobre sociedades	-	-	1.031	-	-	-	1.031
Operaciones continuadas	-	-	4.052	-	-	-	4.052
Operaciones interrumpidas	-	-	-	-	-	-	-
Beneficios/(Pérdidas) antes de impuestos	-	-	-	-	-	-	-
Diferencias permanentes							
De la Sociedad individual	-	-	-	-	-	-	-
De los ajustes por establec. permanentes	-	(1.524)	(1.524)	-	-	-	(1.524)
Diferencias temporarias:							
De la Sociedad individual	88	(245)	(157)	-	-	-	(157)
Con origen en el ejercicio	-	-	-	-	-	-	-
Con origen en ejercicios anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Compensación de bases imponibles negativas de ejercicios anteriores	-	-	(98)	-	-	-	(98)
Base imponible (Resultado fiscal)			<u>2.273</u>				<u>2.273</u>

La Sociedad puede compensar las bases imponibles negativas pendientes de compensación, con las rentas positivas de los periodos impositivos siguientes con el límite del 70% de la base imponible previa a la aplicación de la reserva de capitalización y a su compensación (ver artículo 23 de LIS). No obstante, en todo caso, se pueden compensar en el periodo impositivo bases imponibles negativas hasta el importe de 1 millón de euros.

En virtud de la aprobación de la Ley 27/2014 del Impuesto sobre sociedades, a partir de 1 de enero de 2015, no habrá límite temporal a la compensación de las Bases imponibles negativas. La Sociedad compensó para el cierre fiscal del ejercicio 2024 la base imponible negativa generada para el ejercicio fiscal 2023 por importe de 98 miles de euros.

La Sociedad ha pagado 312 miles de euros en concepto de Impuesto de Sociedades de la sucursal en Portugal correspondiente al ejercicio 2025 (217 miles de euros en 2024).

El saldo de la cuenta de activo por crédito fiscal diferido correspondiente a las diferencias temporales a cierre de ejercicio asciende hasta 151 miles de euros (111 miles de euros en 2024).

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2025

(Expresados en miles de euros)

Asimismo, a 31 de diciembre de 2025 y 2024, la Sociedad, tiene un saldo de ajuste por diferencias Temporales positivas, cuyo desglose se muestra a continuación:

	Miles de euros	
	2025	2024
Provisión genérica + Deterioro	348	218
Provisión abogados	42	40
Amortización	-	-
Plan de Pensiones	113	113
Total	503	371

Según establece la legislación vigente, los impuestos no pueden considerarse definitivamente liquidados hasta que las declaraciones presentadas hayan sido inspeccionadas por las autoridades fiscales, o haya transcurrido el plazo de prescripción de cuatro años, cinco para el Impuesto sobre Sociedades. Al 31 de diciembre de 2025, la Sociedad tiene abiertos a inspección los ejercicios mencionados. Los Administradores del Grupo no esperan que, en caso de inspección, surjan pasivos adicionales de importancia.

De acuerdo con la Ley del Impuesto sobre Sociedades, si en virtud de las normas aplicables para la determinación de la base imponible, ésta resultase negativa, su importe podrá ser compensado a aquél en que se originó la pérdida, distribuyendo la cuantía en la proporción que se estime conveniente. La compensación se realizará al tiempo de formular la declaración del Impuesto sobre Sociedades, sin perjuicio de las facultades de comprobación que correspondan a las autoridades fiscales.

(31) Políticas y Gestión de Riesgos

El Consejo de Administración, a través de las comisiones y unidades de políticas, control y gestión de riesgos, tutela y supervisa las políticas contables y los sistemas y procedimientos de control interno, en relación con todos los riesgos de la actividad de la Sociedad, así como la prevención del blanqueo de capitales de conformidad con la legislación vigente. El objetivo es gestionar adecuadamente los riesgos y optimizar dicha gestión a través de los activos, pasivos e instrumentos de cobertura.

A tales efectos, se aprueban y revisan periódicamente los riesgos crediticios de mayor importancia y se establecen los límites operativos pertinentes, existiendo una clara segregación de funciones entre las unidades de negocio donde se origina el riesgo y las unidades de seguimiento y control del mismo.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. pone especial énfasis en la identificación, medición, control y seguimiento de los siguientes riesgos:

1. Riesgo de crédito
2. Riesgo estructural de interés
3. Riesgo de liquidez
4. Riesgo de mercado
5. Riesgos de derivados
6. Riesgos operativos

Los sistemas de auditoría y control interno se extienden, asimismo, a otros riesgos de la actividad del Grupo Deutsche Leasing, tales como riesgos legales y fiscales, riesgos de fraude y riesgos tecnológicos.

(a) Gestión del riesgo estructural

La política de DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. en materia de control de los riesgos de interés y de liquidez tiene por objeto gestionar el impacto de la evolución de los tipos de interés en el Balance y en la Cuenta de Resultados.

El Comité de Activos y Pasivos constituye el órgano directamente responsable de la gestión de los riesgos globales de tipos de interés, divisa y liquidez. Este Comité adopta las estrategias de inversión o cobertura más adecuadas para mitigar el impacto de la variación de los tipos de interés, así como las políticas de financiación.

- Riesgo estructural de tipo de interés

El riesgo de interés estructural es el definido como la exposición de la Sociedad a variaciones en los tipos de interés de mercado, derivada de la diferente estructura temporal de vencimientos y reprecitaciones de las partidas de activo y pasivo del Balance.

Para la gestión, medición y control integral de los riesgos de interés se utiliza la metodología denominada "gap de reprecitación". El modelo consiste en un plano de riesgos de interés basado en la asunción de determinadas hipótesis de trabajo, que facilita la información sobre el grado de exposición al riesgo de la Sociedad ante la evolución de los tipos de interés. A tal efecto, el Balance de la Sociedad se divide en varios tramos, estructurados por plazos de renovación de tipos de interés.

Adicionalmente, se utilizan herramientas de simulación que permiten calcular la sensibilidad del margen de intermediación ante distintos escenarios de tipos de interés y cambios en la pendiente de la curva, así como la sensibilidad del valor económico ante variaciones de los tipos de interés, lo que permite determinar que no existe un impacto negativo importante.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2025

(Expresados en miles de euros)

- Riesgo de liquidez

En relación al riesgo de liquidez, la Sociedad realiza una gestión coordinada de los activos y pasivos de su balance.

Las herramientas utilizadas para el control del riesgo de liquidez son el 'gap de liquidez' y el informe de situación en el mercado interbancario.

A pesar del gap negativo teórico de los plazos "más de cinco años", la sociedad tiene la seguridad de que estos pasivos se van a poder renovar sin mayores dificultades al tratarse de saldos con empresas del grupo Deutsche, no existiendo por tanto ninguna tensión de liquidez real.

- (b) Actividad de tesorería

La División de Tesorería, además de prestar sus servicios para la gestión global de los riesgos de interés y de liquidez, actúa en los mercados con el objetivo de aprovechar las oportunidades de negocio que se presenten.

En el ejercicio de estas funciones se utilizan o utilizarán todos los instrumentos financieros disponibles, incluidos derivados sobre tipos de interés. Se establecen también unos límites específicos por riesgo de crédito y de contrapartida, así como los mercados autorizados para actuar.

El criterio de fijación de límites se ajusta a criterios de delegación; la información correspondiente se encuentra a disposición de los órganos de control en las bases de datos internas existentes a estos efectos.

- (c) Medición del riesgo de mercado

Para la medición del riesgo de mercado de tipos de interés se utiliza la metodología que en cada caso y según el contexto se crea más oportuno.

- (d) Riesgo de crédito

- Organización de la función de riesgo de crédito

- a) La estrategia que en materia de riesgos sigue DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. viene marcada por el Consejo de Administración, que además fija los límites de facultades del Departamento de Riesgos tanto a nivel local como a nivel de grupo. Dicha estrategia se materializa en unas políticas de riesgos, implementadas por el Departamento de Riesgos a través de distintas herramientas y procedimientos.

- b) El Consejo de Administración, además de aprobar las políticas de riesgo para los distintos negocios de la Sociedad, fija los límites de las facultades delegadas, sanciona las operaciones que por importe no entren en el capítulo anterior; realiza periódicamente el control y seguimiento de los riesgos y su exposición, tanto de los clientes más importantes como de los sectores más representativos, supervisa el cumplimiento de los objetivos de riesgos y el funcionamiento de las herramientas y modelos de gestión del riesgo; y en general, es informado y decide sobre los asuntos relevantes en materia de riesgo de crédito.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

- c) El Departamento de Riesgos de DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. está englobado dentro la Dirección General de Administración, lo que garantiza su independencia de las unidades de negocio, y está estructurado respondiendo a las diferentes áreas y segmentos de clientes, realizando desde la aprobación de las operaciones al posterior control y seguimiento de las mismas y, en su caso, el recobro de las posiciones morosas. Asimismo, existe una función de control de riesgos, que supervisa de manera independiente operaciones que superan un determinado umbral y que asesora a nivel general de los potenciales riesgos en lo que pudiera incurrir la entidad. Su función principal es el desarrollo, mejora, control y seguimiento de los nuevos modelos internos de cuantificación del riesgo y la implantación de estos modelos en la gestión global de riesgos de la Sociedad, buscando optimizar la relación rentabilidad/riesgo para los distintos negocios.
- d) DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. suele requerir en su política de asunción de riesgos la figura del fiador, ya sea persona física o jurídica. No obstante, estas garantías no cumplen con los requisitos necesarios para ser consideradas como una técnica de mitigación del riesgo, de modo que no es necesaria la revisión de su eficacia.
- e) La estrategia de negocio de DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. conlleva un importante riesgo de concentración individual que ha sido adecuadamente analizado y se han establecido los mecanismos de control y las herramientas necesarias para eliminarlo mediante la recepción de depósitos en efectivo, afectos al riesgo de crédito de las operaciones que garantizan, de una entidad del grupo "Deutsche Leasing Finance GmbH".

(e) Calidad crediticia

La buena calidad crediticia de DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U., los recursos propios adecuados y el nivel de sus provisiones constituyen una gran ventaja competitiva y permiten a la Sociedad afrontar de cara al futuro un progresivo crecimiento de la inversión con la seguridad de que seguirá generando valor de forma sostenida en el tiempo.

Las líneas básicas de actuación de la gestión del riesgo en DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. durante el ejercicio 2025 han sido las siguientes:

1. Consolidación de las líneas de captura de negocio e industrias donde DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. tiene presencia desde el inicio de su actividad, que se encuentran totalmente alineados con la estrategia del grupo y que han mostrado su resistencia en diferentes ciclos económicos, así como han contribuido a una buena diversificación del portafolio.
2. Uso de modelos internos de cuantificación de riesgo crediticio que no solo permiten una optimización del binomio rentabilidad-riesgo, pero también cumplir con las exigencias del mercado en tiempo (agilidad en las repuestas) y forma (estructuras de financiación apropiadas).

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2025

(Expresados en miles de euros)

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. ha establecido diferentes categorías de riesgo crediticio, con el fin de dotar a cada una de ellas de sistemas de calificación o rating específicos.

(f) Modelos internos de cuantificación del riesgo

Los modelos de calificación interna o rating proporcionan, para cada categoría, una puntuación o nota del nivel de riesgo que la Sociedad asume con cada cliente. Cada una de las notas está asociada a una determinada probabilidad de impago (retraso en el pago de la deuda superior a 90 días), de forma que, a menor nota o rating, menor probabilidad de impago.

La cartera de riesgos de crédito se encuentra adecuadamente diversificada por sectores. Hay que destacar, la ausencia en DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. de riesgos en países terceros fuera de la Unión Europea.

(g) Control y seguimiento del riesgo

La calidad "a vigilar" originada por clientes con impagados a terceros, morosidad reciente en la Sociedad o seguimiento especial se ha desarrollado de forma satisfactoria.

La Sociedad implementó durante el ejercicio 2013, adicionalmente al nivel de atribuciones ya establecido por las políticas de gestión del riesgo generales, una unidad de aprobación específica para operaciones clasificadas de seguimiento especial. Las operaciones de refinanciación y reestructuraciones están sometidas a la gestión y aprobación por un departamento y unos órganos de decisión, diferentes a los de clientes clasificados como crédito normal, y especializados en este tipo de casos. El seguimiento sobre este tipo de operaciones de refinanciación y reestructuración es continuo, como parte de las funciones de la gestión del riesgo de la Sociedad.

Cabe destacar que la Sociedad dispone de una función de Compliance, que realiza un seguimiento y control de todo tipo de novedades normativas, y que permite evaluar el impacto de las mismas y asesorar sobre su correcta implantación. El cumplimiento de la regulación del Banco de España, así como de las medidas para la prevención de Blanqueo de Capitales, comprenden las principales áreas de actuación de la función de Compliance. En referencia a las medidas de prevención del Blanqueo de Capitales, la Sociedad tiene constituido un comité que se reúne de manera trimestral, en el que se tratan los temas más importantes relacionados con el blanqueo de capitales. Adicionalmente a lo mencionado, la Sociedad tiene articulados sistemas de evaluación de honorabilidad y profesionalidad de los puestos de dirección y de control, tal y como exige el Real Decreto 256/2013.

Es importante hacer mención a que la Sociedad, además de disponer de diferentes funciones de control interno y auditoría interna, es objeto de diversas auditorías externas, destacando principalmente las realizadas en los ámbitos financiero, de blanqueo de capitales y Ley de Protección de datos.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2025
(Expresados en miles de euros)

(32) Hechos Posteriores

No se han producido hechos relevantes con posterioridad al 31 de diciembre de 2025.



DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Informe de Gestión
31 de Diciembre de 2025

Durante el ejercicio 2025, el portfolio de DEUTSCHE LEASING ha seguido mostrando solidez, sustentado en una adecuada diversificación por sectores de actividad y en la calidad crediticia de las operaciones formalizadas.

La cifra neta de negocios, integrada fundamentalmente por los intereses devengados de las operaciones concertadas con clientes, se situó en 8.304 miles de euros, lo que representa un incremento del 6,72% respecto al ejercicio 2024. Por su parte, el margen bruto alcanzó los 7.050 miles de euros, registrando un crecimiento interanual del 15,25%, evolución que refleja una mejora en la rentabilidad de la actividad ordinaria.

La Dirección valora positivamente la evolución registrada durante el ejercicio, si bien mantiene una estrategia orientada al crecimiento sostenido. En este sentido, la Sociedad continúa reforzando su actividad comercial mediante iniciativas estratégicas destinadas a ampliar su cuota de mercado y potenciar tanto los volúmenes de negocio como los márgenes.

Entre los hechos más relevantes del ejercicio 2025 en comparación con el ejercicio anterior, destaca la variación del deterioro de los activos financieros valorados a coste amortizado. En 2025 se ha registrado un gasto por deterioro por importe de 842 miles de euros (impacto negativo en la cuenta de resultados), mientras que en 2024 se contabilizó una reversión de provisiones por importe de 2.650 miles de euros que se debió principalmente a la finalización sin pérdidas de un contrato de leasing, el cual tenía asociado una provisión por deterioro, por otras razones distintas a la morosidad por importe significativo, lo que supuso un menor gasto en dicho ejercicio.

Como consecuencia de lo anterior y del desempeño global de la actividad, el resultado después de impuestos del ejercicio 2025 ascendió a 1.037 miles de euros, frente a los 3.021 miles de euros obtenidos en 2024.

Los principales riesgos a los que se enfrenta la Sociedad son el de mercado, crédito, liquidez, tipo de interés y operativo. El Consejo de Administración, a través de las comisiones y unidades de políticas, control y gestión de riesgos, tutela y supervisa las políticas contables y los sistemas y procedimientos de control interno en relación con todos los riesgos de la actividad de la Sociedad, así como la prevención del blanqueo de capitales de conformidad con la legislación vigente. A tales efectos, se aprueban y revisan periódicamente los riesgos crediticios y se establecen los límites operativos pertinentes, existiendo una clara segregación de funciones entre las unidades de negocio donde se origina el riesgo y las unidades de seguimiento y control del mismo.

El riesgo de crédito está totalmente tutelado y dirigido desde el Departamento de Riesgos, fijándose las facultades delegadas que en cada caso se estiman oportunas. Este departamento revisa periódicamente las operaciones, estando coordinado con el departamento de recobros. La Sociedad dispone de las garantías adecuadas para cubrir su riesgo de crédito y, en cualquier caso, intenta mantener el riesgo con cada cliente por debajo del valor de mercado de los activos cedidos en arrendamiento financiero. Es importante destacar que, de considerar el valor razonable de los bienes arrendados, así como el importe de garantías de diversa índole de las que es beneficiaria la Sociedad, el nivel de provisiones sería considerablemente inferior. Asimismo, es importante destacar que no existen riesgos significativos en países terceros por operar, por el momento, en territorio español y portugués.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Informe de Gestión
31 de Diciembre de 2025

En cuanto a los tipos de interés, el principal riesgo es la diferente estructura temporal de vencimientos y revisión de tipos de las partidas de activo y pasivo del Balance. A la fecha de cierre del ejercicio se considera que no existe un riesgo importante de tipo de interés, ya que las operaciones realizadas a tipo de interés fijo han sido financiadas mediante fondos propios o con depósitos a tipo fijo, mientras que para el resto de operaciones a tipo variable se han calculado diferentes escenarios de evolución de los tipos, considerándose que el riesgo es moderado.

A la fecha de cierre del ejercicio, el riesgo de liquidez no es significativo, ya que la Sociedad dispone de acceso a un gran abanico de bancos de primer orden con los que trabaja el grupo.

Para la mitigación del riesgo operativo, se continúa avanzando en la mejora y actualización de los sistemas informáticos de gestión, incorporando optimizaciones derivadas de la experiencia operativa. Asimismo, se celebran reuniones periódicas de seguimiento en las que se analiza la coyuntura del mercado, con especial atención a la evolución de los tipos de interés y a los sectores en los que la Sociedad mantiene mayor presencia.

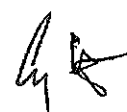
La Sociedad no asume riesgo de tipo de cambio, al no mantener operaciones denominadas en divisas distintas del euro.

Durante el ejercicio 2025 no se han llevado a cabo actividades de investigación y desarrollo, ni se han producido adquisiciones o enajenaciones de acciones propias.

No hay ninguna cuestión en materia de medio ambiente que afecte a la Sociedad, no existiendo, por lo tanto, riesgos relacionados con el mismo ni con la seguridad y salud de los trabajadores.

Asimismo, es importante indicar que el periodo medio de pago a proveedores efectuado durante el ejercicio 2025 ha sido de 1,44 días.

Por último, desde la fecha de cierre del ejercicio y hasta la formulación de las presentes cuentas anuales, no se han producido hechos posteriores de relevancia que pudieran afectar de forma significativa a la situación financiera o a los resultados de la Sociedad.



DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Al amparo del artículo 253 del Real Decreto Legislativo 1/2010, de 2 de julio, por el que se aprueba el texto refundido de la Ley de Sociedades de Capital, los abajo firmantes, integrantes del Consejo de Administración de Deutsche Leasing Ibérica E.F.C., S.A. (Sociedad Unipersonal), suscribimos el contenido íntegro de las Cuentas Anuales e Informe de Gestión correspondientes al ejercicio 2025, extendidos en 55 hojas incluida la presente, numeradas del 1 al 55, ambas inclusive, y que han sido formuladas por la Sociedad en su sesión celebrada el día 30 de marzo de 2026, firmándolas a continuación todos los administradores en prueba de conformidad y aceptación.

En Bad Homburg v.d. Hoehe, a 30 de marzo de 2026.

KAI OSTERMANN

en calidad de Presidente

KARSTEN REINHARD

en calidad de Vicepresidente

KRISTINA TONN

en calidad de Consejera

